

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CÂMPUS DE PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: REGIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO**

MANOEL ADIR KISCENER

**A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NUM
CONTEXTO DE MERCANTILIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO:
um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná**

PATO BRANCO, 2015

MANOEL ADIR KISCENER

**A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NUM
CONTEXTO DE MERCANTILIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO:
um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná**

Dissertação a apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi

Co-Orientador: Prof. Dr. Zander Soares de Navarro

PATO BRANCO, 2015



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 72

Título da Dissertação

**A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NUM CONTEXTO DE
MERCANTILIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO: um estudo em duas comunidades no
Sudoeste do Paraná**

Autor

Manoel Adir Kischener

Esta dissertação foi apresentada às quatorze horas do dia 27 de fevereiro de 2015, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi - UTFPR
Presidente

Profª Drª Anita Brumer - UFRGS
Examinadora

Drª Norma Kiyota - IAPAR
Examinadora

Prof. Dr. Zander Soares de Navarro
EMBRAPA - Examinador

Prof. Dr. Christian Luiz da Silva - UTFPR
Examinador

Visto da Coordenação

Profª. Drª. Maria de Lourdes Bernartt
Vice-Coordenadora do PPGDR

K61s

Kischener, Manoel Adir.

A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná / Manoel Adir Kischener. -- 2015.
175 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi
Coorientador: Prof. Dr. Zander Soares de Navarro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2015.
Bibliografia: f. 138 – 156.

1. Agricultura familiar. 2. Sucessão geracional. 3. Nova ruralidade. 4. História – Sudoeste do Paraná. I. Perondi, Miguel Angelo, orient. II. Navarro, Zander Soares de, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD (22. ed.) 330

Ficha Catalográfica elaborada por
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco

Dedico, aos meus pais, Gomercindo, *in memoriam*, e Eva,
que apesar de não me terem feito um sucessor,
me legaram, um dia, o aprendizado e a vivência de agricultor...



e

ao Prof. Zander Navarro – um sociólogo necessário a ciência brasileira – por ter me posto
nessa empreitada.



AGRADECIMENTOS

Uns dizem que o homem a tudo altera, cria, perante os fenômenos da natureza. Outros, que o homem foi precedido e que há seres, divindades que a isso tudo nos legaram. Portanto, a construção social e histórica ao longo dos tempos foi levando a ora uma ideia, ora outra prevalecer, com algum grau de aceitação. Apesar do ceticismo de alguns instantes em minha vida, não ousei hesitar, neste instante, de reconhecer a contribuição que a crença também teve, me auxiliando e, me acercou de pessoas que desta não abrem mão, portanto, primeiramente, agradece-se a Deus, em respeito, até, para com essas pessoas.

Essa dissertação, assim como todas as coisas, tem uma História.

E ela inicia-se com a entrada de uma personagem muito significativa: o Professor Zander Navarro. Conheci-o na época da graduação, lá em Rio Grande, no início da década de 2000, quando estava pesquisando, para a monografia de conclusão de curso, os Laboratórios Organizacionais de Campo (LOCs), uma prática de estímulo ao cooperativismo do MST que pôs a bancarrota nosso assentamento (Sou filho de pequenos agricultores, Gomercindo e Eva, que já tiveram terra, perderam-na, por dívidas no contexto da modernização da agricultura, foram acampados e, finalmente assentados na Fazenda Vista Nova, localizada nos municípios Rosário do Sul e Dom Pedrito, estado do Rio Grande do Sul. Morei no assentamento, depois fui cursar História Bacharelado, quando na monografia de conclusão de curso estudei a experiência do LOC em nosso assentamento. Nasci em Nonoai, na região Noroeste deste mesmo estado) e neste se revelou uma ação stalinista. Na verdade fui apresentado a um de seus textos, no qual, à semelhança, estudara essa prática no assentamento Nova Ramada. Posteriormente me recebeu em seu escritório em Porto Alegre, ali nascia a parceria que veio desembocar nessa dissertação. A vida segue e as dificuldades continuam, associadas a elas, a necessidade de buscar via estudo, alguma mobilidade social, mas mantendo a seriedade no fazer ciência, na condução da profissão: tornara-me Professor de História em Caxias do Sul. Assim, preso a uma sala de aula, sobrevivendo com um salário vergonhoso (que se lembre que, ainda hoje, o Estado do Rio Grande do Sul não paga o piso aos seus mestres) e frustrado, principalmente pela incompatibilidade de conciliar a reflexão teórica com o exaustivo trabalho rotineiro na escola e, sobretudo pelo desinteresse da grande maioria dos colegas. Em meados de maio de 2012, Professor Zander envia mais de seus tradicionais informes sobre a questão agrária (acompanhados de uma série de referências bibliográficas, estas mantinha

aceso dentro de mim, a ideia de retornar aos estudos) e, com alguma insistência, reforça a ideia de que deveria voltar aos estudos, pois só com o mestrado poderia, quem sabe, mudar minha condição social. Em seguida veio o Edital da UTFPR, fiz e cá estou finalizando. Mas se isso ocorre, se deve, sobretudo a ação desse homem brioso, gentil e demasiado humano, Zander Navarro, que se dispôs, inclusive, a me bancar três meses de bolsa (pois a minha estava emperrada) de seus próprios honorários, sem aceitar, até hoje, qualquer ressarcimento. Fez mais, foi a campo, comigo, na primeira fase da pesquisa, lá na Comunidade Secção Progresso. Naqueles dias, em um, a beira do asfalto (esperando os outros companheiros de pesquisa), com o calor extenuante, e os mosquitos atacando, explanava a situação da agricultura brasileira, eu o ouvia apontar perspectivas e ideias a partir daqueles dias de campo. Ali presente um pesquisador sério, combatente pelo diálogo, comprometido com a ciência que faz e eu apreciava a sorte que a vida me reservara, de poder ter desfrutado aquele momento. Muito agradecido por tudo, Professor Zander Navarro, pelo auxílio, pela co-orientação, pela amizade, por sua solidariedade.

Ao Professor Miguel Angelo Perondi, orientador e amigo de todas as horas nesse período. Nunca me negou sequer uma referência que perguntara a ele, dentre as centenas de e-mails que trocamos, nunca o vi sem um sorriso no rosto, nas aulas e orientações. Atencioso e atento que foi, a uma “crise de solidão” que passei no primeiro ano e, que gentilmente sugeriu a forma de amenizá-la, voltar à sala de aula, na Agronomia, em algumas de suas turmas, foi uma experiência revigorante (agradeço aos estudantes por proporcionarem essa). Corrigiu-me e dirimiu a ideia de fazer enfrentamento a alguns professores, que dada à demasiada vulgaridade e parcialidade em seus intentos de militância, afrontavam minha ideia de curso de mestrado, deu-me a tranquilidade e reforçou em mim a humildade que se deve ter, em todas as circunstâncias da vida. Gentil e demasiado confiante em minha escrita, respeitou sempre as opções que fiz e, prontamente, aceitava. Uma pessoa que acima de tudo respeita as opções teóricas do estudante, tornando assim, o ofício de orientador, um aprendizado a toda a vida. Muito agradecido.

Agradeço imensamente ao Professor Christian Luiz da Silva, sempre tão prestativo e aberto ao diálogo, desde as sugestões e referências bibliográficas antes da banca e depois, quando juntou os “cacos” do projeto na qualificação, numa postura demasiado humana, com pontuais sugestões metodológicas e à estruturação que esse trabalho ora toma.

À Professora Anita Brumer que, prontamente, desde o encontro em Foz do Iguaçu (X Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção), se mostrou disposta a contribuir, com seu característico rigor em nome da seriedade na ciência, com seu parecer escrito, apontando as maiores inconsistências daquele projeto, e contribuindo fartamente na construção desta dissertação, por sua ampla e consolidada produção intelectual na área de sucessão geracional, sem dúvida, uma das maiores especialistas na temática no Brasil. Meu respeito e agradecimento.

À Professora Norma Kiyota, pelo apoio incondicional na escrita de artigos, a parceria em congressos e sabedoria em torna da problemática da sucessão geracional posta ao meu serviço, desde a pesquisa a correções, em especial, na parte teórica desta dissertação e, pela amizade e irrestrito sorriso que abre portas ao saber que dispõe àqueles que a ela se aproximam. Uma verdadeira inspiração nessa escrita, em se tratando de sucessão geracional. E, pela adesão imediata quando, na impossibilidade da maioria dos membros da banca não poder estar presente (estarão via parecer), de estar nesta banca final.

Ao Professor Wladimir Leichsenring, pela correção gramatical e ortográfica e de outras possíveis incorreções desta escrita, e pela gentil amizade, permanecendo desde Caxias do Sul, na solidariedade, quase única, de diálogo na escola. Ressalte-se que ele não é o responsável pelos possíveis erros que permanecem no trabalho.

Aos cinquenta agricultores sujeitos nessa escrita, mas em especial a seis deles, Anderson Manica, Hilário Lago e Otávio Skibinski em Secção Progresso, e Ademar Beal, Dirceu José Antunes e José César Dal Prá, em Barra do Santana. Agradecimento especial a Mariana Beal, por abrir sua casa e a comunidade, seu apoio foi imprescindível.

Aos companheiros de moradia, na pensão, que no dia a dia nos trouxeram o diálogo, a amizade e a solidariedade: Silvonei Ghizzi e Bruno Rezer, também a proprietária, Dona Carmen Salete Detoni; na casa, os amigos estrangeiros, junto ao Marcelino, o timorense José Manuel Mesquita, e os guineenses Mamadi Quelunta Indjai e Quecoi Sani, também ao Sidnei Pereira Rosa, Rafael Henrique Pertille, Murilo Enz e Dhonatan Junior de Oliveira que, no dia a dia, a partir da solidariedade, as refeições conjuntas, o dedo de prosa, a troca, foram fundamentais ao bem-estar mental, propício à pesquisa e a escrita desta dissertação. Agradecimento especial ao Camilo Alessio, pelas relações de vizinhança e, ao amigo desde Sarandi, aqui reencontrado, pronto para o diálogo e apoio de sempre, Diego Ghedini Gheller.

Aos Professores, Wilson Itamar Godoy, pela amizade e a identificação com as coisas do pago, e Hieda Maria Pagliosa Corona, por sua extrema sensibilidade, sinto não poder ter tido oportunidade (além das duas disciplinas) de trabalho conjunto, também aproveito a oportunidade para pedir desculpas por não estar nessa banca, merecedora que é, pelo conhecimento da realidade agrária do Sudoeste paranaense.

Aos Professores José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, pelo envio gratuito e pronto de algumas de suas obras, extremamente relevantes a esta pesquisa. Obras que também funcionaram como mecanismo de alimentação da ideia de retomar os estudos (como as bibliografias enviadas nas mensagens do Prof. Zander).

Ao Jonas Anderson Simões das Neves e Diego Luiz Vivian pelo envio de referências bibliográficas, ao último pela amizade desde os tempos de graduação.

Ao Prof. Luiz Antônio Alves, desde o Juá, renomado estudioso da genealogia, pelo diálogo e a referência de seriedade e sensibilidade para com a História daqueles que vivem da terra.

À Universidade pública brasileira – que têm sobrevivido aos constantes ataques, seja pela privatização, seja pela ideologização – pelos inestimáveis serviços prestados à sociedade brasileira. Em especial à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, na pessoa de seu Diretor, Prof. Idemir Citadin que, junto a CAPES (com a bolsa), possibilitou-me manter aqui em Pato Branco, também, com essa renda, cursar a Especialização em “História e Humanidades” na UEM.

A todos os colegas da “4ª Melhor Turma do PPGDR”¹, agradeço pela convivência e aprendizado, o diálogo, no primeiro ano (período das aulas e, de maior possibilidade de encontro). Em especial lembro: Marcia Cazarin Strapazzon, Cristiane Golembieski Camargo, Marlete Turmina Outeiro e Ana Paula Schervinski Villwock pelo diálogo e trabalhos conjuntos, o auxílio; à Elize Bertella e Danieli Simonetti, pela parceria no único artigo publicado, esta última também, pelo apoio constante, com palavras de estímulo nas horas de maior apreensão. Ao amigo Osni Zioli, daquelas pessoas que já aparentara conhecer,

¹ Fizeram parte desta turma: Ana Paula Schervinski Villwock (Agronomia), Cristiane Golembieski Camargo (Serviço Social), Danieli Simonetti (Agronomia), Elize Bertella (Educação Física), Francieli Madureira Brisol (Administração), Heliton Rogerio Zimolog (Filosofia), Jozeane Iop (Administração), Keli Starck (Engenharia Ambiental), Lisangela Gugelmim (Tecnologia em Processamento de Dados), Luciane Maria Serrer de Mattos (Pedagogia), Lucivania Francini da Silva (Licenciatura em Ciências), Luiza Maria da Silva Rodrigues (Economia Doméstica), Manoel Adir Kischener (Bacharel e Licenciado em História), Marcia Casarin Strapazzon (Ciências Biológicas), Marlete Turmina Outeiro (Pedagogia), Osni Zioli (Educação Física), Rafael Henrique Mainardes Ferreira (Administração) e Silvana Tomazi Camozzato (Pedagogia).

solidário, um braço amigo para tudo, pelo empréstimo nas horas de aperto, antes da bolsa, pela acolhida em sua família, as viagens à Argentina, pelo diálogo, respeitoso, no campo das ideias do marxismo, enfim, por sua generosidade. Ao amigo do outro lado do Atlântico, o guineense Marcelino Armindo Monteiro, que, na convivência do dia a dia, a partir do momento que dividíamos a mesma casa, trouxe-me humanidade e força, na sua experiência africana e em seu sorriso de sempre, para os enfrentamentos cotidianos da vida. Espero um dia conhecer, a já querida, Guiné-Bissau. Também se agradece ao Rafael Henrique Mainardes Ferreira e ao Heliton Rogerio Zimolog, pela convivência, solidariedade, no dia a dia da Universidade e nas viagens para congressos.

Do grupo de pesquisa, orientados pelos Professores Miguel e Norma, que gentilmente foram juntos a campo, na primeira e segunda fase de pesquisa e auxiliaram na coleta de dados, junto a eles e o Professor Zander, Ana Paula e Danieli, estiveram: Matheus Gehlen Rocha Gricolo, Mariana Beal e Jessica Odila Lourenço de Souza, aos quais se agradece.

À Francine Herpich e à Jaqueline Menegazzo Franceschetto pela acolhida quando da chegada ao Curso e a Pato Branco.

Aos integrantes da Secretaria do PPGDR, nestes dois anos, em especial a Rafael Baldin, Lourdes Zancanaro, Silmara Camargo, Midiã Valério Maia, Mayara Compagnoni e Adriani Edith Michelin pela prestatividade de sempre, agradeço.

À Profa. Vanessa Geronimo, pela força e sensibilidade no aprendizado em Língua Inglesa, fundamental para a avaliação em suficiência nesta língua.

Ao Vilmar da Silva pelo empenho e força quando da necessidade de auxílio estudantil junto à Universidade, agradeço, imensamente.

A todos de minha família, aos irmãos: Nilva Terezinha Lucio, Gelson José Kischener, Roselene Cardoso Kischener, em especial na teimosia de me amar e me aturar, de minha irmã mais nova, Rosimara Kischener, e do carinho, desde Cabo Verde, em África, do irmão Gilson Antonio Kischener, também da inspiração e tenacidade de luta, da irmã mais velha, Ilva Carmen Kischener. E que esta dissertação estimule aos estudos, de alguma forma, os sobrinhos (a nova geração): Cassiano, Luana, Aislã, Ricianny, Luiza, Letícia, Larissa, Gabriel e Manuela.

Ao Pablo Ostemberg do Nascimento e à sua esposa, Rosane De Boer Von Ende, acrescido agora do Augusto, filho deste casal querido, junto a “Belinha”, que desde os tempos de Camaquã à Farroupilha, mantém-se seguros como baluartes meus, com apoio irrestrito,

desde um ombro amigo a dinheiro, em todos os momentos, consolidando cada vez mais, nossa brilhante amizade. Muito agradecido por tudo, pela generosidade e inspiração de vida.

Por fim e não menos importante, **a musa inspiradora da História** que aqui está sendo concluída. À Rosenilde Terezinha Borges, minha querida Rosy, pelo amor e carinho, que acalentaram este triste coração, especialmente no segundo e derradeiro ano, me permitindo voltar a sonhar.

A todos estes e outros, que contribuíram para que essa dissertação fosse possível, o sincero agradecimento; estão isentos, naturalmente do que escrevi aqui, a responsabilidade, como de praxe, recai apenas sobre o autor.

“Vem da pobreza das casas do Sul,
das regiões duras com frio e terremoto
que quando até seus deuses rodaram a morte
nos deram a lição da vida na greda.

É um cavalinho de greda negra, um beijo
de escuro barro, amor, amapola de greda,
pomba do crepúsculo que voa nos caminhos,
alcazia com lágrimas de nossa pobre infância.

Jovem, tem conservado teu coração de pobre,
teus pés de pobre acostumados às pedras,
tua boca que nem sempre teve pão ou delícia.

É a pobreza do Sul, de onde vem minha alma:
em seu céu tua mãe vai lavando a roupa
com minha mãe. Por isto te escolhi, companheira”.

Pablo Neruda

“A História, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança. Existe portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das idéias. É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a ‘ideologia dominante’, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época”.

René Rémond

RESUMO

KISCHENER, Manoel A. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná.** Pato Branco: UTFPR, 2015. (Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento Regional).²

O novo padrão de modernização da agricultura e a mercantilização que vigora na maior parte das regiões rurais do Brasil também se faz presente no Sudoeste do Paraná. Assim, estudar a estratégia de reprodução social da agricultura familiar e sua sucessão geracional pode refletir os mesmos fatores que a condicionam nessa nova ruralidade. Neste sentido, procura-se verificar quais são os fatores que interferem na sucessão geracional da agricultura familiar e perceber o quanto a modernização da agricultura a tornou mais complexa; para tanto, partiu-se de um estudo comparativo entre duas comunidades, que demandou entrevistas com 50 famílias rurais seguidas de sessões de grupo focal. Desse estudo, percebeu-se que os fatores que favorecem a permanência dos jovens no meio rural são, principalmente, a renda, os valores de comunidade e a inclusão dos projetos de vida dos filhos nas estratégias de reprodução social da família.

Palavras-chave: agricultura familiar, sucessão geracional, nova ruralidade, mercantilização e modernização da agricultura, História, Sudoeste do Paraná.

² Orientador: Dr. Miguel Angelo Perondi – UTFPR.

ABSTRACT

KISCHENER, Manoel A. **The generational succession in family farming in the context of commodification and modernization: a study in two communities of Southwest of Paraná.** Pato Branco: UTFPR, 2015. (Dissertation – Master in Regional Development).³

The new pattern of modernization of agriculture and the commodification in force in most rural areas of Brazil is also present in the Southwest of Paraná. So, study the strategy of social reproduction of family farming and its generational succession may reflect the same factors that condition this new rurality. In this sense, looking ascertain what are the factors affecting the generational succession of the family farm and see how the modernization of agriculture to become more complex; to this end, we started with a comparative study between two communities, which required interviews with 50 rural families followed by focus group sessions. From this study, it was noted that the factors that favor the permanence of young people in rural areas are mainly income, community values and the inclusion of life projects of the children in the family social reproduction strategies.

Keywords: family farming, generational succession, new rurality, commodification and modernization of agriculture, History, Southwest of Paraná.

³ Adviser: Dr. Miguel Angelo Perondi – UTFPR.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Média da Unidade de Trabalho Homem (UTH) não agrícola, agrícola e total, por estratos da área total na comunidade Secção Progresso.....	60
Tabela 02. Média da Unidade de Trabalho Homem (UTH) não agrícola, agrícola e total, por tratos da área total na comunidade Barra do Santana.....	60
Tabela 03. Número, idade e escolaridade média dos membros das famílias da comunidade Secção Progresso.....	61
Tabela 04. Número, idade e escolaridade média dos membros das famílias da comunidade Barra do Santana.....	61
Tabela 05. Distribuição dos membros das famílias agrupados por faixa etária e sexo nas comunidades Secção progresso e Barra do Santana, 2013.....	62
Tabela 06 - Distribuição dos membros das famílias agrupados por faixa etária e sexo na comunidade Secção Progresso, 2013.....	63
Tabela 07 - População residente e emigrante da comunidade Secção Progresso, 2013.....	64
Tabela 08 - Motivações da emigração rural-urbana na Comunidade Secção Progresso por faixa etária, 2013.....	65
Tabela 09 – Escolaridade média por faixa etária e por sexo dos membros emigrantes das famílias da comunidade Secção Progresso, 2013.....	66
Tabela 10 - Distribuição dos membros das famílias agrupados por faixa etária e sexo na comunidade Barra do Santana, 2013.....	67
Tabela 11 - População residente e emigrante da comunidade Barra do Santana, 2013.....	67
Tabela 12 - Motivações da emigração rural-urbana na Comunidade Barra do Santana por faixa etária, 2013.....	68

Tabela 13 – Escolaridade média por faixa etária e por sexo dos membros emigrantes das famílias da comunidade Barra do Santana, 2013.....	69
Tabela 14: Percepções das famílias da comunidade Secção Progresso.....	71
Tabela 15: Percepções das famílias da comunidade Barra do Santana.....	72
Tabela 16: Percepção em ambas as comunidades (Secção Progresso e Barra do Santana).....	73
Tabela 17. Produto Bruto (PB), Depreciação (D), Consumo Intermediário (CI) e Capital Disponível (K) dos membros das famílias da Comunidade Secção Progresso.....	103
Tabela 18. Produto Bruto (PB), Depreciação (D), Consumo Intermediário (CI) e Capital Disponível (K), dos membros das famílias da Comunidade Barra do Santana.....	105
Tabela 19. Renda agrícola (RA), Aposentadoria e pensões (TRS), Rendas outras (ROF), Outras renda do trabalho (ORT), Renda não agrícolas (RNA) e Renda total (RT), dos membros das famílias da Comunidade Secção Progresso.....	106
Tabela 20. Renda agrícola, Renda de aposentadoria, Pensões e transferências, Renda de outras fontes, Outras rendas do trabalho, Renda de atividades não agrícolas e Renda total, dos membros das famílias da Comunidade Barra do Santana.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.

ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório.

CEFSPRG – Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande.

CI – Consumo Intermediário.

CITLA – Clevelândia Industrial, Territorial Ltda.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

D – Depreciação.

DIVERSIDAD – Projeto “Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico”.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

GETSOP – Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná.

K – Capital disponível.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

LOCs – Laboratórios Organizacionais de Campo.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ORT – Outras Rendas do Trabalho.

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

PB – Produto Bruto.

RA – Renda Agrícola.

RNA – Renda de Atividades Não-agrícolas.

ROF – Rendas de Outras Fontes.

RT – Renda Total.

TRS – Renda de Aposentadoria e Pensões.

TV – Televisão.

UEM – Universidade Estadual de Maringá.

UHT – Unidade de Trabalho Homem.

UP – Unidade de Produção.

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SUMÁRIO

1. Introdução	22
1.1 Sobre o rural e a nova ruralidade	25
1.2 O contexto histórico do local de pesquisa	29
1.2.1 A conformação histórica dos habitantes do Sudoeste do Paraná	29
1.2.2 A Revolta dos Posseiros de 1957 e a titulação da terra	33
1.2.3 A modernização da agricultura	35
1.2.4 Crise econômica afeta a agricultura do Sudoeste	36
1.3 Problema, objetivo e hipótese de pesquisa	38
1.4 Métodos e etapas da pesquisa	41
2. Fatores que condicionam a sucessão geracional	50
2.1 História.....	50
2.2 Gênero.....	51
2.3 Renda	53
2.4 Escolaridade.....	54
2.5 Projeto de vida dos jovens	55
2.6 Sociabilidade urbana e as transformações na identidade dos jovens.....	55
2.7 Comunidade	56
2.8 Trabalho	57
3. Caracterização das comunidades.....	58
3.1 Comunidade Secção Progresso	62
3.2 Comunidade Barra do Santana	66
4. Sair ou ficar?	70
4.1 Por que sair?.....	74
4.2 Por que ficar?	82
5. As singularidades e generalidades nas duas comunidades	86
5.1 O processo de modernização da agricultura no entender dos agricultores	86
5.2 O modo de vida e o de fazer agricultura alterados.....	92
5.3 A entrada do dinheiro em suas vidas	97
5.4 Diferenciações econômicas (e não sociais) de uma comunidade para outra	101

5.5 A comunidade e as relações de entreaajuda entre os vizinhos	109
5.6 As perspectivas na agricultura, a vida de agricultor e a sucessão geracional em debate	116
6. Considerações finais	134
Referências bibliográficas	138
Anexos.....	157
Anexo 1 – Questionário	157
Anexo 2 – Roteiro da entrevista	171
Anexo 3 – Termo de consentimento livre e esclarecido	175

1. Introdução

Essa dissertação procura apresentar a complexidade da sucessão geracional frente à modernização e à mercantilização da agricultura⁴ – em especial da que se encontra sob a gestão familiar⁵ –, e refletir sobre os fatores que interferem nesse processo. Para tanto, esse fenômeno é observado em duas comunidades rurais na região Sudoeste do Paraná, procurando perceber se essas famílias sofrem das mesmas tendências descritas na literatura. A construção dessa análise se dará a partir do universo empírico dessas comunidades, dos dados e das informações coletadas (questionários, sessões de grupo focal e entrevistas) associados a outras pesquisas na temática e contribuições teóricas.

Até meados dos anos 1970⁶, o processo de sucessão entre gerações de agricultores não enfrentava maiores problemas e se fazia mais pela tradição cultural do que pela lei, no entanto essa acabava por deixar uma parte da família (principalmente as mulheres) à margem do processo, privilegiando um único filho, o mais velho (na primogenitura) ou o mais jovem (na ultimogenitura ou minorato⁷).

Stropasolas (2011, p. 26) entende a sucessão geracional “como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar”, isto é, com “a

⁴ A agricultura de uma forma geral pode ser definida como um conjunto de técnicas para produzir alimentos e mercadorias, podendo ser para a reprodução social da família (neste caso, com função mais social) e, mesmo um negócio (desta forma, com caráter mais econômico). No entanto, nesta dissertação também é entendida como atividade agrícola (cultivo e produção de milho, soja e feijão, entre outros) associada à pecuária leiteira e de corte, à avicultura, criação de outros animais (suínos) e atividades não agrícolas, podendo ser sinônimo de agropecuária.

⁵ **Agricultura familiar** entendida, para essa dissertação, a partir de três características centrais, tais como Guanzioli et al. (1996, p. 4) adotam: “a) a gestão da unidade produtiva, e os investimentos nela realizados, é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva”. A respeito do debate acerca do conceito de agricultura familiar, tal qual a norma estatal e seus impasses no tempo presente, conferir Navarro e Pedroso (2014).

⁶ “Com o passar dos anos, as terras foram se esgotando e parcelando-se devido ao sistema de sucessão, fatores esses que provocaram a retomada das [e]migrações” (MERTZ, GRANDO, TARGA, 2007, p. 214, com acréscimo). Analisando as colônias de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, conforme esses autores, essas emigrações se deram para as regiões próximas, adentrando a mata e também para os estados vizinhos, Santa Catarina e Paraná. Os entrevistados em sua maioria têm origens no estado gaúcho.

⁷ Perondi (1999, p. 10-11) define o minorato como: “uma forma de transmissão do patrimônio à margem da lei, e que protege a unidade fundiária expulsando sistematicamente da casa paterna o filho mais velho quando se casa o mais novo e, assim, até que nela permaneça o ultimogênito”.

retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor”. No entanto, Abramovay (1992, p. 191) defende que a sucessão geracional “não pode ser confundida com herança ou divisão patrimonial” e que envolve uma preparação. A sucessão geracional, portanto, deve ser entendida como um “processo, e não apenas como a troca de um gestor por outro” (KIYOTA, PERONDI, 2014a, p. 1023). E esse processo, conforme Brumer (2014, p. 124):

“depende das condições econômicas da família – propriedades maiores ou menores, atividades mais ou menos rentáveis, maior concentração ou diversificação nas atividades –, do número de filhos (e de herdeiros), do nível educacional e da qualificação profissional do(s) herdeiro(s), da forma como os jovens são inseridos nas relações familiares e de suas aspirações profissionais”.

Voltando aos anos 1970, época em que a produção passou a ser mais valorizada como bem de troca do que de uso, foi o período em que a agricultura iniciou participar do processo de modernização. Até então, a lavoura se dava muito mais pelos braços dos filhos do que agora, e por isso as famílias eram mais extensas.

Em especial no Paraná, Fleischfresser (1988, p. 21, com acréscimo) afirma que entre as décadas de 1940 e 1970, a população rural desse estado cresceu, apresentando altas taxas, “um saldo [e]migratório positivo de aproximadamente 2.800 mil habitantes”, mas, entre as décadas 1970-1980 esse saldo foi negativo, “em cerca de 2.600 mil pessoas” (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 21).

A principal tese da autora é de que a proporção “desta evasão foi determinada pelas alterações na base técnica” e, sendo paulatinamente “acentuada, pelo fato de essas terem ocorrido em um momento em que a fronteira externa dos estabelecimentos se encontrava ocupada” (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 21).

A integração aos mercados estava por se iniciar, as sementes ainda eram as guardadas de uma safra para outra, as relações de comunidade e o sentido identitário eram mais fortes e perpassavam as gerações, passando o ofício de ser agricultor de pai para filho praticamente.

Pensar em políticas públicas talvez soasse estranho. A modernização começara. E com ela, como é sabido, passa a ocorrer diferenciação econômica e, também, social. A tecnificação, os insumos industriais, o crédito, a conformação de mercados e a disposição para

o lucro passam a condicionar a vida no campo⁸ que, não mais só serve para gerar alimento para a família ou mesmo local de moradia.

Também iniciou a conformação de novos padrões de sociabilidade⁹ em que as gerações recentes passaram a ter maior acesso à educação que as anteriores, e os valores culturais urbanos passaram a ter mais importância.

A complexidade da integração rural-urbana, industrial-agrícola, de diferentes valores e formas de sociabilidades, de integração aos mercados, de organização, fazem parte da conformação atual, do padrão de fazer agricultura que vigora intensificado dentro do sistema capitalista, especialmente a partir dos anos 1970. Desta forma, há indícios de problemas na sucessão geracional, pois esse processo passa por “reviravoltas” (SPANEVERELLO, et al., 2014), conforme já apontaram os estudos de Abramovay et al. (1998), Carneiro (2001), Silvestro et al. (2001), Mello et al. (2003), Brumer (2007), Brumer e Anjos (2008), Kiyota, Perondi e Vieira (2012), Brumer (2014), entre outros, o que justifica a necessidade de mais pesquisas na temática.

A respeito da “entrada” da questão da sucessão geracional na academia, Brumer (2014, p. 115) afirma: “A partir da década de 1980, em adição às preocupações com o futuro da agricultura e das sociedades rurais, a questão da reprodução geracional na agricultura familiar entrou na agenda das pesquisas” no Brasil.¹⁰

A sucessão geracional, ainda que de forma particular e restrita a aspectos menos gerais na problemática de análise de cada pesquisador, já há alguma trajetória no Mestrado em Desenvolvimento Regional, aqui da UTFPR, desde Rosa (2012), Pasqualotto (2013), Silva (2013), Coletti (2013), Cezimbra (2013), Corá (2014) e Bortolotti (2014), e é na perspectiva de tratar a temática de forma central que se insere esse estudo.

⁸ Da mesma forma que a nota 5, *campo* aqui, para além de um espaço geográfico, é sinônimo de agricultura.

⁹ No sentido que entendem Navarro e Pedroso (2011, p. 24), ou seja, que “o capitalismo tem como uma de suas características principais o adensamento e a multiplicação do que tem sido chamado de processos de mercantilização (via monetarização) da vida social, através da formação de múltiplos mercados. Ou seja, a interação humana e os comportamentos sociais, ao se integrarem a novos espaços mercantis, são lentamente alterados no significado de sua ação, impondo uma nova racionalidade, geradora de uma nova sociabilidade, determinada em grande parte por essa multiplicação de mercados”.

¹⁰ Apesar de que, nesta mesma obra conjunta, Stropasolas (2014, p. 159) afirme: “A invisibilidade social deste debate [entre as famílias] e a lacuna existente nas pautas das instituições públicas e das entidades representativas não impedem que essa problemática aflore cada vez mais que oportunizarmos esse debate”.

Portanto, esta dissertação busca se inserir na tradição desses estudos, contribuindo na análise de duas comunidades rurais, no Sudoeste do Paraná; região essa histórica a respeito do acesso e luta pela terra em passado recente (como o próximo item pretende recuperar) e provavelmente seja adequada para avaliar empiricamente as manifestações da mercantilização da agricultura familiar. Trata-se de região caracterizada pela forte presença dos pequenos estabelecimentos rurais com gestão familiar, e onde os processos econômicos (a expansão da soja, da avicultura, suinocultura, da pecuária de leite, entre outros) cresceram fortemente nos anos recentes, integrando a maior parte das famílias rurais aos circuitos comerciais e financeiros.

1.1 Sobre o rural e a nova ruralidade

Na perspectiva de se considerar esse viés nos estudos, faz-se necessário ponderar na temática o que é urbano¹¹ e o que é rural; se há continuidades ou discontinuidades entre esses dois espaços construídos social e historicamente. Lefebvre (1999, p. 21) alerta: “A questão geral das relações entre a cidade e o campo está longe de ser resolvida”.

No Brasil, Veiga (2002) já postulou de que temos cidades imaginárias e “o Brasil é menos urbano do que se calcula”. Martins (2014b, p. 14) afirma que academicamente há alguns anos se começou a falar “em o rural”, assim, “o adjetivo havia se transformado em substantivo. Mas um substantivo indefinido, residual, dotado de vida própria, embora abstrato”. Desta forma, busca-se trazer nesse item como a compreensão do “rural” (e de sua congênere, a ruralidade) tem sido vista por algumas tentativas de explicação e teorização, em que pese o já afirmado por Martins (2014b) neste parágrafo.

A respeito da influência ou não do urbano, considerando a realidade do Sudoeste do Paraná, onde não há grandes cidades, pode-se mencionar novamente Lefebvre (1999, p. 17) , quando o autor afirma que “as cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole”, das maiores cidades, tais como das capitais.

¹¹ Segundo Castells (1985, p. 26, tradução do autor) “a impossibilidade de encontrar um critério empírico de definição do *urbano* é meramente a expressão de uma vagueza teórica. Essa imprecisão é ideologicamente necessária para conotar, através de uma organização material, o mito da modernidade”.

Sobre o que é o rural, Siqueira e Osório (2001, p. 77) afirmam que “a conceituação de rural vai depender diretamente da localidade” analisada. Nesse sentido, segundo Wanderley (2001), o espaço rural seria o encontro de dois mundos, onde “as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário, são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos” (WANDERLEY, 2001, p. 33), e essa autora concorda com Veiga (2002), afirmando que o pequeno município é parte integrante do mundo rural.

Castells (1985), de certa forma seguindo a ideia exposta em Tönnies (1973), de que “comunidade é velho, sociedade é novo”, ou em outras palavras, que “pode-se compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como um agregado mecânico¹² e artificial” (TÖNNIES, 1973, p. 98), vê aqui comunidade como campo (rural) e sociedade como cidade (urbano); assim, para o primeiro autor, “a noção de urbano (em oposição a rural) pertence à dicotomia ideológica “sociedade tradicional/sociedade moderna”, e se refere a certa heterogeneidade social e funcional, sem ser capaz de definir mais do que pelo seu afastamento, mais ou menos, da sociedade moderna” (CASTELLS, 1985, p. 26, tradução do autor).

Ainda segundo esse autor, a respeito da distinção entre cidade e campo, esta

“apresenta, no entanto, o problema de diferenciar *formas espaciais* de organização social. Mas essa distinção não se reduz a uma dicotomia ou uma evolução contínua, como assumiu a evolução natural, incapaz de compreender essas formas espaciais como produtos de uma estrutura e processos social” (CASTELLS, 1985, p. 26, tradução do autor).

A despeito disso, Carmo (2009) assegura que, para além da visão binária que se introduziu especialmente no século passado e que pôs em oposição a relação do rural com o urbano, “é possível definir um denominador comum mínimo a partir do qual se identificam

¹² Interessante trazer aqui a perspectiva de White (2013), que reflete sobre a tendência dos ambientalistas de ver a natureza como o mundo das coisas originais [e aqui, pode-se associar natureza ao rural]. Mas alerta o autor que “a natureza pode ser de fato o mundo que nós não fizemos – o mundo das plantas, dos animais, árvores e montanhas –, mas os limites entre esse mundo da natureza e o mundo do artifício, o mundo das coisas que fizemos, já não são mais tão nítidos”, assim, questiona-se: “As vacas e as plantações que criamos, os campos que cultivamos e os genes que modificamos são naturais ou não? São eles natureza ou artifício? Nós buscamos a pureza de nossa ausência, mas em todo lugar encontramos nossas impressões digitais. São nossos próprios corpos e nosso trabalho que em última instância embaralham as barreiras entre o artificial e o natural” (WHITE, 2013, p. 474). Deste modo, a partir do que o autor entende, pode-se associar a ideia do urbano (artificial) e do rural (natural), que também são construções sociais, e que na atualidade, em algumas regiões, estas áreas se confundem, e seus limites “já não são mais tão nítidos”, como afirmou White.

algumas das particularidades sociológicas que compõe a vida rural e que não se encontram no meio urbano” (CARMO, 2009, p. 276).

Desta forma, o rural teria capacidades diferenciadas, em relação às capacidades do urbano, de apropriação dos valores do outro, e, caso se considere o rural a partir de uma leitura integradora, deve-se considerar quais seriam as dinâmicas de penetração nesses valores (CARMO, 2009).

Em Anjos e Caldas (2014), há a crítica de que foi o mito fundador da Sociologia rural que estabeleceu a oposição campo/cidade. Os autores alertam que, nos últimos anos, a despeito de restaurar isso, o rural vem sendo reconstruído de forma a ter uma imagem diferenciada, especialmente na União Europeia.

Assim esse rural passa por outras configurações sociais, como representação ou como apropriação, como se fosse “um rural sob medida”, e desta última emergem duas ideias-força, ou as suas interfaces de idealização, que formam um “rural ressignificado”: o rural como idílico e o rural como sinônimo de natureza.

Desta forma, Anjos e Caldas (2014, p. 399) afirmam que a “construção social do rural na atualidade reflete o momento histórico que vivemos” (ANJOS, CALDAS, 2014, p. 399), sendo que esse espaço passa, cada vez mais, a ser visto como herança, de uma perda, de algo que já tivemos, o nosso passado.

Para Martins (2014b) o rural chegou ao Brasil como conceito da Geografia e assim se transfigurou em novo conceito, de geográfico para sociológico, “para se referir não mais, propriamente, ao espaço até então definido como rural, mas sim a um sujeito político, um sujeito territorial, dotado, como alguns preferem, de territorialidade” (MARTINS, 2014b, p. 14-15).

E essa reordenação do imaginário espacial no Brasil, nas palavras de Martins (2014b), se deu por uma inversão (“o rural é o que não é urbano”), em uma sociedade que por longo tempo permaneceu rural, assim

“O eixo do imaginário brasileiro se deslocou da roça para o urbano, ainda que a imensa maioria da população continuasse vivendo na roça. Na verdade, essa mudança de eixo é do século XVIII quando surge no Brasil uma primeira redefinição do espaço. Nos séculos XVI e XVII, a população vivia na roça, em suas fazendas, politicamente organizada nos bairros, assim designados, de povoamento disperso” (MARTINS, 2014b, p. 15, ênfase acrescida).

Já, segundo Navarro e Pedroso (2011), há na literatura pelo menos duas percepções a respeito do rural. Citando Halfacree (1993)¹³, os autores afirmam que este autor identificou a existência de uma dualidade: o rural como localidade e o rural como representação social. Em relação à primeira noção, segundo os autores: “Quando entendida como localidade, a ruralidade tem sido tratada como um tipo específico de espaço que é geograficamente localizado, e a sua natureza é definida a partir da tangibilidade da paisagem e seus componentes concretos” (NAVARRO, PEDROSO, 2011, p. 63). Já a respeito da segunda,

“se o rural é visto como representação social (ou representação meramente acadêmica), a ruralidade passa a ser não espacial ou não relacionada a um espaço concreto, e deixa de ter claridade empírica. Passa a ser um discurso sobre um tipo ideal de espaço ou um tipo potencial de vida social que poderia ocorrer nesse rural hipotético” (NAVARRO, PEDROSO, 2011, p. 63).

Por outro lado, Rodrigues (2014), em sintonia talvez com o que antecipara Veiga (2002), se propõe a estabelecer uma relação entre as definições teóricas e a construção empírica do território, no sentido de sugerir uma tipologia que “leve em consideração os processos sociais que determinam as dinâmicas territoriais dos municípios brasileiros” (RODRIGUES, 2014, p. 430), para fazer frente ao que ocorre na realidade brasileira, pois sempre que tenta delimitar o que seria o rural “as dificuldades são acrescidas pela ausência de um limite quantitativo” que assim “leva a sobrestimar o urbano e, de certa forma, a negar o rural¹⁴” (RODRIGUES, 2014, p. 453).

Para encerrar aqui, no espaço possível, sem a pretensão de esgotar o debate, traz-se a perspectiva de Williams (2011), já recuperada em Navarro e Pedroso (2011) e enfatizada em Navarro et al. (2014), que afirmam que a obra de *O campo e a cidade* de Raymond Williams oferece uma significativa base para introduzir a recente publicação de “O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola”¹⁵, pois, segundo os

¹³ HALFACREE, Keith H. Locality and social representation: space, discourse and alternative definitions of the rural. **Journal of Rural Studies**, v. 9, n. 1, p. 23-37, 1993.

¹⁴ Ou como detecta Abramovay (2009, p. 21), que “Há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania”. Também Martins (2014a, p. 27) sugere: “Num mundo rural cada vez menos rural, sem ser necessariamente cada vez mais urbano, o que a valorização ideológica do moderno e urbano define como atraso e como passado precisa ser revisto à luz do que é próprio das ciências sociais”.

¹⁵ BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

autores, um dos principais temas da obra de Williams “é a dificuldade de explicar os ritmos diferentes que distanciam fortemente as visões humanas (e suas interpretações) dos processos de mudanças sociais experimentados pela sociedade, especialmente os econômicos” (NAVARRO, et al., 2014, p. 39).

E esses processos de mudanças sociais experimentados pela sociedade dizem respeito ao campo e a cidade, ou entre os limites que muitos autores colocam entre o que é urbano e o que é rural, ou, em outra perspectiva, daquilo que recentemente vem sendo matizada de *nova ruralidade*, como se fosse a confluência mais possível de ser aceita.

Williams (2011) argumenta que “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas interrelações”, mas também são poderosas imagens construídas particularmente a partir da Revolução Industrial, que, desta forma, “se constituem maneiras de nos colocarmos diante de todo um desenvolvimento social”, assim, a despeito das “pendengas” possíveis nessa temática, ou como interpretações parciais, sugere o autor que “em última análise, não podemos nos limitar a contrastá-las; precisamos também examinar suas interrelações” (WILLIAMS, 2011, p. 471 e 483).

Assim, o urbano e o rural, apesar de suas especificidades e da construção social e histórica ao longo dos tempos em torno de suas noções – em especial desde o advento da Revolução Industrial na Inglaterra e do sistema capitalista –, possuem suas interrelações.¹⁶

1.2 O contexto histórico do local de pesquisa

1.2.1 A conformação histórica dos habitantes do Sudoeste do Paraná

Possivelmente o fato histórico mais relevante para o cenário contemporâneo, e que se associa à pesquisa, foi a “Revolta dos posseiros de 1957”, pois esse episódio consolidou a

¹⁶ Ou como sugere Lefebvre (2001, p. 178), no capitalismo se “A cidade se estende desmesuradamente; ela explode. Se há urbanização e, conseqüentemente, absorção do campo pela cidade, há simultaneamente ruralização da cidade. As extensões urbanas (subúrbios, periferias próximas ou longínquas) são submetidas à propriedade da terra, às suas conseqüências: renda fundiária, especulação, rarefação espontânea ou provocada etc.”.

demarcação e titulação da terra que fundou o estilo de modernização agrícola da região a partir dos anos 1960.

Essa região viveu um tempo quente na acepção de Hoffmann (2002), em se tratando dos inúmeros conflitos relacionados à questão agrária no século passado, tendo os posseiros como protagonistas no deslocamento da fronteira agrícola, com um deslocamento de pobres, com base na agricultura de roça, que se constitui num “ciclo lento e repetitivo, de grande pobreza técnica, fortemente vinculado à subsistência do agricultor e sua família” (MARTINS, 2003, p. 210).

Mas a região, antes da “revolta”, teve uma história. Averiguando o recenseamento brasileiro de 1900, Corrêa (1970) constata que sua população era pouco maior do que 3.000 habitantes no vastíssimo município de Clevelândia (onde em grande parte se incluía o Sudoeste), compondo, assim, um vazio demográfico, onde se destacava como área ocupada a Colônia Militar do Chopim, que fora instalada em 1882. No entanto, “a partir de 1990, aproximadamente, verifica-se uma penetração sobre as terras florestais do Sudoeste” de forma sorrateira, a qual não teve “caráter de uma fronteira em marcha” (CORRÊA, 1970, p. 88).

Esse mesmo autor informa que, se antes essa região era praticamente desabitada, a partir dessa época passa a ser habitada por uma população de luso-brasileiros pobres “que ali encontraram uma chance ou um refúgio para viver”, numa região que anteriormente possuía pouco interesse econômico, pois este interesse aumentaria “graças à exportação da erva-mate e à criação de porcos” (CORRÊA, 1970, p. 89).

Dando sequência à história da região, “até 1940 existiam poucos povoados no Sudoeste do Paraná. Era uma região quase desligada do resto do Brasil. O vínculo era maior com a Argentina” (LAZIER, 1986, p. 56). Assim, a família real que chegou ao Brasil, em 1808, “trazia de Portugal uma séria preocupação: ocupar os campos que ficavam na região central do território que mais tarde iria formar a Província do Paraná”.

Esta região era conhecida como os Campos de Guarapuava e estava “desocupada”, do ponto de vista da época que desconsiderava o elemento indígena, em se tratando de soberania nacional.

Ainda que os Kaingang habitassem o território e “não queriam aceitar a presença do homem branco” (WACHOWICZ, 1987, p. 11), o Estado brasileiro tomará a decisão de “povoar para ocupar”, para afastar a preocupação argentina. Esta estratégia geopolítica, que se demonstrará eficiente, mais tarde, na “Questão de Palmas”.

Junto ao elemento indígena estava, já na região, o caboclo¹⁷, aos quais se juntam os luso-gaúchos, especialmente em decorrência da Revolução Federalista (em 1893) que ocorria no Rio Grande Sul, e “perseguições e questiúnculas políticas vigentes em terras gaúchas, transformaram o Paraná em terra de refúgio” (WACHOWICZ, 1987, p. 57), trazendo, assim nova presença no Sudoeste do Paraná. Os caboclos, “vivendo na mata de um lugar praticamente separado do resto do Estado e do país pela inexistência de vias de comunicações acessíveis ao transporte de cargas (...) eram, do ponto de vista econômico, praticamente autárquicos” (ABRAMOVAY, 1981, p. 36), vigorando entre eles a posse da terra, das matas, como “sistema de aquisição de propriedade” (WACHOWICZ, 1987, p. 68).

Com a chegada dos gaúchos, dos quais descende a maioria das famílias estudadas¹⁸, a economia ganha nova dinâmica. Os caboclos, em sua maioria, posseiros, chamados de a “frente da frente” (por se anteciparem aos colonos, deslocando-se), que praticavam um sistema de criação de porcos soltos, vê esse meio de vida se chocar com a da prática de agricultura intensiva praticada pelos colonos sulistas, com lavouras de milho; assim, não se adaptando, “a frente da frente [formada pelos caboclos] penetrava cada vez mais para o interior e conseqüentemente, novas posses iam surgindo” (WACHOWICZ, 1987, p. 71).

Mondardo (2011) afirma que essa dinâmica imigratória para o Sudoeste, entre os anos 1940 e 1970, mais ou menos, foi parte integrante de um projeto ideológico maior, a chamada Marcha para Oeste do Governo de Getúlio Vargas, e, no caso paranaense, para cá vieram agricultores dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sendo que esse afluxo populacional era em sua maioria “constituído por pessoas de origem italiana, alemã e polonesa”, que vinham com algum recurso financeiro proveniente da venda da terra em seus locais de origem e, com instrumentos de trabalho, que assim asseguravam “a instalação da

¹⁷ Sem a pretensão de associar *caboclo* a *quilombola*, sugere-se a dissertação de Alves (2013) que estudou a comunidade quilombola de Palmas, região do Sudoeste do Paraná. Segundo o autor, esta “começou a se agregar por volta de 1836, durante a segunda frente colonizadora da região, a frente cabocla, com baixa densidade demográfica e pouquíssima dinamicidade econômica, a região foi cenário de inúmeras disputas” (p. 105) e, que “trabalhadores imigrantes foram adquirindo as terras do quilombo por meio da compra e venda, ou mesmo através da troca”, especialmente a partir do período destacado (ALVES, 2013, p. 47).

¹⁸ Sobre a origem da população do Sudoeste paranaense, Wachowicz (1987) afirma: “Do total de 97.786 cônjuges, registrou-se, em todo o período estudado (1900-1975), a presença de 30.651 paranaenses, correspondendo a 31,4% da população, 24.283 catarinenses, correspondendo a 24,8%, 41.901 gaúchos, correspondendo a 42,9% do total” (p. 231).

propriedade no meio rural paranaense” (MONDARDO, 2011, p. 108), contrastando com as posses dos caboclos.

Esses agricultores constituíam ou faziam parte do fluxo colonizador, que “partindo do extremo sul, permitiu uma certa afirmação da agricultura familiar até o Sudoeste do Paraná” (VEIGA, 2000, p. 127), esse fluxo fez parte da “corrente sulista ou ‘gaúcha’”, decorrente da emigração que “possui ramificações em quase todo o território nacional, principalmente acompanhando a expansão das áreas de produção agrícolas do Brasil” (ALVES, 2005, p. 44).

Os três municípios do estudo são Francisco Beltrão, que já foi a “Vila Marrecas”, desmembrado do município de Clevelândia, em 1952, com área de 735.111 Km² e com população de 78.943 habitantes; Itapejara d’Oeste, com população de 10.531 habitantes, desmembrado dos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco, em 1964, com área de 254.014 Km², que já foi chamada de “Chá de gralha”, em 1950, e cuja denominação foi alterada para “Tapejara” um ano depois e, por fim, o município de Verê, desmembrado em 1963 do município de Dois Vizinhos, com área de 311.801 Km², contando com população de 7.878 (IBGE, censo de 2010).¹⁹

A respeito da origem e formação desses municípios, Wachowicz (1987) arrola que: “pode-se afirmar que a economia do mate foi importante para o surgimento ou consolidação de núcleos como Pato Branco, Santo Antônio do Sudoeste, Marmeleiro, Chopinzinho etc.”, da mesma forma que, “a suinocultura para Dois Vizinhos, Pérola do Oeste, Itapejara d’Oeste etc.” (p. 83), indicando, dessa forma, origem econômica prevalecente bastante diversa da atual.

O Paraná e o Sudoeste sofreriam também influências diretas do episódio sangrento do Contestado (1912-1916), e, em decorrência disso, surge na região a ideia de se separar e constituir estado independente, o Estado de “Missões”. Assim, com os ânimos exaltados, os paranaenses da região que perderam o litígio com Santa Catarina, acreditando que essa administração os esqueceria de forma unânime, decidem que “passar para a administração catarinense? Nunca! Antes formar na região contestada um estado federado independente” (WACHOWICZ, 1987, p. 106).

¹⁹ Dados do Censo nacional de 2010, disponíveis em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang>>. Acesso em 23/02/2014.

Depois foi constituída a separação do Estado do Paraná, com a criação, pelo Governo de Getúlio Vargas, do Território Federal do Iguaçu (1943-1946); juntamente com esse, foi criada a Colônia Nacional General Osório, a CANGO, com o intento de colonizar o Sudoeste (WACHOWICZ, 1987, p. 119).

Na sequência, com o *boom* imigratório sulista à região, com a alegação de que as lideranças governamentais de Curitiba esqueciam a região, associada a grande quantidade de descendentes gaúchos, ainda, ao clima de instabilidade política no país, da Ditadura civil-militar que vigoraria em seguida, renasceria a ideia separatista (que, talvez, sempre esteve presente na mente de alguns colonos e empresários do Sudoeste), com o intento de constituir o Estado do Iguaçu, apartando-se do Paraná.

No entanto, conforme Wachowicz (1987, p. 139), este projeto “morreu como nasceu: rapidamente”, com o movimento não tendo encontrado apoio entre “a maioria da população nem das autoridades federais” e, “com a decretação, em fins de 1968, do Ato Institucional nº 5, pôs a última pá de cal nas pretensões dos separatistas”.

1.2.2 A Revolta dos Posseiros de 1957 e a titulação da terra

Finalmente, o acontecimento histórico de maior relevância e incidência na vida da população do Sudoeste paranaense foi a “Revolta dos posseiros”, do ano de 1957, acontecida entre “os dias 9 e 13 de outubro, nos municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, com semelhanças e outras tantas diferenças” (PEGORARO, 2008, p. 38).

O tempo quente da questão agrária na região chegava ao seu ápice quando “cansados de serem roubados, cansados de serem massacrados, cansados das injustiças, os posseiros e o povo” da região “resolveram colocar um paradeiro naquele estado de coisas, fazendo justiça com suas próprias mãos” (LAZIER, 1986, p. 76), pois “quando poderosos interesses do capital se instalaram” no território, “a violência tornou-se inevitável. Eram milhares de colonos posseiros de um lado e os interesses do capital do outro” (WACHOWICZ, 1987, p. 166).

A tensão vigorava e se espraiava, quando, “após o esgotamento de todos os recursos legais, os colonos ocupam várias cidades do Paraná”, concentrados, no dia 10 de outubro

(ABRAMOVAY, 1981, p. 57); mesmo que tenha se observado “que o início do apelo para a violência não partiu dos colonos. Foram os próprios grupos econômicos que apelaram para a violência” (WACHOWICZ, 1987, p. 166), essa tensão toma conta e se criam as condições para o levante “depois de uma série de incidentes envolvendo jagunços e colonos²⁰”, assim “tornou-se insuportável a presença daqueles na região” (BONETI, 2009, p. 155).

Passada a revolta e suas repercussões, a questão da terra, a titulação se arrastaria ainda alguns anos, pois, conforme Wachowicz (1987, p. 226): “No intervalo de tempo que vai de 1957, ano do levante dos posseiros, e 1962, criação do GETSOP”, o Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (que foi responsável pela titulação das terras), “o INIC [Instituto Nacional de Imigração e Colonização] não tomou nenhuma medida para tentar resolver o problema de terras da região”.

Mas a história tem um final feliz, para os colonos posseiros, com o GETSOP realizando “uma verdadeira medida de reforma agrária, no sentido não só de distribuir terras, mas também dar assistência ao colono e à região” (LAZIER, 1986, p. 87), assim, os colonos do Sudoeste recebem os títulos da terra.

Este mesmo autor assim resume a história: “Depois das disputas entre o Brasil e a Argentina, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, entre a CEFSPRG²¹ e o Estado do Paraná, entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, entre a União e a CITLA²²”, assim, “finalmente, as terras ricas e férteis do Sudoeste do Paraná foram tituladas a seus verdadeiros donos: os posseiros” (LAZIER, 1986, p. 45-46).

²⁰ Conforme Piori et al. (2012, p. 149) “O primeiro confronto entre jagunços e posseiros aconteceu em 2 de agosto de 1957, no distrito de Verê [um dos municípios desta pesquisa], quando um grupo de colonos armados marchou em direção ao escritório da Companhia Comercial. Na ocasião vinha à frente um colono envolvido em uma bandeira do Brasil que foi morto, ali mesmo, por jagunços”.

²¹ A CEFSPRG foi a Cia. de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, que recebeu concessão para abrir estrada de ferro na região, recebendo “terras devolutas em uma zona máxima de trinta quilômetros para cada lado do eixo das linhas” (LAZIER, 1986, p. 36), posteriormente por desacordos referentes aos decretos do governo do estado, esta companhia entra e disputa com o Estado do Paraná pelas terras na região.

²² A CITLA foi uma empresa que se chamava Clevelândia Industrial, Territorial Ltda., que se responsabilizava pela transação comercial das terras do Sudoeste, a partir de 26 de julho de 1950, no entanto, segundo Lazier (1986, p. 42), a ação desta “acarretou males aos posseiros e demais moradores da região” e “que mais tumultuou o desenvolvimento do Sudoeste do Paraná” (p. 39).

1.2.3 A modernização da agricultura

Dessa forma “resolvidas as questões da posse da terra” se inicia o processo de modernização da agricultura na região, “que se constituiu, basicamente, na mudança da base tecnológica orientada pelo capital industrial” (BATTISTI, 2006, p. 66), já iniciada com “o grande afluxo de [i]migrantes para a região”, e ainda “nos anos de 1954-55”, o “elemento gaúcho acelera sua participação, tornando-se majoritário” (WACHOWICZ, 1987, p. 235, com acréscimo), mas essa se dá mesmo com “a transformação do agricultor de posseiro a proprietário”, contribuindo, assim, com grande desenvolvimento em toda a economia regional (LAZIER, 1986, p. 101).

E, entre os vários fatores de modernização do Sudoeste, o crédito rural talvez tenha sido o mais decisivo. Lazier (1986, p. 101-102) dá uma demonstração da abundância desse crédito, pois “o financiamento aos agricultores da região aumentou de Cr\$ 12.402.000,00, em 1970, para Cr\$ 283.571.000,00 em 1975”, só nesse período, com “um crescimento de 2.186% em apenas cinco anos”.

Nesse mesmo sentido, Santos (2008) coloca que foi entre os anos 1960 e 1980 que se instalou, na região, o pacote tecnológico como um dos fatores que determinaram o ritmo territorial da modernização, sendo “o crédito rural para custeio das lavouras” (SANTOS, 2008, p. 119), especialmente da soja, “que passou por grande expansão em 1968” (CORRÊA, et all., 1970, p. 14). O plantio e a produtividade dessa leguminosa só aumentaram, pois em 2007, conforme ilustra o dado, “o Paraná revelou-se o segundo maior exportador de produtos do complexo soja: grãos, farelo e óleo” (CALDARELLI, CÂMARA, SEREIA, 2009, p. 118).

A soja é uma lavoura que sofre o incremento da modernização, ilustrado no uso da tração mecânica no Sudoeste que, conforme Santos (2008, p. 147), tem “um aumento de 2.111%, no número de tratores, no período entre 1970 e 1980”; ou nos dados de compra de fertilizantes químicos no município de Francisco Beltrão, cujos, conforme demonstra Mondardo (2008), no ano de 1970, 11,09% dos estabelecimentos rurais utilizavam fertilizantes, em sua maior parte, químicos, ocorrendo aumento no ano de 1975, quando “este número eleva-se para 69,64% dos estabelecimentos com uso de adubação química e, em 1995/96, 81,83%” dos estabelecimentos já a utilizavam (MONDARDO, 2008, p. 124). Esses exemplos demonstram o grau de tecnificação do campo, no entender de Candiotto e Corrêa (2008), que é um processo decorrente da expansão capitalista que “conduz à inserção de ações

e objetos técnicos” que são “geralmente concebidos, produzidos e vendidos a partir de uma racionalidade técnica e urbana” (CANDIOTTO, CORRÊA, 2008, p. 238).

Entre os agentes dessa modernização está a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, a ACARPA, instituída no Sudoeste em 1968, no município de Francisco Beltrão, posteriormente essa entidade é extinta e tem suas atividades absorvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, a EMATER, instituída, no Paraná, em 1977 (SANTOS, 2008).

Nacionalmente, Navarro (2010) vê esse período como das mais importantes nas transformações do mundo rural, inclusive com a ação governamental, pois “pela primeira vez, o Estado brasileiro implantou uma ousada estratégia nacional de modernização tecnológica das atividades agropecuárias”, numa fase que foi de 1968 a 1981, sendo esse “o mais importante momento da agricultura brasileira” (NAVARRO, 2010, p. 110).

Com os exemplos do crédito e da utilização da tração mecânica se ilustram as transformações no Sudoeste paranaense, que cada vez mais, com os “projetos de expansão territorial do capital e sua contínua valorização por meio da ampliação da escala de acumulação, [e] as inovações técnicas com a modernização da agricultura” acabam dispersando força de trabalho do meio rural para outras áreas, em outros estados ou mesmo forçando-os a [e]migrar para as cidades da região (MONDARDO, 2011, p. 128, com acréscimos), demonstrando o predomínio das cidades sobre o campo, o rural, a partir do modo como comercializa seus produtos agrícolas e como ocorre a distribuição de produtos industriais e serviços, como demonstram Corrêa et all. (1970, p. 134), “definindo o papel de dominação das cidades regionais sobre o campo, a subordinação daquelas face ao mundo extrarregional”.

1.2.4 Crise econômica afeta a agricultura do Sudoeste

No entanto esse modelo também gera crises; conforme Antonello (2011), os benefícios da modernização não eliminaram as disparidades socioeconômicas das regiões rurais, ao contrário, aprofundaram, pois esse “resultado é a relação direta observada entre o aumento do grau de desigualdade da distribuição de renda no setor agrícola e o processo de modernização da agricultura” (ANTONELLO, 2011, p. 69).

Kiyota (2007) oferece exemplos, na década de 1980, da ação do sindicalismo ligado à Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, a ASSESOAR e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), no sentido de estimular a organização dos agricultores para enfrentar a crise da agricultura que, “no território do Sudoeste perdurou pela década de 1990²³, motivando a realização de inúmeras mobilizações” apontando “as dificuldades de acesso a financiamento, os baixos preços dos produtos e os altos juros” ou mesmo “denunciando o êxodo rural, queda de preços, etc.” (KIYOTA, 2007, p. 110).

Sobre a crise na agricultura familiar, Perondi (2007) comenta que, entre os fatores que contribuíram para isso, estaria a renda agrícola negativa, decorrente de fatores como a estiagem; a questão da sucessão geracional, que teve como consequência um baixo percentual de permanência dos jovens no meio rural; e a introdução da cultura da soja que funcionou “como indutora das inovações mecânicas, químicas e biológicas que conduziu a um crescente processo de mercantilização” na região (PERONDI, 2007, p. 20).

Os fatores comentados pelo autor afetam a emigração dos jovens agricultores, especialmente com amecanização que tanto permite o cultivo de áreas menores como reduz a demanda de trabalho humano, respondendo assim pela saída de jovens do meio rural.

Como fruto desse processo de modernização, conforme esse autor, ocorreu na região Sudoeste “a diferenciação agrária em três sistemas, segundo restrições ambientais e socioeconômicas”, em três grupos: o primeiro, com o uso das terras planas (ou granjeiros) que “são aqueles que estão melhor equipados e possui as melhores condições para cultivar a soja, o milho e o feijão de forma especializada e motomecanizada”; na sequência, os agricultores de encosta “que possuem uma estratégia de produção na ‘policultura-criação’, baseados numa mecanização com tração animal” e, finalmente, os agricultores que se encontram em terras mistas, que “também se estruturam na ‘policultura-criação’, entretanto conseguem acessar a tecnologia moderna através do associativismo ou da terceirização e cultivar seus pequenos platôs com a cultura da soja e o milho” (PERONDI, 2007, p. 215).

E assim chega-se à história recente. Possivelmente, dos municípios de Itapejara d’Oeste, Francisco Beltrão e Verê, pela ordem de coleta de dados, a maioria dos agricultores

²³ No entanto, Silva e Michon Jr. (2008, p. 38 e 40), sinalizam uma recuperação da região no início da década seguinte: a mesorregião do Sudoeste foi a que apresentou maior crescimento de renda (55,6%) no ano 2000, também com a redução do número de pobres, em 1991 possuía 50,5% e este número decaiu para 29,4% no ano 2000, por fim ela tinha seu PIB assim distribuído no ano 2000: 38% em agropecuária, 22% industrial e 41% em serviços.

desta pesquisa esteja mais representada no terceiro grupo, que se encontra em terras mistas, na caracterização de Perondi (2007).

1.3 Problema, objetivo e hipótese de pesquisa

O tema dessa pesquisa é a sucessão geracional da agricultura familiar e, metodologicamente, procurar-se-á estudar essa questão de forma comparativa entre duas comunidades rurais da região Sudoeste do Paraná. A agricultura nessas localidades vem sendo perpassada por dois outros processos: a modernização e a mercantilização²⁴, que poderão favorecer ou dificultar essa ação.

A modernização da agricultura ocorre de forma mais acentuada na região, conforme relato dos entrevistados e da literatura de área, desde os anos 1970, especialmente a partir da titulação da terra, nas regiões em que ocorreu a “Revolta dos posseiros”, desde a finalização do trabalho de titulação das terras pelo Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP), que fora instalado com esse propósito em meados dos anos 1960.

A mercantilização da agricultura se dá, de forma mais tardia, a partir do final dos anos 1980, a partir de mercados externos para a soja e da entrada, cada vez mais constante, de pacotes de insumos industriais e tecnológicos, e vem se consolidando no período recente.

Perondi (2007, p. 27) entende a mercantilização em sentido mais amplo, e, desta forma, a modernização da agricultura seria “apenas uma de suas dimensões”, como já apontara Fleischfresser (1988). Já a mercantilização enquanto conceito é aquela de Marsden (1995, p. 293), assim ela

“representa um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos a objetos rurais e agrícolas, mas também ao artesanato e às pessoas. Ela não representa um processo único e universal que transforma apenas o trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, ao contrário, de um fenômeno diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam”, apud Schneider (2003, p. 110, traduzido no original).

²⁴ Aqui entendidos como dois processos distintos, mas que se influenciam e passam a se confundir no período mais recente da agricultura na região, dito de outra forma, aqui a modernização (em especial com a mecanização, a adoção de pacotes, sementes selecionadas e híbridas, crédito rural e extensão) ocorreu primeiro, e com essa, acentua-se posteriormente o processo de mercantilização (ou seja, o papel crescente do dinheiro nas relações sociais e a abertura de mercados internacionais para alguns produtos, como a China no caso da soja).

A partir do que as pesquisas na temática da sucessão geracional vêm apresentando, procurar-se-á perceber se as famílias dessas comunidades enfrentam os mesmo fatores ou tendências descritas pelos estudos que tratam a questão e se essa situação vem, de fato, a se materializar.

A partir das evidências empíricas nas fases de coleta de dados, no ano de 2013, pode-se mencionar que a concentração produtiva (consumo e renda) no meio rural é evidente. Se por um lado, alguns agricultores dispõem de colheitadeiras de valor aproximado de R\$ 500.000,00, outros sequer dispõem de terra. Os agricultores convivem na mesma comunidade, com os laços religiosos e culturais que os mantêm a um grupo comum (desde a formação da comunidade), mantendo-os unidos.

Dessa forma, o que os separa não é o modo de vida e, sim, a concentração produtiva e, em decorrência disso, econômica. E essa diferenciação econômica²⁵ pode estar contribuindo para a aceitação do avanço dessa mercantilização que obriga a modernização dos padrões de produção, concentrando assim as atividades ou gerando a dependência tecnológica, descartando, se é o caso, a necessidade de força de trabalho. Por outro lado, os censos demográficos cada vez lançados só aumentam o temor de vazios no rural, dado que a média histórica de filhos só tem caído²⁶, seja por acesso a políticas de contenção e planejamento familiar, seja pela busca de melhores condições de vida, emigrando para as cidades.

Nessas duas comunidades, como em outras regiões, poucos residem, e se apresentam situações tais como: i) os filhos estão deixando o lugar e emigrando para as cidades, seja para

²⁵ Aqui se utiliza o termo diferenciação econômica e não social, pois dos agricultores entrevistados alguns estão sendo mais bem sucedidos que outros: conseguiram modernizar sua base produtiva ou acessar crédito de forma mais intensa, bem como puderam lançar mão de estratégias diversas que possibilitaram rendas diversificadas, tais como as cadeias do leite e de aves. No entanto, como os outros que estão enfrentando maiores dificuldades, continuam a frequentar os mesmos espaços, a mesma comunidade, em síntese, são considerados agricultores da mesma forma, familiares; no entanto, cabe a ressalva de Martins (2011, p. 103) de que “o desencontro entre o econômico e o social na sociedade capitalista expressa o avanço do econômico em relação ao social, este atrasado em relação àquele. O econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou realiza com atraso”.

²⁶ Maia (2014) informa, a partir dos censos demográficos que, “a população rural passou de 35,7 milhões de pessoas em 1991 para 29,6 milhões em 2010” (p. 1085), e que, o Sul foi a região de maior diminuição neste período, com 11,4% (p. 1091), desta forma há uma reconfiguração da “família rural”, que “em 1991, caracterizava-se por um casal com dois filhos, agora caracterizava-se por um casal com um filho em idade escolar” (MAIA, 2014, p. 1096). Por outro lado, Melo e Parré (2007, p. 349, com acréscimo), afirmam que a Região Sudoeste do Paraná “é a segunda região menos urbanizada do estado [no ano de 2004], caracterizando-se como importante reduto da agricultura familiar, mesmo tendo passado por transformações na sua base produtiva, com a introdução de novas práticas de cultivo a partir da expansão da soja”, portanto, com concentração de moradores no campo, em especial nos municípios de Itapejara d’Oeste e Verê, dos três pesquisados.

estudar, seja para trabalhar, ii) os pais destes, que ficam, tornam o rural envelhecido, iii) outros pais, nessas condições, também estão mudando para as cidades, para morar com os filhos que já saíram ou para estar mais próximo de recursos para tratamento de saúde, por exemplo, iv) muitos filhos também alegam sair pela sobrecarga de trabalho a que são submetidos diariamente e da dificuldade de acesso à mecanização de atividades consideradas “penosas”, pesadas, v) outros alegam que a jornada de trabalho, tal como vivem, ainda com pouca mecanização, destoa sobremaneira da vivenciada por aqueles que estão empregados em atividades urbanas, submetidos, então, à lógica do assalariamento, vi) as mídias, em especial a televisão, levam a esses agricultores, especialmente aos filhos, padrões sociais que se confrontam muitas vezes com a formação dada pela família, passada de geração em geração, vii) a escola, por sua vez, também contribui para isso, pois o ensino enfatiza essa diferenciação, urbano do rural, viii) a falta de acesso ao lazer e à espaços de socialização diferenciada para os jovens e, também, às mídias contemporâneas e redes sociais da internet.

Em decorrência da saída da propriedade, muitos jovens acabam não conseguindo realizar o que desejavam nas cidades (trabalhar ou estudar em melhores condições das que se encontravam) e acabam voltando, no entanto, ainda mais empobrecidos. Diretamente relacionados à pobreza e a falta de perspectivas, surgem problemas de drogas e roubos na comunidade rural, que antes eram restritos às áreas urbanas, e agora têm chegado aos mais recônditos lugares e a realidade rural da pesquisa confere com essa situação.

Pela realidade empírica observada e pela análise preliminar dos dados coletados nas três comunidades rurais, há mais pais querendo que algum de seus filhos os sucedam que aqueles que acham melhor os filhos buscarem outras alternativas, gerando, dessa forma, uma conjuntura de insegurança, pois apenas parte das famílias tem assegurado o seu sucessor e, em outras, não há um membro definido que queira assumir a unidade de produção.

Assim, a partir das transformações que o capitalismo impõe ao campo e dos aspectos econômicos da vida social decorrentes desse sistema, pergunta-se: em que sentido a modernização e a mercantilização da agricultura interferem na sucessão geracional da agricultura familiar? E, a partir dessa resposta, outras questões secundárias surgem: a) como os pais veem o processo de sucessão geracional? b) estão transferindo responsabilidades ao sucessor? c) o modo de se fazer a agricultura influencia a sucessão geracional? d) as relações de comunidade continuam decisivas no processo sucessório geracional?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os fatores que levam ou que interferem na sucessão geracional da agricultura familiar, sob a perspectiva dos pais, em duas comunidades nas quais processos de modernização e mercantilização da agricultura vêm adentrando de forma acentuada. Os objetivos específicos: a) apresentar um quadro teórico sobre a sucessão geracional, ou seja, como a literatura de área tem visto o processo, b) caracterizar as duas comunidades, c) comparar a história de vida de algumas famílias em duas comunidades rurais e evidenciar suas similaridades e generalidades.

Como forma de facilitar a elucidação desses objetivos, este trabalho tem como pressupostos: (1) a sucessão geracional na agricultura familiar não é determinada apenas pelo viés econômico, dito de outra forma, não são só os aspectos econômicos que determinam a permanência dos jovens sucessores nessa atividade, mas também os aspectos culturais ou intangíveis que vêm, por exemplo, dificultando a pais oferecerem pouca abertura na transferência de responsabilidades aos filhos e que mesmo passam a desconsiderar ou mesmo desestimular os projetos de vida destes; (2) também o capitalismo em sua expansão sobre o rural das duas comunidades tem possibilitado essa permanência, isto é, através da disseminação e acesso aos novos valores, notadamente urbanos, que possibilitam menor utilização de força de trabalho pela mecanização e pela qualidade de vida que podem acessar; assim os jovens agricultores ficam porque encontram no campo quase tudo que se possa encontrar na vida urbana.

1.4 Métodos e etapas da pesquisa

A pesquisa foi realizada em três fases, e sua abordagem configurou-se a partir de métodos mistos, que, no entender de Tréz (2012), são caracterizados como um terceiro movimento nas ciências, que seria a “pesquisa misturada, integrativa, multi-método, estudos triangulados” que, pode se chamar de “pesquisa mista ou pesquisa de métodos mistos” (TRÉZ, 2012, p. 1137).

E, a partir de métodos mistos então, busca-se compreender a realidade de parte do Sudoeste do Paraná, ao menos em parte dela; pois no dizer de Minayo e Sanches (1993): “O conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade

empírica” e “o método é o fio condutor para se formular esta articulação” (MINAYO, SANCHES, 1993, p. 240).

Esses mesmo autores argumentam pela necessidade de se articularem métodos quantitativos (os dados dos questionários) com qualitativos (tais como as sessões de grupo focal e as entrevistas), pois “se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade, não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória”, ao “contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundadas em seus significados mais essenciais” (MINAYO, SANCHES, 1993, p. 247).

A pesquisa originou-se a partir do envolvimento do autor com o projeto “Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico – DIVERSIDAD”, que vem sendo executado em vários estados brasileiros e, em especial, aqui no Sudoeste do Paraná; inclusive, com a fase inicial, os cinquenta questionários fazendo parte desse amplo exercício de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Zander Soares de Navarro, da Embrapa Estudos e Capacitação, Brasília, tendo ficado a coordenação neste estado a cargo dos professores Drs. Miguel Angelo Perondi e Norma Kiyota.

A pesquisa foi realizada com a entrevista de cinquenta famílias e duas sessões de grupo focal em duas comunidades rurais: a comunidade Secção Progresso, localizada entre os municípios de Francisco Beltrão e Itapejara d’Oeste (maio de 2013) e a comunidade Barra do Santana, localizada no município de Verê (agosto de 2013), com mais seis entrevistas qualitativas com famílias das duas comunidades (setembro de 2014).

Os questionários socioeconômicos²⁷ que constituíram a primeira fase da pesquisa, com trinta e duas questões cada, sendo a maioria delas fechadas, buscam averiguar aspectos relacionados a: a) composição da família, b) a estrutura fundiária, o capital e a produção, c) as despesas, d) as atividades não agrícolas e a pluriatividade, e) as políticas públicas e a ação do Estado, f) a infraestrutura básica, g) o ambiente social e econômico e, h) a emigração familiar

²⁷ Inspirados na metodologia utilizada por Perondi (2007).

e seu futuro.²⁸ Neste último item, encontram-se questões abertas especialmente relacionadas à sucessão geracional na família.

Em relação à escolha das comunidades, a comunidade Secção Progresso se deu por sugestão do orientador, que já havia realizado pesquisa com agricultores de Itapejara d'Oeste (PERONDI, 2007); na segunda, comunidade Barra do Santana, por sugestão da filha de agricultor que cursa agronomia na UTFPR, Câmpus de Pato Branco, Mariana Beal, orientanda de pesquisa do Prof. Miguel Angelo Perondi. Ressalta-se que essa escolha não tinha outra intenção que não fosse a proximidade das famílias, em comunidade, para facilitar o deslocamento e a simples aceitação da pesquisa pelos agricultores.

O critério de escolhas das famílias para a aplicação dos questionários se deu a partir de alguns agricultores já entrevistados, incluídos no banco de dados gerado pela pesquisa de Perondi (2007), em relação aos agricultores do município de Itapejara d'Oeste; nos dois outros municípios, prevaleceu o contato com lideranças locais das comunidades que previamente receberam a equipe de pesquisa.²⁹ A partir desse primeiro contato, foi estabelecido um roteiro de pesquisa considerando as relações de vizinhança e seguindo uma linha conforme conduzem as estradas que cruzam a comunidade.

Assim, nessa primeira etapa da pesquisa, foram entrevistadas cinquenta famílias, o que possibilitou diagnosticar sua estratégia de renda; além disso, numa fase seguinte, fez-se uma sessão de grupo focal por comunidade, em que foram gravadas e transcritas as falas mais significativas sobre o aspecto da sucessão geracional.

²⁸ Este item procura fazer interrogações sobre as aspirações dos pais e da família propriamente a respeito da sucessão geracional. Os questionamentos versam sobre as perspectivas na agricultura (o futuro nessa atividade), se gostaria que os filhos seguissem sua profissão, se existe algum membro da família previsto para isso e, se alguém poderá sair do estabelecimento para a cidade.

²⁹ Por ordem de aplicação dos questionários, nas duas comunidades: Miguel Angelo Perondi, Danieli Simonetti, Ana Paula Schervinski Villwock, Zander Soares de Navarro, Norma Kiyota, Matheus Gehlen Rocha Gricolo, Mariana Beal e Jessica Odila Lourenço de Souza, uns estiveram nas duas, outros em apenas uma das comunidades, além do autor, presente em ambas.

E, conforme a disponibilidade e aceite³⁰, a “seleção”³¹ de seis famílias (três por comunidade) que apresentaram as falas mais eloquentes nas sessões de grupo focal foram entrevistadas de forma individual seguindo um roteiro mais aberto. Ressalta-se aqui a solidariedade e a simpatia que essas seis famílias tiveram para com o autor. As entrevistas foram realizadas em dois chuvosos sábados do mês de setembro, inicialmente na comunidade Barra do Santana, Verê e, no outro em Secção Progresso, Francisco Beltrão. Em todas as entrevistas, os agricultores receberam-nos em suas moradias e foram centradas na figura do “chefe” da família, isto é, o agricultor. Com exceção de uma, pelo fato do entrevistado ser solteiro, em todas as demais, o casal de agricultores esteve presente e, em alguns casos, as respostas foram dadas pelas esposas, em quatro dessas, estiveram presentes filhos, os possíveis sucessores.

Essas entrevistas também foram gravadas seguindo os termos de livre consentimento e seguiram o mesmo roteiro de questões pré-estabelecido (anexo 2), como exposto no item metodologia.

A segunda fase da pesquisa ocorreu com as sessões de grupo focal de duas horas de duração e versaram sobre os tópicos: (1) tecnologia, (2) mercantilização (o papel crescente do dinheiro nas relações sociais) e (3) sucessão geracional e, para essas, foram convidadas as famílias que receberam os pesquisadores para a aplicação do questionário. Em ambas as sessões, compareceram a maior parte das famílias e trouxeram outros familiares, como filhos mais jovens e seus cônjuges. A primeira sessão de grupo focal ocorreu na antiga escola da comunidade Secção Progresso, atualmente espaço de reuniões da comunidade; a segunda, no pavilhão da comunidade Barra do Santana. Nas duas ocasiões, ocorreu a entrega de lanches e uma pequena confraternização entre pesquisadores e os membros das comunidades.

³⁰ Dada a necessidade de aceitação por parte dos agricultores, as entrevistas individualizadas acabaram por contemplar apenas famílias dos estratos de área acima de 10 ha, desta forma, as mais empobrecidas (e com áreas menores de 10 ha) não foram contempladas, apresentando uma limitação importante desta pesquisa (que, possivelmente refletirá nos resultados desta), perdeu-se a complementaridade que poderia ter com as entrevistas destas famílias.

³¹ Aqui se poderia refletir a respeito destas questões, pois as famílias que mais se puseram em evidência nas sessões de grupo focal foram as que prontamente aceitaram novas entrevistas. Por exemplo, por quais as razões as outras não? Por que preferiram ficar mais reservadas? Há constrangimentos internos nas duas comunidades? Se sim, são de que razão? Entre outros aspectos que se poderia elencar nessa situação.

As entrevistas qualitativas³² presenciais, com áudio gravado, foram realizadas com seis famílias das duas comunidades (três em cada) e focaram a história dessas, na tentativa de reconstruir a trajetória desde a origem, passando pela modernização e a tecnificação dos dias atuais, até a entrada da monetarização na vida dessas famílias (roteiro conforme Anexo 2). Versaram as entrevistas sobre os seguintes tópicos: a) história da família: desde os pais até a atual, b) as relações de comunidade, c) sobre as decisões na hora de plantar, d) organização econômica na família e e) sucessão geracional na família.

Em ambas as comunidades, os agricultores receberam o pesquisador para a entrevista que durou em média uma hora, em dois sábados, e cada um levava-o para a própria residência (ação que contribuiu sobejamente para a pesquisa, facilitando o deslocamento).

Para o estudo dessas entrevistas, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo a partir da perspectiva de Laurence Bardin, considerando apenas alguns desses aspectos desta técnica.³³ A transcrição das entrevistas das histórias de vida^{34, 35} dos seis agricultores foi feita considerando as normas da língua portuguesa, e também de acordo com o que Whitaker (2000, p. 149) argumenta que “muitos pesquisadores se esquecem de que, quando as pessoas falam, não estão escrevendo, logo não podem cometer os erros ortográficos que lhe são atribuídos na transcrição”, especialmente em se tratando de entrevistas com pessoas do meio rural, a autora denuncia o que chama de “urbanocentrismo das ciências em geral e da sociologia em particular”.

Da mesma forma, Duarte (2004, p. 221) defende que entrevistas qualitativas “podem e devem ser editadas”, exceção, seguindo a autora, quando se for fazer análise de discurso,

³² O roteiro seguiu modelo exposto em Perondi (1999), Conterato (2004) e Niederle (2007) e foi ampliado pelo autor (conferir Anexo 2). Essas entrevistas foram realizadas por sugestão da banca de qualificação desta pesquisa, realizada nesta Universidade, em 21 de julho de 2013.

³³ Sobre essa técnica conferir Farago e Fofonca (2012).

³⁴ Deve se considerar o alerta de Delory-Momberger (2006, p. 365), de que “A história de vida não é a história da vida, mas a *ficção* conveniente pela qual o sujeito se produz como projeto de si mesmo”, desta forma, segundo a autora, “Não pode haver sujeito, a não ser em uma história a fazer e é a emergência desse sujeito que *intenciona* sua história, que conta a história de vida”.

³⁵ “História de vida” aqui é sinônimo de “História Oral”, tal como argumentam Silva e Barros (2010, p. 69), “A história de vida, um dos métodos que compõem o campo mais amplo da pesquisa qualitativa e mais especificamente da história oral”, embora o autor desta dissertação tenha ciência de que o que se fez nesta pesquisa não constitui um exercício rigoroso de tal método. Assim, o uso de “histórias de vida” é proposital, pois se está estudando aspectos da vida destes agricultores, senão de forma sistematizada quanto os estudos antropológicos ou etnográficos, por exemplo, mas trata-se da *história de vida* destes.

dessa forma “frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacofonias, erros gramaticais etc. devem ser corrigidos na transcrição editada”.

O distanciamento necessário se fez, ou se tentou – apesar da história de vida do autor na agricultura e das paixões que movem todos os seres humanos. Apesar disso, traz-se aqui o que escreveu Hess (2005, p. 74), que é “interessante fazer entrar a história de vida como metodologia na pesquisa e de articulá-la com a teoria”.

Uma sessão de grupo focal consiste basicamente em uma entrevista em grupo, que interage independentemente da mediação do pesquisador e, a partir de tal técnica, poder-se-á “evidenciar processos políticos de questionamento de representações, formação e sustentação de identidades, reconhecimento, legitimidade” (MARQUES, ROCHA, 2006, p. 39) no estudo, especialmente a percepção que os agricultores têm a respeito da sucessão geracional e de outros temas tais como a mercantilização e a modernização da agricultura nas duas comunidades.

A sessão de grupo focal, então, conforme Borges e Santos (2005), pode constituir-se um diferencial em relação às entrevistas individuais, pois “a vantagem dos grupos focais sobre a entrevista individual é que eles permitem aos pesquisadores observar os processos de interação ocorrendo entre os participantes” (BORGES, SANTOS, 2005, p. 78).

Para a terceira fase da pesquisa (as entrevistas qualitativas) e para sua análise, também a teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida em áreas rurais tal como defendido em Perondi (1999 e 2014), pode contribuir para o entendimento, na gramática das falas, das estratégias adotadas por cada agricultor (dos seis entrevistados), seja para explicar seu modo de viver, seja na forma como se adequaram às transformações últimas, a modernização e a mercantilização na agricultura, característica nas duas comunidades, também na forma como pretendem conduzir o processo de sucessão geracional, quando esse se encontra em vias de ocorrer.

E dos estudos que se acercam da História Oral, pois, “O que hoje se conhece por História Oral, viés aceito pelos novos historiadores mas ainda, compreensivelmente, visto com reservas pelos documentalistas, surge nesse contexto, colocando-se como uma possibilidade para estudos em história contemporânea” (GARNICA, 1998, p. 33).

Ainda, esta dissertação busca se inserir na tradição da História Agrária como uma História Regional, tal como exposto em Silva e Linhares (1995), e da Sociologia Rural, tal

como sugerem Jollivet (1998³⁶), Martins (2000³⁷), e Navarro (2012a), respeitando as diferenças em cada um dos autores. Busca-se colaborar para o melhor entendimento sobre a chamada “questão agrária brasileira”, no tocante a sucessão geracional, talvez ainda muito marcada por antigos debates que persistem na literatura, pois, conforme Navarro (2012a, p. 8): “Entender a sociedade, em todos os seus aspectos, é a mais urgente de todas as demandas que a História humana já apresentou e este desafio é o maior estímulo que temos para continuar sendo cientistas sociais”.

A sucessão geracional na agricultura como problemática de pesquisa está associada ao Desenvolvimento Regional, tal como a linha Regionalidade e Desenvolvimento³⁸, caras ao Programa de Pós-Graduação ao qual essa dissertação está vinculada. No entanto, talvez pela própria especificidade do tema, por se referir ao rural, cabe associar aqui o Desenvolvimento rural, o qual, no entender de Navarro (2001, p. 88), “trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural³⁹”, portanto, refere-se às ações, em especial por parte do Estado, com a particularidade de desenvolver o rural. Dentro dessa ideia, o estudo presente poderá contribuir apontando indícios de como se apresenta a sucessão geracional da agricultura no Sudoeste do Paraná, a partir da realidade de duas comunidades.

Entremeio ao que já se foi – agricultor – e ao que se é – pesquisador – cabe aqui o dizer de José de Souza Martins, que sintetiza e profetiza o que se deveria intentar, quando se escreve História, como a história de vida desses agricultores que será aqui contada, assim, do local para o geral, dos sentidos na História:

³⁶ Em uma perspectiva plural, Jollivet (1998) sugere que não deve a Sociologia Rural reivindicar o *status* de ciência à parte, da Sociologia mais geral; ao contrário, está contida nela e, “é na interdisciplinaridade que existe entre os ruralistas [estudiosos do mundo rural] que reside a oportunidade” para reforçar ou reanimar a própria Sociologia Rural (JOLLIVET, 1998, p. 22, com acréscimo).

³⁷ Já Martins (2000, p. 5), afirma que a Sociologia Rural teve nas últimas décadas o seu desencantamento com as populações rurais, ao descobrir lentamente que as estas “têm seus próprios códigos de conhecimento e sua própria concepção de destino, que são tão legítimos quanto os códigos e concepções dos setores da sociedade de que os sociólogos se sentem mais próximos e mais acolhidos”, isso porque este campo da Sociologia “ficou tão obstinadamente preso à suposição de que as populações rurais são populações retardatárias do desenvolvimento econômico e da história, supostas ilhas de primitivismo no suposto paraíso da modernidade” (idem, p. 5-6).

³⁸ Para uma análise de como o desenvolvimento regional pode gerar o desenvolvimento local, e sobre os aspectos das políticas econômicas neste âmbito, consulte-se Cabugueira (2000).

³⁹ Em que pese o alerta de Navarro (2001, p. 91) sobre os limites desse conceito, em especial “na extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais no Brasil”, portanto, qual desenvolvimento rural?

“É no âmbito local que a História é vivida e é onde, pois, tem sentido para o sujeito da História. Entre o homem comum e a História que ele faz há um abismo imenso, o abismo de sua alienação, de sua impotência diante das forças que ele próprio desencadeia quando, querendo ou não, junta a força da sua ação à práxis coletiva que cria o novo ou conserva o velho. A História não será corretamente decifrada pelos pesquisadores se não estiver referida a esse âmbito particular que é o do sujeito e o da história local, isto é, ao modo de viver da História. Por essas mediações a compreensão da História se enriquece, mas se enriquece também a consciência história de quem age na esperança de dar sentido ao se destino no destino do gênero humano” (MARTINS, 2011, p. 117).

Quanto aos critérios éticos, salienta-se que foi solicitada aos agricultores integrantes da pesquisa a assinatura de um termo de consentimento, livre esclarecido (Anexo 3), do qual se garantiu aos participantes o anonimato, o sigilo e o direito de desistir do estudo, inclusive, bem como o livre acesso aos dados quando de seu interesse.

Por fim, quanto à organização da dissertação, observa-se que está estruturada em quatro capítulos além da introdução, que deve ser entendida como algo a parte, em que se apresentou a delimitação da pesquisa, a conceituação do que se entende por sucessão geracional e agricultura familiar, a problemática, os objetivos e as hipóteses do trabalho, além dos métodos de pesquisa e de análise, que foram utilizados para a coleta de dados e a redação escrita, e os critérios éticos que regeram a fase de campo.

No primeiro capítulo, apresenta-se um quadro sintético a respeito dos fatores que podem condicionar a sucessão geracional na agricultura familiar segundo a produção de autores brasileiros, portanto, parte de revisão de literatura de área da produção mais recente.

O segundo tem a função de caracterizar as duas comunidades da pesquisa, a partir dos dados socioeconômicos dos questionários e das sessões de grupo focal. Também nesse capítulo, na parte inicial, caracteriza-se o que se entende por comunidade, a partir da noção teórica de autores.

Por sua vez, o terceiro capítulo traz os primeiros resultados da pesquisa, amparados especialmente nos dados dos questionários com as cinquenta famílias e das transcrições das gravações de áudio das duas sessões de grupo focal, em sintonia com a análise e debate com outros autores que escreveram sobre o tema da sucessão geracional. A apresentação desses se condiciona a partir de duas premissas por parte dos jovens filhos de agricultores, sair ou ficar no estabelecimento de seus pais; enfim, se se concretiza o processo de sucessão geracional ou não.

Por fim, o quarto capítulo agrega as análises a partir das percepções dos seis agricultores selecionados para as entrevistas, dentro de temas tais como a modernização da agricultura, a transformação do seu modo de vida e de fazer a lavoura, a mercantilização, com a renda possibilitada nos últimos tempos, as relações de comunidade entre eles, a sucessão geracional e as perspectivas dos entrevistados a respeito disso.

2. Fatores que condicionam a sucessão geracional

Nos últimos anos, muitos autores estão se debruçando sobre o tema da sucessão geracional na agricultura familiar. Entre os fatores que se fazem presentes na temática da sucessão geracional, conforme os autores brasileiros⁴⁰, privilegiar-se-á: a) história, b) gênero, c) renda, d) escolaridade, e) projeto de vida dos jovens, f) sociabilidade urbana, g) comunidade e h) trabalho.

2.1 História

Com a vinda dos imigrantes europeus, iniciada ainda no século XIX, houve a importação do modelo de produção familiar que prevalecia em solo europeu. Esse estilo de fazer agricultura vai se reproduzindo sem maiores crises até meados dos anos 1960.

A compra de terras na vizinhança ou na fronteira agrícola⁴¹ passou a ser a forma de compensação aos demais filhos preteridos na sucessão geracional da unidade de produção da família. Além dessa alternativa, algumas famílias optavam pela imposição do celibato, levando filhos de ambos os sexos à vocação religiosa ou a saída de algum membro da família para avançar nos estudos, preparando-os para o mercado de trabalho urbano.⁴²

Como exemplo de partilha a partir da tradição, em caso de forçar a sucessão geracional ou a divisão patrimonial no caso de morte de um dos cônjuges, Leanza (2000) cita a *carta de ametade* (das Ordenações Filipinas, que prevaleceu durante o período colonial, que

⁴⁰ Essa revisão bibliográfica inclui publicações nacionais, com poucas exceções, especialmente pelas limitações do autor na leitura em línguas estrangeiras. Acerca do debate internacional, entre outros, sugere-se: Champagne (1986) na França, Wall (1988) em Portugal, Mannheim (1993) no plano teórico, Hervieu (1996) na França, com os jovens rurais no México e no Brasil Durston (1998 e 1999), Roibal et al. (2004) com a perspectiva de mostrar algumas pesquisas recentes na Europa, Palacios (2005) no Japão, Poveda (2005) no México, Ploeg (2008 e 2014) em compilação mundial, Méndez (1999); Alcaide, Zapatero e Jiménez (2010) e García, Sánchez e Sobrino (2011) na Espanha.

⁴¹ No campo, essa fronteira agrícola avançou sobre os demais estados, primeiramente Santa Catarina e Paraná, depois Centro-oeste e Norte do país.

⁴² A respeito dessa perspectiva de análise, conferir entre outros, Nerder e Filho (2001), Mello et al. (2003), Souza (2002), Enderle (2005), Comerford (2007), Andreazza (2008), Brumer e Anjos (2008), Pedroza (2009), Chemin e Ahlert (2010), Zarias (2010), Flores Jr. e Grisci (2012), Kiyota, Perondi e Vieira (2012), Mendonça et al. (2013), Franzen (2014).

por força da União Ibérica se estendeu a Portugal e, conseqüentemente, ao Brasil, mas que foi utilizada até recentemente). Conforme essa tradição das famílias, os bens eram divididos em três partes, sendo destinados 2/3 aos herdeiros, e o restante, a ser utilizado nas despesas fúnebres, ou ficava à disposição do testador, que poderia dar o destino que desejasse ao recurso, até mesmo beneficiar algum filho.

Por outro lado, a despeito das transformações que ocorreram nos últimos anos no processo de sucessão geracional, Ploeg (2008, p. 60 e 63) comenta que, nesse cenário, a agricultura deve ser vista como parte de um fluxo de três tempos (passado-presente-futuro), isto é, um complexo intergeracional, onde se pode adotar a estratégia de se trabalhar mais em uma geração para que a seguinte tenha melhores condições: “os pais trabalham para seus filhos”.

Dessa forma, o processo de escolha de ficar ou não na atividade do rural é antes de tudo um processo dinâmico, definido pela estratégia de reprodução social da família.

2.2 Gênero

Decorrente da crise nas antigas colônias de imigrantes e por uma razão cultural, a mulher filha de agricultores, com poucas exceções, é preterida como sucessora da unidade de produção, na prática, *o filho herdava, e não a filha*, tal como afirmou Coulanges (1961).⁴³

As tradições culturais (por exemplo, do casamento das jovens com filhos de outros agricultores, com o pagamento de dote à família do noivo, permitindo que esta recebesse a terra de outrem) associadas à pouca escolaridade dos pais, na fase inicial, contribuíram para que se tornasse quase naturalizada a condição de preferência do filho em detrimento da filha.

Assim, as estratégias em relação às jovens mulheres consistiam no casamento com filho de outro agricultor (com parentesco preferencialmente) ou no avanço nos anos de estudos, favorecendo sua preparação para um emprego urbano.

⁴³ Este historiador refere-se às civilizações antigas, da Grécia e de Roma, e também a dos hindus. Nestes povos a sucessão geracional está relacionada à religião, assim: “a regra para a herança é conformar-se com o culto. A filha não é apta para continuar a religião paterna, pois ela se casa, e, casando-se, renuncia ao culto do pai para adotar o do esposo: não tem, portanto, nenhum título para herdar. Se por acaso um pai deixasse seus bens à filha, a propriedade seria separada do culto, o que não é admissível”, desta forma, “A religião, portanto, proíbe-lhe herdar do pai” (COULANGES, 1961, p. 107).

A força de trabalho das mulheres que permanecem nos estabelecimentos familiares, permanente ou temporariamente, até seu deslocamento para outra unidade de produção ou para algum centro urbano, é culturalmente entendida como “ajuda”, isto é, auxiliar ao trabalho dos homens. Na divisão do trabalho da família, as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, executadas na casa ou em suas proximidades são femininas e as atividades com maior proximidade ao mercado são masculinas.

Como demonstrado em Paulilo (1987) sobre o “peso do trabalho leve”, o peso do trabalho é cultural, assim, em alguns lugares, capinar é tarefa dos homens, então, considerado pesado, e, em outros, a mesma atividade é realizada pelas mulheres, sendo então considerado leve. Assim, conforme a autora, “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa⁴⁴) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. 70).

Da mesma forma Brumer (2004, p. 211), estudando o papel da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul, sintetiza que “seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento”, em prol dos homens, visto que são “praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores)”. A mesma autora, em outro texto, expõe que

“apesar do desenvolvimento ocorrido em inúmeras sociedades, não há indícios de que as pequenas variações encontradas na divisão do trabalho doméstico apontem para a reversão da situação que atinge globalmente todas as sociedades, no que concerne à atribuição das tarefas reprodutivas às mulheres” (BRUMER, 1996, p. 56).

O desequilíbrio demográfico em algumas regiões, ocasionado pela emigração das jovens mulheres⁴⁵ para as cidades em busca de trabalho fora da agricultura e mesmo de

⁴⁴ Em análise de um projeto que visava o desenvolvimento voltado para mulheres e que tinha o propósito de promover mudanças nas relações de gênero e contribuir para criar relações sociais mais igualitárias no meio rural do estado da Paraíba, Garcia et al. (2013) constataram que por lá, a condição das mulheres é assim sintetizada: “toda atividade é considerada ‘ajuda’ ao trabalhador ‘verdadeiro’, mera obrigação, não entendida como trabalho que deva ser remunerado” (GARCIA, et al., 2013, p. 264), e que tal projeto sofreu uma série de impasses.

⁴⁵ Na perspectiva de estudos de emigração, para compreender o êxodo rural no país a partir dos dados estatísticos estatais, consulte-se Alves (2006) e Alves e Marra (2009).

casamentos com indivíduos urbanos⁴⁶, acaba suscitando fenômenos como o surgimento da figura do “solteirão”, com o celibato masculino se intensificando.⁴⁷

2.3 Renda

Uma das maiores alegações dos agricultores quanto às vantagens do meio urbano, em especial dos jovens, é a renda agrícola menor em relação ao trabalho assalariado. A perspectiva de uma remuneração assalariada impulsiona a saída de alguns membros do estabelecimento rural.

Com a perspectiva de ver na renda uma possibilidade de manter os jovens no rural, Souza et al. (2012) afirmam que “a atividade leiteira proporciona uma renda fixa, assemelhando-se à renda urbana” (SOUZA et al., 2012, p. 15), da mesma forma que outros autores concordam, ressaltando que o ingresso de renda mensal permite maior mobilidade econômica para os sucessores, além do planejamento de novos investimentos” (MILANI, SPANEVELLO, ZORZI, 2012, p. 12).⁴⁸

No entanto, também a respeito desse enfoque⁴⁹, Kiyota e Perondi (2014a), ao analisar dois grupos tipificados como baixa renda e alta renda, constataram que a renda por si só não explica a questão da sucessão geracional nas comunidades analisadas, pois os grupos não apresentaram tendências que pudessem confirmar essa relação entre renda e emigração ou

⁴⁶ A reestruturação produtiva impactará sobre esses emigrantes, conferir a respeito (SILVA, 2001). No entanto a autora não vê a exclusão que esse processo causa como apenas negativo, dessa forma entende a “[e]migração como uma abertura, como caminho para novos ciclos que se abrem e se fecham constantemente” (SILVA, 2001, p. 290, com acréscimo).

⁴⁷ Sobre essa temática, conferir entre outros, Brumer (1996 e 2004), Camarano e Abramovay (1999), Perondi e Ribeiro (2000), Stropasolas (2004), Brumer, Pandolfo e Coradini (2008), Aguiar e Stropasolas (2010), Renk, Badalotti e Winckler (2010), Sales (2010), Scott (2010), Spanevello e Lago (2010), Costa (2013), Rocha Jr., et al. (2014).

⁴⁸ Também é uma atividade que permite considerar a questão de gênero, Rocha Jr., et al. (2014, p. 63) em pesquisa na região do Corede Produção, no Rio Grande do Sul, com agricultores produtores de leite, afirmam que “A atividade de administração da propriedade, de controle de despesas, de receitas e também a prática da ordenha é exercida pelas esposas dos produtores em um índice de, em média, 79,9% dos casos”, constituindo-se, assim em atividade que têm na mulher a principal protagonista.

⁴⁹ Tendo a renda como enfoque da análise no processo sucessório, ver entre outros, Comassetto e Savoldi (2012), Guimarães, Cunha e Froehlich (2012), Kiyota et al. (2012), Milani, Spanevello e Zorzi (2012), Souza et al. (2012), Chechi et al. (2013), Costa e Ralisch (2013), Rocha e Almeida (2013), Kiyota e Perondi (2014a e 2014b), Savian (2014), Rocha Jr., et al. (2014).

renda e sucessão geracional. Nesse sentido, há concordância desse argumento em Savian (2014), que argumenta que a renda familiar pode influenciar “na decisão e ação do jovem no dilema de ficar e sair”, no entanto esse não deve ser o único viés nesse processo, assim “a hierarquia doméstica, valorização do urbano, questões de gênero” (SAVIAN, 2014, p. 105) também podem influenciar na sucessão geracional.

2.4 Escolaridade

Inicialmente, necessitava-se de braços para a lavoura. O cultivo era realizado ainda sem muita técnica e adotado meios mais rudimentares de produção, pois se plantava mais para o consumo, sem a vocação da renda. Assim, por valores culturais e por descaso do Estado brasileiro que não via de forma estratégica levar a educação ao campo, os jovens rurais deixavam a escola com poucos anos de estudos.

A diferenciação de anos de estudos entre rurais e urbanos se estabelece e se torna quase naturalizada. Sai-se da agricultura para estudar e não o contrário. Apesar disso, em geral um filho adentrava aos estudos como estratégia compensatória ao alijamento do processo sucessório. Nesse processo, há a tendência de saírem mais mulheres do que homens para estudar, estabelecendo um processo de masculinização do rural, como apontou o estudo já clássico de Camarano e Abramovay (1999). Entretanto, em alguns casos, Kiyota et al. (2012) encontraram realidade diversa em um município do Sudoeste do Paraná, ou seja, que entre os anos de 2005 e 2010 saíram mais jovens homens do que jovens mulheres.⁵⁰

Além disso, sobre a ideia de que quem está na cidade tem mais anos de estudos do que ficou no rural, no mesmo trabalho, os autores identificaram que os anos de estudos dos jovens rurais atuais têm crescido muito nos últimos anos e afirmam “que não houve diferença na média de escolaridade segundo o sexo entre os jovens que permaneceram e saíram das unidades de produção” (KIYOTA et al., 2012, p. 13).

⁵⁰ Com a escolaridade sendo um dos fatores envolvidos na sucessão geracional, ver entre outros, Abramovay et al. (1998), Camarano e Abramovay (1999), Mello et al. (2003), Cordeiro (2009), Stropasolas (2011), Kiyota et al. (2012), Kiyota, Perondi e Valandro (2013).

2.5 Projeto de vida dos jovens

Em período recente, de maior acesso à escolaridade, de disseminação dos meios de comunicação em áreas rurais, de políticas públicas de acesso, da liberação cultural das regras aceitas pela tradição, da diminuição do número de filhos nas famílias, entre outros fatores, os projetos de vida dos jovens passam a se impor.

Associado aos projetos de vida dos jovens em tempos recentes e à queda de índices demográficos no meio rural, algumas unidades de produção acabam sem sucessores quando esses decidem por outros caminhos em vez de ficar no meio rural.⁵¹

Nessa linha, Toledo (2008) alerta que “já não há mecanismos seguros que garantam a permanência da juventude rural junto às propriedades dos pais”, assim pode estar ocorrendo uma crise entre as perspectivas de vida dos *pais* e as dos *filhos*, “o que parece demonstrar que estes não vislumbram expectativas e atrativos que venham transformar o meio rural em um local adequado para o projeto de suas vidas” (TOLEDO, 2008, p. 6).

No sentido dos mecanismos de permanência do jovem no meio rural, por outro lado, Durston (1999) afirma que o acesso à educação pode vir a contribuir para sua permanência no rural, pois essa “expõe o jovem invariavelmente a novas ideias, tanto sobre o mundo como sobre os valores éticos e os direitos, distintas das ideias tradicionais” de seus pais, dessa forma pode modificar “sua concepção de mundo” e, com isso, pode possibilitar um novo ambiente de convívio familiar, pois “muitos pais e dirigentes adultos valorizam a contribuição que os filhos podem dar, a partir dos conhecimentos que adquirem” (DURSTON, 1999, p. 19). Deste modo, o processo de sucessão geracional poderá se desenvolver de forma menos conflituosa.

2.6 Sociabilidade urbana e as transformações na identidade dos jovens

A despeito das transformações da sociedade acentuadas no século passado, a sucessão geracional sempre esteve dentro de um quadro de contradições da sociabilidade capitalista, que historicamente tem colocado em oposição o campo e a cidade.

⁵¹ A esse respeito, conferir entre outros, Durston (1999), Ferrari et al. (2004), Wanderley (2007), Spanevello e Lago (2008), Toledo (2008), Paulo (2010), Sales (2010), Troian et al. (2011), Wheisheimer (2011 e 2013).

Desta forma, os jovens que atravessam as gerações e as mudanças recentes vivem uma dupla dinâmica social, de um lado, os valores de família e da comunidade e, de outro, os da cidade (o mundo urbano-industrial). É neste cenário que normalmente os jovens se inserem na sociedade de forma mais geral.

No entanto, Durston (1998) aponta que, com o acesso aos meios de comunicação, as diferenças entre o rural e o urbano podem se tornar menores, diminuindo essa barreira entre rural e urbano

“Nem todas as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação globalizados são prejudiciais ou enganosos para a juventude rural; também incluem aumento da exposição a princípios como democracia, direitos humanos e justiça social (...) a exposição à mídia mundial tem desempenhado na geração de novas atitudes diferentes entre os moradores rurais, jovens e velhos. A maior exposição dos jovens aos meios de comunicação, especialmente a televisão e suas mensagens carregadas de valores implícitos, também teve impactos positivos em relação a questões de desenvolvimento sustentável e uso adequado da tecnologia” (DURSTON, 1998, p. 29, tradução do autor).

2.7 Comunidade

As comunidades⁵² entendidas como o agrupamento de pessoas de determinada localidade e que mantém laços afetivos e de identidade próximos ou mesmo extremados, com ligações de parentesco, redes de troca, espaços de encontros, de continuidades e descontinuidades geracionais.

Esse enfoque, sobre a influência das relações sociais estabelecidas nas comunidades rurais na sucessão geracional, tem sido considerado em pesquisas recentes no Sudoeste do Paraná, tais como os estudos de Kiyota e Perondi (2014a). Nesse estudo, os autores apontam que as relações sociais existentes, ou que se formam, nas comunidades rurais e os seus aspectos sociais, culturais e psicológicos podem reforçar os sentimentos de pertencimento, confiança e bem estar dos jovens, tendo assim um papel tão importante quanto os econômicos na opção dos jovens em permanecer ou não na unidade de produção da família.

⁵² O que se entende por comunidade, a partir de alguns autores, será demonstrado no próximo capítulo.

2.8 Trabalho

A penosidade e a falta de tecnologias poupadoras de mão de obra são fatores que podem contribuir para a saída dos jovens da agricultura. O incremento de tecnologias como forma de facilitar a vida cotidiana e as atividades que demandam maior quantidade de mão de obra, como as do leite e de aviários, por exemplo, poderiam favorecer a permanência desses. Sobre o enfoque da penosidade e tecnologia, conferir Stropasolas (2011).

Em época de crescente tentativa de institucionalização do que se acredita ser a agroecologia⁵³, a sucessão geracional em propriedades que adotam modelos alternativos chama a atenção por se acreditar constituir-se mais uma estratégia de reprodução, associada à ideia de desenvolvimento sustentável⁵⁴. A esse respeito, conferir, por exemplo, Oliveira e Schneider (2009) e os estudos realizados por Pasqualotto et al. (2011), Pasqualotto (2013), Corá (2014) e Bortolotti (2014), na região de Pato Branco, Sudoeste do Paraná.

A seguir, com a caracterização das comunidades, será possível observar se os fatores aqui expostos, como temas centrais da questão sucessória, aparecerão também no estudo das duas comunidades.

⁵³ A respeito da polêmica em torno dessa expressão, conferir, entre outros, Wezel (2009), Navarro (2013a, 2013b), Mello (2013), Colli (2013), Mesquita (2013), Baiardi (2013), Nunes (2014) e Kischener, Simonetti e Bertella (2014).

⁵⁴ Sobre os limites dessa expressão e de sua congênere sustentabilidade, conferir Navarro (2012b).

3. Caracterização⁵⁵ das comunidades

O estudo foi realizado em duas comunidades localizadas nos municípios de Francisco Beltrão e Verê, ambos são municípios da Mesorregião Sudoeste Paranaense. A comunidade Secção Progresso abrange partes dos municípios de Francisco Beltrão e Itapejara d'Oeste, mas a sede da comunidade localiza-se no primeiro município e seus moradores tendem a ter relações mais estreitas com este, mesmo os localizados no outro município. A segunda comunidade rural denominada Barra do Santana localiza-se no município de Verê.

A noção de comunidade rural aproxima-se do entendimento de Cândido (2010) de bairros rurais, que em seu estudo sobre os “caipiras paulistas”, os definiu como o “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (CÂNDIDO, 2010, p. 76). Tanto a comunidade Secção Progresso, quanto a Barra do Santana apresentam essas características próprias das relações de vizinhança oriundas da trajetória das famílias que vivem nessas localidades.

Também em Weber (2012) pode-se encontrar uma definição de comunidade no sentido que se deseja demonstrar aqui, por isso, para o autor

“Uma relação social denomina-se ‘relação comunitária’ quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no *sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer* (afetiva ou tradicionalmente) *ao mesmo grupo*” (WEBER, 2012, p. 25).

Mais adiante o autor explica: “A *relação comunitária* pode apoiar-se em todas as espécies de fundamentos afetivos, emocionais ou tradicionais” (WEBER, 2012, p. 25). E que, “a grande maioria das relações sociais, porém, tem caráter, *em parte*, comunitário e, *em parte*, associativo” (idem). Da mesma forma, o local (a comunidade), pode ser entendido como “um local cognitivo”, no dizer de Bourdin (2001), e que

“Toda espacialidade exprime a pertença a um *nós*, que se constrói e se manifesta em recortes territoriais. O espaço de pertença resulta do conjunto de recortes ‘que especificam a posição de um ator social e a interação de seu grupo de pertença num lugar’, o espaço de referências define o sistema de valores espaciais em que se

⁵⁵ Ressalte-se que não se buscou uma caracterização mais ampla das comunidades, com dados dos censos demográficos, por exemplo, tampouco do número de estabelecimentos e a distribuição da população por idade e sexo. Nesse sentido, faz-se uma *caracterização socioeconômica mínima* das comunidades.

inserem esses recortes e organiza a relação do aqui com o alhures” (BOURDIN, 2001, p. 33).

No entanto, cabe o alerta de Brandão e Feijó (1984, p. 489), para os quais “uma comunidade é uma construção hipotética produzida por cada disciplina de acordo com as suas próprias finalidades e pressupostos”. Desta forma, fecha-se aqui o que se entende por comunidade, a partir da noção-síntese elaborada por Pinto (1981), a respeito do espaço social rural. Assim sendo, a comunidade rural teria três características mais gerais:

“dependência em relação aos processos naturais e estreita ligação ao espaço físico local de grande parte dos agentes sociais que nele habitam; persistência do grupo doméstico, enquanto unidade de produção, consumo e residência; importância das relações de interconhecimento na configuração dos principais processos sociais locais” (PINTO, 1981, p. 199).

As Tabelas 1, 2, 3 e 4 a seguir estimam a capacidade de trabalho⁵⁶ das unidades de produção, bem como sua escolaridade, já considerando dados dos questionários aplicados (pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD). Observa-se que no caso do trabalho, as tabelas descrevem a disponibilidade de força de trabalho não agrícola, agrícola e total relacionados com os estratos de área total dos estabelecimentos das comunidades.

Em relação à disponibilidade de força de trabalho não agrícola (UTH não agr.) por área total, destacam-se os estabelecimentos com áreas menores que 10 hectares que obtiveram a maior média entre os estratos analisados, com 0,92 UTH, na comunidade Secção Progresso e 0,28, na Barra do Santana. Os estabelecimentos de área total acima de 50 hectares não apresentaram membros envolvidos com atividades não agrícolas em ambas as comunidades.

No que diz respeito à força de trabalho agrícola (UTH agr.), os estabelecimentos acima de 50 hectares foram os que apresentaram a maior média, sendo 2,4 UTH agr., na Secção Progresso e 2,3 UTH agr., na Barra do Santana. Por outro lado, os estratos com área menor que 10 hectares apresentaram menos força de trabalho em atividades agrícolas, chegando ao índice de 0,7 UTH agr., na comunidade Secção Progresso e 1,2, na Barra do Santana.

⁵⁶ A Unidade de Trabalho Homem (UTH) pode ser compreendida como sendo a quantificação da capacidade de trabalho disponível. Uma UTH corresponde a uma pessoa adulta, atingindo oito horas diárias de trabalho durante 300 dias por ano.

Tabela 01. Média da Unidade de Trabalho Homem (UTH) não agrícola, agrícola e total, por estratos da área total na comunidade Secção Progresso.

Estratos de Área total	Frequência	UTH não agr.	UTH agr.	UTH total
Menor que 10 ha	4	0,92	0,69	1,69
10 a 50 há	17	0,14	1,95	2,09
Acima de 50 ha	4	0,00	2,39	2,41
Total	25	0,24	1,82	2,08

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

Tabela 02. Média da Unidade de Trabalho Homem (UTH) não agrícola, agrícola e total, por estratos da área total na comunidade Barra do Santana.

Estratos de Área total	Frequência	UTH não agr.	UTH agr.	UTH total
Menor que 1 ha	8	0,28	1,18	1,45
10 a 50 há	15	0,07	1,93	2,08
Acima de 50 ha	2	0,00	2,33	2,76
Total	25	0,13	1,72	1,93

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

As Tabelas 3 e 4, a seguir, descrevem a média do número, idade e escolaridade média dos membros das famílias estudadas.

Observa-se que em relação ao número de membros das famílias, em ambas as comunidades, o número máximo encontrado foi de seis pessoas. A Secção Progresso apresentou a média de 3,7 e a Barra do Santana de 3,1 membros por estabelecimento, sendo que em ambas a mediana encontrada corresponde a três, o que indica a existência de famílias com número superior de membros que elevaram o valor da média.

O mesmo acontece quando se analisa a idade média dos membros das famílias na comunidade Secção Progresso, cuja média de idade corresponde a 36,7 anos e a mediana a 40

anos. Na comunidade Barra do Santana, a média de idade é de 44,8 anos obtendo uma mediana de 47,5 anos, indicando a existência de valores menores que 47,5 anos que reduziram o valor da média.

Tabela 03. Número, idade e escolaridade média dos membros das famílias da comunidade Secção Progresso.

	Nº membros	Idade	Escolaridade
Média	3,72	36,76	5,84
Mediana	3	40	5

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

Tabela 04. Número, idade e escolaridade média dos membros das famílias da comunidade Barra do Santana.

	Nº membros	Idade	Escolaridade
Média	3,12	44,83	6,38
Mediana	3	47,5	4,5

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

Na análise da Tabela 05 se observa que a Comunidade Secção Progresso possui maior população numérica, feminina e de crianças e jovens em comparação à Comunidade Barra do Santana. Esta, por sua vez, possui mais adultos e idosos, sendo que a população masculina é maior que a comunidade anterior, apesar do maior número de idosos.

Em ambas as comunidades, há menor quantidade de crianças e jovens em relação a adultos e idosos. Apenas em Secção Progresso tanto crianças e jovens analisados separadamente constituem-se em maior número do que o de idosos nesta comunidade.

Entre os potenciais sucessores dentro de um cenário, considerando a próxima década, com esses alcançando a condição de adultos (a partir dos 25 anos), e considerando apenas os nascidos até então, em ambas as comunidades, essa faixa etária não conseguirá equivaler ao

número atual de população de adultos e idosos, o que poderá acarretar a diminuição do número de ocupação de pessoas nas comunidades estudadas.

Por outro lado, em um cenário de possíveis casamentos, considerando a população de jovens nesse mesmo espaço de tempo, na comunidade de Secção Progresso, há relativo equilíbrio entre moças e rapazes, no entanto o mesmo não ocorre na Comunidade Barra do Santana, com maior predominância masculina.

Tabela 05. Distribuição dos membros das famílias agrupados por faixa etária e sexo nas comunidades Secção progresso e Barra do Santana, 2013.

		Criança	Jovem	Adulto	Idoso		
Idade em anos		0 a 9	10 a 24	25 a 59	60 ou mais	Total	%
Secção Progresso	Masc.	2	11	22	7	42	47
	Fem.	10	10	23	4	47	53
	Total	12	21	45	11	89	100
	%	13	24	51	12	100	
Barra do Santana	Masc.	1	8	22	11	42	55
	Fem.	2	5	23	5	35	45
	Total	3	13	45	16	77	100
	%	4	17	58	21	100	

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013. Tabulação de Kiyota e Perondi (2014a, p. 3).

3.1 Comunidade Secção Progresso

A Comunidade Secção Progresso contém parte dos agricultores de duas localidades que frequentam uma mesma capela: alguns estão localizados na comunidade Barra Grande, município de Itapejara d'Oeste, e outros são da Secção Progresso, em Francisco Beltrão.

Essas famílias se conectam num *continuum* geográfico, compartilham de uma mesma identidade e se reúnem para as mesmas atividades religiosas e de lazer na sede da Secção Progresso, por isso a opção de caracterizá-los como sendo de apenas uma comunidade.

Foram aplicados vinte e cinco questionários com famílias dessa comunidade no mês de maio de 2013.

Das famílias que responderam ao questionário, depreende-se que são católicas, das mais diversas origens étnicas e culturais, mas com certa predominância estendida, se não aos pais, aos avós, à origem do estado do Rio Grande do Sul.

Conforme a Tabela 06, das 89 pessoas que compõem o universo das famílias entrevistadas na Comunidade Secção Progresso, a maior parte é adulta e idosa, compondo 63% da população.

Tabela 06 - Distribuição dos membros das famílias agrupados por faixa etária e gênero na comunidade Secção Progresso, 2013.

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total	
Criança (0 a 9 anos)	2	10	12	13%
Jovem (10 a 24 anos)	11	10	21	24%
Adulto (25 a 59 anos)	22	23	45	51%
Idoso (60 anos ou mais)	7	4	11	12%
População total	42	47	89	100%

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013, adaptado de tabulação de Kiyota e Perondi (2014a, p. 3).

Na Tabela 07, percebe-se que ocorreu a emigração de 48 pessoas da comunidade e, destes, 45 estavam na faixa etária de jovem, ou seja, entre 10 e 24 anos, quando saíram do estabelecimento.

Tabela 07 - População residente e emigrante da comunidade Secção Progresso, 2013.

Faixa etária	Masculino		Feminino		Total	
	Res.	Emigr.*	Res.	Emigr.	Res.	Emigr.
Criança (0 a 9 anos)	2	-	10	1	12	1
Jovem (10 a 24 anos)	11	19	10	26	21	45
Adulto (25 a 59 anos)	22	1	23	1	45	2
Idoso (60 anos ou mais)	7	-	4	-	11	-
População total	42	20	47	28	89	48

* Os emigrantes foram classificados segundo a idade com que saíram da UP.

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013, adaptado de tabulação de Kiyota e Perondi (2014a, p. 4).

Na Tabela 08 a ampla maioria dos emigrantes, ou seja, 94%, considerando homens e mulheres, saiu do estabelecimento na faixa etária de jovem (entre 10 e 24 anos). Entre os motivos, 58% saíram para trabalhar, e 40% saíram para estudar. Observe-se que, considerando esses dois índices de saídas, nos dois casos, saíram mais mulheres.

Não ocorreu nenhuma emigração justificada por casamento. E apenas um caso (2%) de uma criança que saiu para acompanhamento. Dos adultos que emigraram, 2 (4%) saíram devido à emigração por trabalho.

Tabela 08 - Motivações da emigração rural-urbana em Secção Progresso por faixa etária, 2013.

		Criança	Jovem	Adulto	Idoso		
Idade em anos		0 a 9	10 a 24	25 a 59	60 ou mais	Total	%
Acompanhamento*	Masc.	-	-	-	-	-	-
	Fem.	1	-	-	-	1	2%
	Total	1	-	-	-	1	2%
Trabalho	Masc.	-	12	1	-	13	27%
	Fem.	-	14	1	-	15	31%
	Total	-	26	2	-	28	58%
Estudo	Masc.	-	7	-	-	7	15%
	Fem.	-	12	-	-	12	25%
	Total	-	19	-	-	19	40%
Casamento	Masc.	-	-	-	-	-	-
	Fem.	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-
TOTAL		1	45	2	-	48	-
%		2%	94%	4%	-	-	100%

* Acompanhamento: relativo a crianças e idosos que precisam do cuidado de outros e saíram das unidades de produção acompanhando ou indo morar com pais, filhos ou outros membros da família.

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013, tabulação de Kiyota e Perondi (2014a, p. 5).

Na Tabela 09, em relação aos anos de estudo dos emigrantes, verifica-se que esses estavam na faixa de jovem (10 a 24 anos) quando saíram, e tinham em média 9,95 anos de estudo, e sem diferença significativa de escolaridade entre os gêneros.

Tabela 09 – Escolaridade média por faixa etária e por sexo dos membros emigrantes das famílias da comunidade Secção Progresso, 2013.

		Criança		Jovem		Adulto			
Idade em anos		0 a 9		10 a 24		25 a 59		Total	
		N	\bar{x}	N	\bar{x}	N	\bar{x}	N	\bar{x}
Secção Progresso	Masc	-	-	16	10	2	6	18	9,55
	Fem.	1	0	25	9,92	1	11	27	9,66
	Total	1	0	41	9,95	3	7,67	44	9,62

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013, tabulação de Kiyota e Perondi (2014a, p. 6).

3.2 Comunidade Barra do Santana

A comunidade de Barra do Santana fica localizada na localidade de mesmo nome, pertencente ao município de Verê. Foram aplicados vinte e cinco questionários com famílias dessa comunidade, no mês de agosto de 2013. Como a comunidade anterior, nesta também há predomínio de fé católica e origem comum da maioria do Rio Grande do Sul.

Pela Tabela 10, percebe-se que, das 77 pessoas que compõem o universo das famílias entrevistadas na comunidade Barra do Santana, a maior parte delas está nas faixas etárias de adulto e idoso, compondo 79% da população.

Tabela 10 - Distribuição dos membros das famílias agrupados por faixa etária e sexo na comunidade Barra do Santana, 2013.

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total	
Criança (0 a 9 anos)	1	2	3	4%
Jovem (10 a 24 anos)	8	5	13	17%
Adulto (25 a 59 anos)	22	23	45	58%
Idoso (60 anos ou mais)	11	5	16	21%
População total	42	35	77	100%

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013, adaptado de tabulação de Kiyota e Perondi (2014a, p. 3).

Pela disposição da Tabela 11, percebe-se que ocorreu a emigração de 37 pessoas da comunidade e, destes, 26 estavam na faixa etária de jovem, ou seja, entre 10 e 24 anos, quando saíram do estabelecimento, com predominância feminina. No entanto, também como emigrantes na faixa adulto, 11, também com ligeira maioria das mulheres.

Tabela 11 - População residente e emigrante da comunidade Barra do Santana, 2013.

Faixa etária	Masculino		Feminino		Total	
	Res.	Emigr.*	Res.	Emigr.	Res.	Emigr.
Criança (0 a 9 anos)	1	-	2	-	3	-
Jovem (10 a 24 anos)	8	5	5	21	13	26
Adulto (25 a 59 anos)	22	5	23	6	45	11
Idoso (60 anos ou mais)	11	-	5	-	16	-
População total	42	10	35	27	77	37

* Os emigrantes foram classificados segundo a idade com que saíram da UP.

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013, adaptado de tabulação de Kiyota e Perondi (2014a, p. 4).

Já no caso da Tabela 12, a maior parte dos emigrantes, ou seja, 70%, considerando homens e mulheres, saíram do estabelecimento na faixa etária de jovem (entre 10 e 24 anos). Entre as motivações estão: 32% para trabalhar, outros 27% saíram para estudar. Observe-se que, considerando estes dois motivos de saídas, nos dois casos, saíram mais mulheres.

Para acompanhamento, saiu um homem adulto (3%). Enquanto emigração justificada por casamento, saíram 4 (11%) jovens mulheres.

Tabela 12 - Motivações da emigração rural-urbana na Comunidade Barra do Santana por faixa etária, 2013.

		Criança	Jovem	Adulto	Idoso		
Idade em anos		0 a 9	10 a 24	25 a 59	60 ou mais	Total	%
Acompanhamento*	Masc.	-	-	1	-	1	3%
	Fem.	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	1	-	1	3%
Trabalho	Masc.	-	4	4	-	8	21%
	Fem.	-	8	3	-	11	30%
	Total	-	12	7	-	19	51%
Estudo	Masc.	-	1	-	-	1	3%
	Fem.	-	9	3	-	12	32%
	Total	-	10	3	-	13	35%
Casamento	Masc.	-	-	-	-	-	-
	Fem.	-	4	-	-	4	11%
	Total	-	4	-	-	4	11%
TOTAL		-	26	11	-	37	
%		-	70%	30%	-		100%

* Acompanhamento: relativo a crianças e idosos que precisam do cuidado de outros e saíram das unidades de produção acompanhando ou indo morar com pais, filhos ou outros membros da família.

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013, tabulação de Kiyota e Perondi (2014a, p. 6).

Na Tabela 13, em relação aos anos de estudo dos emigrantes, verifica-se que esses estavam na faixa de jovem (10 a 24 anos), quando saíram, e tinham em média 8,24 anos de estudo, no entanto, com maior escolaridade entre as mulheres.

Tabela 13 – Escolaridade média por faixa etária e por sexo dos membros emigrantes das famílias da comunidade Barra do Santana, 2013.

Idade em anos	Criança		Jovem		Adulto		Total	
	0 a 9		10 a 24		25 a 59			
	N	\bar{x}	N	\bar{x}	N	\bar{x}	N	\bar{x}
Mas.	-	-	4	7,75	5	8	9	7,89
Barra do								
Fem.	-	-	21	8,33	6	10,17	27	8,65
Santana								
Total	-	-	25	8,24	11	9,18	36	8,46

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013, tabulação de Kiyota e Perondi (2014a, p. 6).

4. Sair ou ficar?⁵⁷

Neste segmento, realizar-se-á a análise da temática da sucessão geracional a partir dos dados obtidos pelos questionários e das falas transcritas dos agricultores que participaram das sessões de grupo focal.

Ficar no campo não é mais atrativo do ponto de vista de quem deve despende muito esforço físico e não tem as “regalias” da jornada de trabalho de oito horas, como em muitos empregos urbanos. Essa é uma queixa constante de quem ainda vive no campo, ou seja, que as tarefas cotidianas não são limitadas no tempo ou automatizadas, principalmente se o estabelecimento estiver associado à produção animal. Isso pode ser observado na fala do agricultor:

“O motivo é assim, como diz o A., cinco dias por semana, é o suficiente para eles trabalharem. Nós temos que trabalhar quantos? Oito, sete, oito, todos os dias. E outra, eles é oito hora, nós é quantas horas? Das seis da manhã às sete, oito, às dez da noite” (**Baruch**⁵⁸, **Secção Progresso, Grupo focal 1**).

Nesse mesmo sentido, Champagne (1986) aponta que os jovens franceses entrevistados consideraram a atividade do agricultor como um trabalho desvalorizado, expressando uma visão relativamente negativa sobre ela. Entre os inconvenientes da profissão de agricultor, foram relacionados: rendas insuficientes, o trabalho penoso (necessitando trabalhar todos os dias, mesmo doente) e sem férias, entre outros.

Assim, para prospectar a percepção sobre a perspectiva de ficar ou sair, são apresentadas a seguir as respostas de 50 entrevistas realizadas com os agricultores em ambas as comunidades dessa pesquisa.

⁵⁷ Parte das discussões e resultados aqui apresentados foram apresentados no X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, realizado em Foz do Iguaçu, PR, no mês de maio, do resumo expandido escrito por Kischener, Kiyota e Perondi (2014) e outra parte foi apresentada no 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, no artigo de Kiyota e Perondi (2014a).

⁵⁸ Como forma de identificação, respeitando o termo que os entrevistados assinaram (que garantia o anonimato destes), optou-se por dar nomes fictícios aos agricultores, mantendo a identificação da comunidade a que esses pertencem; desta forma, qualquer semelhança com nomes dos agricultores que foram entrevistados será mera coincidência.

Conforme a Tabela 14, nesta primeira comunidade, 64% das famílias entrevistadas têm perspectivas na agricultura e veem futuro para suas famílias nesta atividade. 60% delas manifestaram que gostariam que seus filhos seguissem na profissão de agricultor. Em 52% das famílias, há a previsão de algum membro da família (filho ou outro) que continuará a trabalhar na unidade de produção depois que os atuais gestores se retirarem da atividade. Em 52% destas famílias, não há filhos ou familiares que desejam se mudar para a cidade.

Tabela 14: Percepções das famílias da comunidade Secção Progresso.

QUADRO DA SUCESSÃO GERACIONAL	Sim		Não		Não respondeu, não sabe ou não se aplica	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Perspectivas de futuro na agricultura	16	64%	6	24%	3	12%
Desejo que os filhos sejam agricultores	15	60%	8	32%	2	8%
Há a previsão de sucessor	13	52%	9	36%	3	12%
Membro da família mudará para a cidade	10	40%	13	52%	2	8%

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

Pela Tabela 15, na segunda comunidade, os números são mais positivos em relação à primeira: 76% das famílias entrevistadas têm perspectivas na agricultura e veem futuro para suas famílias nesta atividade. 68% das famílias manifestaram que gostariam que seus filhos seguissem na profissão de agricultor. Em 56% das unidades de produção, há a previsão de algum membro da família (filho ou outro) que darão continuidade às atividades dos atuais gestores. Em 72% destas famílias, não há filhos ou familiares que desejam emigrar para a cidade.

Tabela 15: Percepções das famílias da comunidade Barra do Santana.

QUADRO DA SUCESSÃO GERACIONAL	Sim		Não		Não respondeu, não sabe ou não se aplica	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Perspectivas de futuro na agricultura	19	76%	5	20%	1	4%
Desejo que os filhos sejam agricultores	17	68%	4	16%	4	16%
Há a previsão de sucessor	14	56%	9	36%	2	8%
Membro da família mudará para a cidade	6	24%	18	72%	1	4%

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

Considerando as cinquenta famílias nas duas comunidades, conforme mostra a Tabela 16, observa-se que a perspectiva de futuro em relação à agricultura e o desejo de que os filhos sucedam os pais apresentam-se numericamente superiores em relação à perspectiva negativa.

Na previsão de sucessor, há também ligeira margem positiva em relação às famílias que não apresentaram previsão, quando entrevistadas na pesquisa. Apenas na variável de manifesto desejo de algum membro da família emigrar para a cidade há predominância de maior número em relação aos que não manifestam interesse de emigrar.

Como a entrevista centrou-se nos pais, com raras exceções de filhos responderem alguma das questões, na análise das duas primeiras variáveis em relação às duas últimas, pode-se perceber que as perspectivas de futuro e o desejo de que haja sucessores é manifesto por parte dos pais. Já entre a previsão de sucessor e o manifesto desejo de algum membro da família emigrar para a cidade, foram considerados na perspectiva manifesta dos filhos.

Portanto, considerando-se as quatro variáveis observáveis na Tabela 16, não há correspondência total de que as duas primeiras ocorram em relação às duas últimas variáveis, ou seja, apesar de positivos, esses dados diminuem, por exemplo, entre o desejo dos pais e a possibilidade de sucessor, também isso acontece entre os que pretendem emigrar, apesar de ainda ser em número inferior em relação àquelas famílias que não apresentaram candidatos a emigração.

Tabela 16: Percepção em ambas as comunidades (Secção Progresso e Barra do Santana).

QUADRO DA SUCESSÃO GERACIONAL	Sim		Não		Não respondeu, não sabe ou não se aplica	
	Sim	%	Não	%	Não respondeu, não sabe ou não se aplica	%
Perspectivas de futuro na agricultura	35	70%	11	22%	4	8%
Desejo que os filhos sejam agricultores	32	64%	12	24%	6	12%
Há a previsão de sucessor	27	54%	18	36%	5	10%
Membro da família mudará para a cidade	16	32%	31	62%	3	6%

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

Esse número poderá indicar que a atratividade das cidades representa um empobrecimento dessas famílias, em uma perspectiva negativa, e, em uma positiva, de que poderá representar, em hipótese, um maior número de filhos que podem ir às cidades estudar e que poderão retornar, associando-se às perspectivas estudadas por Menezes (2012, p. 113) na microrregião agreste de Borborema, estado da Paraíba, isto é, de que a emigração de jovens pode ter uma dupla face: “pode expressar uma saída definitiva do meio rural, mas, também, gerar meios para que eles permaneçam em suas localidades”.

A mesma autora afirma que “há diversidade de trajetórias, os jovens que [e]migram e se fixam nos locais de destinos, os que retornam e os que [e]migram em um período da vida” (MENEZES, 2012, p. 131, com acréscimo), o que poderá vir a ocorrer nas duas comunidades, pois o processo de emigração, como já afirmou anteriormente Silva (2001, p. 290), deve ser visto “como uma abertura”, um processo dinâmico de desenvolvimento e as idas e vindas fazem parte deste cenário.

4.1 Por que sair?

Como se pode observar na Tabela 16 anterior, no total, existem 16 famílias das duas comunidades (32% das 50 famílias) em que há familiares que manifestam desejo de emigrar para a cidade, sendo que os principais motivos apresentados foram:

- “não gosta do serviço do interior” para os filhos mais novos;
- “pela facilidade de estudar e possibilidade de ascensão social”, para as filhas;
- De modo mais genérico, pela “saúde, a agricultura mexe muito com veneno”;
- ou “por causa de mordomia da cidade, pelo salário que, estando empregado, faça chuva ou faça sol, sairá ao final do mês trabalhado”.

Porém, o dilema de “ficar ou sair”, entre outros que ocorrem na vida daqueles que ainda vivem no campo, não resulta “apenas de fatores endógenos às famílias agricultoras, mas são também influenciados pelas consequências de problemas estruturais ainda não resolvidos no mundo rural” (STROPASOLAS, 2011, p. 29); por exemplo, o acesso a tecnologias poupadoras de esforço físico ou de mão de obra, que se impõe pelo novo padrão da agricultura, mas geralmente são de difícil acesso.

Na maior parte das regiões produtoras do país, incluindo o Sudoeste do Paraná, a agricultura vive uma nova fase, e esse novo padrão que vem se estruturando “nas regiões agrícolas institui e difunde simultaneamente novos comportamentos sociais ou, em termos mais gerais, uma nova sociabilidade, a qual conformará crescentemente as práticas sociais”, transformando a própria sociedade, que passa a responder “(...) a um processo de multiplicação de mercados e de monetarização da vida social” (BUAINAIN, et al., 2013, p. 112).

Passa a ocorrer então, um “movimento mercantilizador do campo” e neste “o agricultor cada vez mais é dependente dos fatores externos a sua unidade de produção, assim o inserindo no aprofundamento das relações sociais e materiais” (SILVA, ZERBATO, ROCHA Jr., 2010, p. 51).

Desta forma, o capitalismo contemporâneo deve ser visto como um modo de vida e não visto apenas em seus aspectos econômicos, sendo entendido “como um *modo de vida* moldado por múltiplas interações entre a expansão do mercado, estrutura e valores coletivos do mundo da vida social e política social governamental” (STREECK, 2012, p. 4, tradução do autor).

Há uma tensão entre o modo de vida rural e o urbano e, neste cenário, onde o imaginário urbano permeia o rural, muitos jovens não desejam mais ficar na unidade de produção familiar. Weisheimer (2011), tendo realizado estudo no Rio Grande do Sul, constatou que a construção dos projetos profissionais dos jovens agricultores “é marcada por uma baixa autonomia material e uma distribuição desigual de recursos entre os sexos e as idades”; esse pode ser um dos fatores encontrados entre as dificuldades para manter os jovens no campo, pois segundo o autor “é a partir destas condições materiais que se realizam os processos de socialização dos jovens agricultores” (WEISHEIMER, 2011, p. 189).

Na mesma pesquisa, o autor afirma que as jovens mulheres, geralmente relegadas a trabalhos tidos como “ajuda”, não se identificam com projetos do meio rural, a não ser na condição de esposas de agricultor, sendo estimuladas a estudar, socializam-se com trabalhos fora da agricultura (WEISHEIMER, 2011), dessa forma, aciona-se um mecanismo perverso, um círculo vicioso, pois “quem estuda quer sair; quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar” (STROPASOLAS, 2011, p. 27), assim, todas essas questões podem estar colocando em risco aquilo que Levi (2000) chama de “herança imaterial”.

Por outro lado, Kiyota, Perondi e Valandro (2013) constataram que isso é confirmado pela população predominantemente masculina, mas que esse processo pode apresentar mudanças no decorrer do tempo. Em estudo com famílias do município de Itapejara d’Oeste, PR, entre os anos 2005 e 2010, os autores constataram que, numa população com 54% do sexo masculino, os homens representam 60% daqueles que trocaram o rural pelo urbano ou 58%, caso se considerem apenas os jovens entre 10 e 24 anos. Também verificaram “a superioridade da escolaridade média geral e em quase todas as faixas etárias dos membros que permaneceram nas unidades de produção” (KIYOTA, PERONDI, VALANDRO, 2013, p. 9 e 11), portanto, apresentando um cenário diferente do estudo de Stropasolas (2011).

A pesquisa de Kiyota, Perondi e Valandro (2013) aponta, portanto, uma dupla inversão do que era quase senso comum nos estudos acadêmicos, ou seja, que o agricultor que ficava no rural tinha baixa escolaridade e que eram homens; no estudo dos autores, os homens saem mais⁵⁹ e os que ficam tem maior escolaridade; ou procuram se qualificar mais, pois “a profissionalização na agricultura é necessária”, conforme argumentam Gaviria e Pezzi (2014,

⁵⁹ Já com os camponeses alemães, Kautsky (1998, p. 291) observou situação semelhante: “A vontade de fugir do campo atinge primeiramente os trabalhadores sem quaisquer posses, principalmente e antes de tudo os solteiros”.

p. 47). Na pesquisa realizada por essas autoras, no município gaúcho de Vespasiano Corrêa, também se constatou que permaneceram aqueles jovens com maior escolaridade.

O próprio ambiente da escola pode contribuir para essa tensão entre o rural e urbano (SOUZA, PINHO e MEIRELES, 2012), gerando estereótipos, diferenciando quem é agricultor, como exposto na fala de um dos agricultores na sessão de grupo focal:

“Eu acho que é uma questão de cultura, começa lá na escola. Infelizmente. A maioria sofreu com isso, eu sofri com isso. Porque é a partir lá do colégio: onde você mora? Que você faz? Eu sou filho de agricultor. Opa! Um filho de empresário nunca vai ser amigo de um filho de agricultor. Usa roupa um pouco diferente, eu acho que começa lá. Na educação lá no início. A criança já sai, no colégio pensando ‘eu quero ser médico, eu quer ser dono de uma loja, não sei o quê. É poucos que dizem que querem ficar na lavoura porque eu gosto, porque é uma atividade bem vista. Eu acho que começa lá. Eu fiquei na lavoura, eu gostei, realmente das lidas eu gostava. E quando eu quase sai de lá, quando me formei no colégio agrícola, tive uma proposta para trabalhar no Banco do Brasil, eu balancei pra ir também, daí eu, novamente o pai não estava muito legal de saúde e eu, com a proposta também, acabei ficando. Mas eu sentia muito isso, a vontade assim, até nos meus colegas, quem começou junto comigo, chegava lá no final do 2º grau, enxergando as pessoas se divertindo, a vida diferente que eles levam, como falaram, trabalha cinco dias por semana, tem a folga, tem férias, isso o agricultor não tem. Além de ter uma visão diferente das outras pessoas, enxergarem a gente diferente” (Vidal, Seção Progresso, Grupo focal 1).

Os agricultores que têm como estratégia a criação de aves ou engorda (aviários integrados⁶⁰), ou de produção de leite⁶¹, alegam que a sobrecarga de trabalho aliada à quantificação do tempo, tal como em atividades assalariadas, com o tempo cronológico e não mais o da natureza⁶², fez com que o tempo da “ditadura do relógio” chegasse ao campo e, de forma ainda muito mais intensificada, haja vista manter o agricultor muito mais condicionado

⁶⁰ Ainda está por se inventariar o número de empresas deste setor (aviários e frigoríficos) que se instalaram nos municípios da pesquisa e mesmo no Sudoeste do Paraná, no entanto, é visível que a dinâmica desta atividade (e a entrada de muitas empresas) tem contribuído para a transformação da região e, nesse sentido, permitido aos agricultores adentrarem a estas estratégias. Só para ilustrar, em Dois Vizinhos, município vizinho, está instalada a maior planta de abate de frangos no Brasil, pertencente a um dos grandes grupos do setor, conferir <<http://doisvizinhos.pr.gov.br/sobre-o-municipio/>>, acesso em 09/02/2015.

⁶¹ E em se tratando da produção leiteira na região das duas comunidades, refere-se ao “leite a pasto”, isto é, os animais são mantidos em áreas de pastagens (além da silagem e ração, em alguns casos, como acréscimo, em especial quando as pastagens estão defasadas), o que implica necessidade de maiores áreas de terra e de maior mão de obra nestes estabelecimentos.

⁶² O tempo que em geral rege as relações de trabalho, especialmente, na agricultura familiar. Por exemplo: a prática de se realizar atividades até que se tenha a luz solar e não condicionado pela quantificação das horas no dia a dia. Nesse sentido, Elias (1998, p. 16) afirma que “os instrumentos de medição do tempo, seja qual for a sua natureza, sempre transmitem mensagens”.

ao trabalho que trabalhadores das cidades com suas oito horas diárias, como exposto na fala do agricultor:

“Na agricultura se tu quer fica ali, tem que botar o peito. Tanto, que nem aviário, vacas de leite ou quê, isso vem ser, tipo um presídio” (**Cornelius, Seção Progresso, Grupo focal 1**).

Na agricultura familiar há maior dispêndio de tempo de trabalho, aproveita-se desse de diversas formas, e o agricultor também está querendo afirmar que passa a ter um compromisso e rigor maior no cuidado de determinadas atividades, tais como em aviários integrados ou a ordenha e trato das vacas, no caso do leite, que têm atividades programadas que não podem ser postergadas. E assim sentem-se “presos” a esse tipo de trabalho, sem conseguir se “libertar” para outros ofícios e mesmo para o lazer.

Além disso, muitas famílias são impossibilitadas de adquirir máquinas e equipamentos que poderiam poupar tempo de trabalho e diminuir a penosidade na execução das atividades, comprometendo ainda mais a saúde e a qualidade de vida daqueles que atuam nas atividades agrícolas.

Esses fatores, somados à conjuntura de disponibilidade de empregos no meio urbano, fazem com que a emigração para os centros urbanos torne a continuidade na unidade de produção como uma alternativa ainda menos provável por parte dos jovens. Como pode ser observado nos comentários da agricultora:

“O que muda isso é a oferta de emprego. Na lavoura, não sei se algum de vocês trabalhou? Mas é sofrido. Seja com máquina, seja com que for, seja trabalhar com aviário, seja trabalhar com máquina, isso tudo é sofrido. Lá, uma pessoa que está empregada, já é diferente, lá ele não pega no pesado, ele não vai ao Sol quente, e tem muita oferta de emprego. Então todo mundo vai pra aquele lado. Vamos e viemos, hoje em dia a piaçada ninguém gosta de trabalhar. Aqui no interior, as crianças, jovens mesmo, não gostam de trabalhar, eles gostam dessa vida boa” (**Eva, Seção Progresso, Grupo focal 1**).

E a perspectiva de “vida boa” exposta pela agricultora inicia-se na escola, especialmente se o jovem rural for estudar em escola na área urbana, como ilustrado no trecho da entrevista de outro agricultor, que aponta as possibilidades diferenciadas de acesso ao lazer entre os jovens urbanos e rurais:

“Quando eu estudava (...) no colégio, lá em Beltrão, meus amigos na sexta-feira não ficava um na sala, iam fazer festa. Mas eu tinha uma inveja bruta daquilo. Uma vontade de chutar o balde. Eu quero viver essa vida também. Mas todo mundo vai cultivando isso, a pessoa vai pensando” (**Vidal, Seção Progresso, Grupo focal 1**).

Chauveau (2014, p. 101), em pesquisa no meio rural catarinense sobre o acesso ao lazer e à cultura por parte de jovens filhos de agricultores, comenta a respeito do que o agricultor falou, de que, entre tantos outros aspectos alegados pelos jovens para a ida para as cidades, há

“de maneira quase inconsciente, a questão da ‘inveja’ do ‘modo de vida urbano’. Nessa ‘inveja’ podem estar vários aspectos (o papel da mulher, os horários de trabalho e o direito a férias, por exemplo), mas aparece muitas vezes o direito ao lazer e ao acesso a uma oferta cultural diversificada”.

Analisando a atratividade das cidades sobre os jovens rurais, pode-se trazer à tona a reflexão de Lefebvre (1999), quando afirma: “O urbano é possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível” (LEFEBVRE, 1999, p. 28).

Entre aqueles que eram das cidades e apostam no campo, segundo os agricultores, a sorte tem sido semelhante, ou seja, esses buscam uma vida diferente no rural, mas ao sofrer alguns reveses, muitos acabam retornando para os centros urbanos:

“A gente tem uma visão, aquela pessoa que tá na cidade pensa que o interior é tão bom, que é livre e tal. Sabe, compra um terreninho e vem aqui e fica um ano mais ou menos e ó de volta. Porque não se dá bem, digo: plantou ali e não colheu, ah, que ele vai arrisca de novo? Não, volta pra cidade já” (Martins, Seção Progresso, Grupo focal 1).

Por que alguns jovens que saem não querem voltar? Segundo os agricultores, há a estratégia em algumas famílias de filhos trabalharem na cidade e continuar a morando na casa dos pais. A vantagem, nesse caso, se restringe, conforme o relato do agricultor, ao jovem que saiu e não aos pais:

“Ele trabalha na cidade, ele só volta, come e dorme em casa” (Baruch, Seção Progresso, Grupo focal 1).

E nessa situação, diga-se transitória, entre apostar em ficar ou sair, um agricultor relata o caso de uma família cujos filhos saíram e se encontram em melhores condições de vida do que os pais:

“Dá pra ver aquele do Akira lá, o Diego. O pai dele tá na roça, mas seus filhos não quiseram ficar. Tem dois (faz gesto de que se foram), mas, na cidade. Ir, sim, mas o pai dele estava querendo construí um aviário, daí mais certo que ele desistiu, comprou um lote na cidade e construiu duas casas. E os filhos foram trabalhar na

cidade, passa a vida bem melhor os filhos do que o pai”⁶³ (Darcy, **Secção Progresso, Grupo focal 1**).

Quanto à relação de segurança que a regularidade trabalhista pode propiciar alheia às condições de trabalho, mesmo que, muitas vezes, nas cidades, os assalariados passem por dificuldades, a fala do agricultor considera esta vida melhor que aquela que ele tem sem a regularização da carteira assinada, por exemplo:

“Tu tem carteira assinada, tem médico” (Gilles, **Secção Progresso, Grupo focal 1**).

Também pairam as razões de insegurança típicas da agricultura, bem como da ausência de políticas públicas⁶⁴ que possam vir a sanar os prejuízos decorrentes de uma fatalidade climática ou de mercado, estão entre os fatores que desestimulam a permanência, tal como exposto na fala:

“A gente depende muito do setor climático. Não é só um, nem dois, talvez pensa que vai, se dar mais ou menos bem, dá trinta dias de sol, se foi, sabe. Na cidade nem vê, tá tão bom, não chove, vamos passear. (...) Por isso que o jovem, se ele trabalha de empregado, já digamos, ele recebe todo mês, tá com o dinheirinho no bolso, não tem problema de perder. Se ganha a conta ele ponha no pau, leva mais uma vantagem dali. E nós aqui é sofrido, pode dizer quantas vezes a gente pensou de se dá bem e deu trinta dias de sol, nem precisa talvez (...) Quantos de nós, planta em vargem e deu enchente mais ou menos aí. Pronto, se foi, acabou. É que nem jogar água no fogo, sabe?” (Martins, **Secção Progresso, Grupo focal 1**).

⁶³ Nesse sentido, Scott (2009) argumenta que se deve entender a família para além do que se enxerga nela, e assim, segundo a autora, entender que “as discussões relativas à família não podem limitar-se a uma análise da componente demográfica ou variável relativa à coresidência. Elas não dão conta da complexidade do universo da família que tece teias que vão além dos limites dos vínculos biológicos primários e da convivência sob o mesmo teto” (SCOTT, 2009, p. 24).

⁶⁴ A respeito do conceito de políticas públicas, conferir Souza (2006), em se tratando de políticas voltadas a área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em uma perspectiva histórica da legislação, ver Peixoto (2008) e, da seletividade destas ações por parte da ação do Estado, Rodrigues (1997).

Estimular os filhos a permanecer ou não? Segundo alguns agricultores é melhor não estimular. As razões para esses são materiais, de propiciar condições de aquisição de bens de consumo e serviços⁶⁵, tais como o filho poder ter um automóvel, ou mesmo poder frequentar espaços de socialização⁶⁶, desfrutar de lazer como os outros:

“E eu acho que não tem como incentivar o filho a ficar no interior. Porque ele quer ter um baile pra ir, não tem dinheiro pra ir, não tem dinheiro para dar para ele, ele tem que ir a pé por que não tem um carro. Se tá trabalhando tem o salariozinho, já dá pra comprar um carro, tem sempre o dinheiro pra sair no fim de semana. E aí como que tu vai ficar aí? Depois tu não consegue dar isso pra ele” (**Félix, Seção Progresso, Grupo focal 1**).

Nessa perspectiva, Carneiro (2007) afirma que estão ocorrendo novas demandas entre os jovens rurais, semelhantes aos dos jovens urbanos. Um exemplo disso seria a simples aquisição de uma motocicleta, que “permite ampliar o espaço de sociabilidade para além dos limites de suas próprias localidades de origem”, bem como “a aquisição de roupas e complementos, de aparelhos de som e outros bens materiais, (que) os tornam mais atraentes e podem facilitar o namoro e casamentos futuros” (CARNEIRO, 2007, p. 60).

Nesse sentido, Ploeg (2014, p. 8-9) afirma que “os pais trabalham para filhos e filhas. Querem dar à geração seguinte um ponto de partida sólido, dentro ou fora da agricultura”. Assim, o processo sucessório e as escolhas que podem advir dele, são em essência processos de desenvolvimento, escolhas visando o melhor para os filhos e a família.

Sobre jovens da região sul do Brasil, Brumer (2007) afirma que em essência as reivindicações desses são o “acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir utilizar; e autonomia em relação aos pais” (BRUMER, 2007, p. 39). Desta forma, frente ao desejo dos filhos, se o processo sucessório não tiver as condições adequadas para êxito, os pais irão desestimular a permanência dos jovens.

Também, entre o ficar e sair, há o saudosismo pelas relações de comunidade, pois, a cada um que sai, a comunidade diminui e com isso as relações que antes eram mais próximas se distanciam, e as relações mais individuais características do meio urbano também ganham

⁶⁵ Tal como defendido em Wanderley (2009a, p. 80), que a integração do rural à sociedade urbano-industrial acaba gerando o sentido do reconhecimento dos habitantes do rural como cidadãos. Desta forma “o acesso a bens e serviços vem a ser a manifestação concreta do exercício da cidadania”. A respeito do longo caminho em direção à cidadania em uma perspectiva histórica, ver Carvalho (2009).

⁶⁶ Aqui entendidos, conforme Santos (1969, p. 76), como “o processo pelo qual o indivíduo aprende a ajustar-se ao grupo, através da aquisição de um comportamento social que o grupo aprova”.

espaço no rural. Isto é explanado por uma jovem, uma agricultora e um agricultor, ou seja, como as diferentes gerações e homens e mulheres veem a entrada de outras sociabilidades e a perda de referenciais que antes os tornavam mais próximos, em comunidade:

“Mas a gente não se reúne espontaneamente. Não existe ir na casa dos outros, é muito difícil. Em muitas casas eu nunca fui” (**Hannah, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

“Na minha época, tinha bastante piaçada da minha idade que agora eu não vejo mais nenhum. (...) E hoje eu venho aqui, os meus amigos, a Daniele, a Elize, a Cristiane, são sabe, são as mulheres. Eu não tenho mais gente da minha idade” (jovem **Florabela, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

“A capelinha vinha, 30 dia eram 30 moradores. Mas todo dia de noite o terço numa casa, os 30. (...) Uma diferença de hoje (...) o mundo é o mesmo, o pessoal mudou” (**Gregorio, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

Talvez os tempos de “vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva” (BRANCALEONE, 2008, p. 99) à lá Tönnies (1973), em sua definição de comunidade, isto é, no sentido de vizinhança, como comunidade de destino, identitária, como reclamado pela agricultora, só exista no saudosismo.

E a sua contrapartida, as relações societárias (a sociedade em geral), passe a prevalecer, e aquela relação da “consciência da dependência mútua determinada pelas condições da vida comum, pelo espaço compartilhado e pelo parentesco” (BRANCALEONE, 2008, p. 100) esteja em vias de desaparecer, devido mesmo à rotatividade na comunidade, ou seja, a entrada de novos moradores (podem ser pessoas que trabalhavam na cidade e se aposentaram, de outras localidades rurais, etc.).

Assim nesta comunidade pode estar a se perder aquilo que Wanderley (2009b, p. 318) comenta a respeito da sociabilidade local, que se afirma “pela memória coletiva, dos indivíduos, famílias e grupos sociais, e que também funciona como elemento constitutivo de uma identidade local”.

Por fim, destacam-se as dificuldades gerais, que muitas vezes podem ser conjunturais, alheias ao seu escopo de comando, da alçada dos governantes, por exemplo, mas que mesmo assim acabam deixando “a pobreza como legado” (NEVES, 2001):

“Eu conheço vizinhos meus e que todo mundo conheceu, que nem os piás do B... Só trabalharam nessa vida, conseguiram comprar lote, conseguiram comprar carro, tão quase se aposentando, o Marcelino lá já tá aposentado (*e ele é mais novo de que eu, bem mais novo*, completa o **Baruch, Secção Progresso, Grupo focal 1**, ênfase acrescida).

“E tem casa, e conseguiram ter ora, ter uma vida normal, sabe? (...) Que nem eu já faz trinta ano de casado e olha que nunca fui de esbanjar, tem todo mundo de prova ali, a gente só pensou em andar pra frente, sabe. Mas não é fácil” (**Darcy, Seção Progresso, Grupo focal 1**).

A seguir faz-se a contrapartida, mostra-se por que alguns agricultores continuam no meio rural, retornaram, ou mesmo, estimulam os seus jovens a permanecer no campo.

4.2 Por que ficar?

Se entre as razões apresentadas para sair estavam o conflito entre o rural e o urbano e o estigma enfrentado pelos filhos de agricultores nas escolas da cidade, nesta fala o agricultor mostra que a realidade mudou, afirmando que hoje o filho de agricultor é olhado de forma diferente. Ser agricultor passou a ser valorizado pela sociedade:

“Hoje nós do interior somos vistos de uma maneira diferente de antigamente. Antigamente eles chamavam os colonos e tratavam com desprezo, porque a gente vivia numa situação mais difícil ainda do que agora. Hoje já o agricultor, ele trabalha, ele tem um pedacinho de terra, ele quer fazer alguma coisa ele tem condição de ter um carro novo igual ao pessoal da cidade tem, ele tem condição de se vestir igual, ele tem condição de frequentar a sociedade da mesma forma e, ainda eu acho assim que nós do interior temos a vantagem, pra constituir uma família temos mais qualidade para oferecer pros filhos do que na cidade, mais liberdade, mais segurança. E conseguimos fazer assim com que assegure de uma forma melhor. Conseguimos controlar a companhia, então eu sempre vejo por esse lado e eu dou mais valor a isso. A liberdade, o espaço, a tranquilidade. E hoje, então eu vejo assim que a sociedade nos vê de uma maneira diferente do que há uns trinta anos atrás, nós éramos desprezados, na aula assim nós éramos diferenciados, por ser do interior e, aquilo me envergonhava. Hoje eu vejo assim que meus filhos não precisam se envergonhar em lugar nenhum porque é filho de agricultor, porque mora no interior. E assim eu vejo com todos os demais. E isso a gente tem que lembrar que era diferente, nós também agíamos de uma forma diferente. Hoje há tecnologia, a agricultura se tornou forte⁶⁷; hoje ser agricultor é um orgulho” (**Gomercindo, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

O que anima na agricultura? A trabalhar e a ter a vida que tem?

“Na verdade se não fosse, assim, o excesso de trabalho, a qualidade de vida seria muito boa. Tem o que quer, faz o que gosta. Nós, eu desde pequeno, a gente só fez isso” (**Gomercindo, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

⁶⁷ Assim Alves, Mantovani e Oliveira (2006, p. 149) concordam, pois “O agricultor familiar, ou qualquer outro, escolhe a tecnologia que lhe é mais conveniente. Se deixar de escolher a tecnologia lucrativa é porque a desconhece ou porque enfrenta restrições que não pode contornar”, provavelmente a segunda causa, pois antes se enfrentavam restrições, conforme informam os agricultores.

Trabalhar na agricultura apesar das condições de exposição às tarefas que exigem força, desgaste muscular e cansaço, acaba sendo melhor do que nas cidades, de forma assalariada, pois muitas vezes a remuneração é muito baixa, como expõe o agricultor:

“Principalmente os jovens criticam o interior, muitas vezes, criticam o interior e saem e vão trabalhar, por exemplo, aí numa firma aí ganhando R\$ 800,00. Aquilo não dá pra se manter” (José Murilo, Barra do Santana, Grupo focal 2).

Muitas vezes, como afirmou o agricultor, são os jovens que vislumbram melhores perspectivas de condições de vida e de trabalho nas cidades, mas muitas vezes, quando para lá se dirigem, acabam sendo mal remunerados. Desta forma, segundo ele, se sair, é importante que seja com boa remuneração para que se possa fazer poupança e voltar ao campo, como foi a sua história. E esse agricultor saiu recém-casado e trabalhou alguns anos como caseiro de casa de praia no litoral da cidade de Santos, estado de São Paulo:

Na defesa de sair, guardar dinheiro e voltar: “A vida passa tão depressa e, se tu ficar sentado esperando alguma coisa cair do céu, não vai cair. Tu tem que correr atrás, porque quando vê, tu também está com uma certa idade e daí tu já não consegue mais nada” (José Murilo, Barra do Santana, Grupo focal 2).

Depois de ter voltado para morar na propriedade conjunta com o sogro, empregando a poupança ganha no trabalho no litoral paulista, ele relembra que as condições em que a família trabalhava anteriormente com leite eram difíceis. As vacas rendiam em média quatro a cinco litros por dia e eram tratadas a pasto. A renda era ainda insuficiente para a manutenção da família⁶⁸; assim ele resolveu ir trabalhar em um frigorífico de aves em outro município da região e, posteriormente, foi para o litoral de São Paulo exercer a função de caseiro de casa de praia. Ficou nessa função por nove anos, há três anos retornou ao município e passou a trabalhar com leite junto com o sogro. Em seu depoimento, compara a vida de agricultor antes, durante e depois do período em que trabalhou como caseiro:

“Eu acho que eu tenho mais renda aqui hoje do que lá. (...) Olha, eu acho assim, é, trabalhar tu tem que trabalhar pra sobreviver. Lá eu trabalhava muito menos do que eu trabalho aqui, eu acho que lá eu trabalhava vinte por cento, trinta por cento do que eu trabalho aqui. (...) E aqui não, aqui você trabalha um dia todo, mas você sabe

⁶⁸ Conforme Escher (2011, p. 197), “Desde o início da década de 1990, a atividade leiteira no Brasil vem passando por importantes e intensas modificações, principalmente em decorrência de fatores como a desregulamentação do mercado interno, a abertura comercial e implantação do MERCOSUL e a estabilização econômica instituída a partir do ‘Plano Real’”, provavelmente estes fatores contribuíram para o retorno do agricultor e a aposta na atividade leiteira, novamente, entre suas estratégias de geração de renda, também pelo acesso a crédito e tecnologia adaptada.

que chega a noite você vai estar na sua casa e você vai estar tranquilo, no final de semana também” (**José Murilo, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

As razões de estar, voltar ou permanecer no rural estão expostas, em parte, na fala do agricultor, da possibilidade de se manter na atividade que deseja, de estar bem, de estar com a família; enfim, as relações de comunidade, tais como demonstrado em Kiyota e Perondi (2014a), tornam-se importantes. Nesse mesmo sentido, Carneiro (2007) afirma que o fato de voltar ao rural ou permanecer nele

“não significa necessariamente uma derrota ou um fracasso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitado pelo fato de morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando os mesmos códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades” (CARNEIRO, 2007, p. 60).

Nesta mesma linha e associada à ideia de que as condições atuais na agricultura são melhores em relação ao período em que se casou, a agricultora traz outro elemento que pode estar permitindo que os agricultores fiquem até mesmo em melhores condições na atividade agrícola:

“Mas o que faz fica, eu acho que é o lucro. (...) a renda. Pois se não tivesse a renda qualquer um ia dá conta de fazer outra coisa. (...) mesmo que só fez isso na vida, mas não tivesse essa produção, ele com certeza estaria fazendo outra coisa” (**Hannah, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

Essa agricultora é também professora de História e comenta que no início, como exposto em sua fala anterior, essa atividade praticamente sustentava a casa:

“Na época que a gente casou, isso aqui, a agricultura era muito difícil. Apesar de nós se mandar, a produção era muito pequena, mas muito difícil mesmo. Meu salário era o dono da casa naquela época (...) tem que trabalhar muito, mas tu trabalha no que é teu, o que é bem diferente de você trabalhar no dos outro” (**Hannah, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

Ilustrando essa passagem, a entrada na atividade leiteira, conforme relatam os agricultores, trouxe a eles a perspectiva da renda mensal. Assim, afirmam que agora é diferente de sua época, pois tinham mais tempo, mas não tinham renda.

Essa geração de agricultores aprendeu a conquistar a renda através do leite. A geração desses pais, a partir dessa renda, passou a conquistar melhores condições de vida, crescendo mais conforto a casa. Especialmente no acesso a bens de consumo doméstico e a serviços, tais como telefonia, entretenimento e internet, presentes em quase todos os domicílios, que assim

propiciam também lazer e acesso à informação aos jovens sem a necessidade de deslocamento às cidades.

Ploeg (2008) sugere que, a partir dos recursos disponíveis, as famílias perseveram e, em longo prazo, isso poderá ser convertido “em uma pensão para a geração sênior, bem como em um ponto de partida para a geração mais nova que toma as rédeas” (PLOEG, 2008, p. 70). Resta saber se esses jovens estão dispostos a continuar na estratégia de seus pais, pois essa se deu a custa de muito trabalho, mas agora tem-se renda.

Ainda que as perspectivas atuais sejam positivas, frente às dificuldades de sucessão geracional e ao encarecimento da mão-de-obra no meio rural e também pela quase ausência de prestadores de serviços, os agricultores envelhecidos estão cientes de que deverão reduzir a área plantada, adotar estratégias outras para se manter no meio, tal como afirmam os agricultores:

“Eu vou fazer o que eu puder (...). O que eu posso fazer eu vou tocar” (**Michel, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

“Moro no interior, mas sou patrão” (**Gomercindo, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

Por fim, mediante a recepção da pesquisa e satisfação de poder ser ouvido nesta perspectiva da sucessão geracional, um dos agricultores expõe que faltam políticas públicas, ou seja, uma ação do Estado nesse sentido. Mas também revela que percebe, diferentemente de como se enxergava anos atrás, que a profissão de agricultor está valorizada:

“Se um filho de agricultor, meu piá, se ele quisesse financiar uma casa só, se ele for pro urbano, aqui no interior não tem, se ele quisesse morar lá, daí ele consegue, lá no loteamento, lá em cima do calçamento, ele consegue financiar a casa própria, agora se ele quisesse ficar aqui no interior morando aqui perto construindo a casinha, começa, o começo que é difícil não tem. Então o governo não tá apoiando o jovem ficar no interior, ele tá apoiando é na cidade, porque hoje tem ‘minha casa, minha vida’ tem tudo, mas, na cidade” (**Gomercindo, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

“Nós temos as nossas dificuldades, mas também sabemos que o país também precisa daquilo que nós fizemos, o país precisa comer. Nós produzimos comida, então tudo que vier nos ajuda, com certeza ajudará a todos” (**Gomercindo, Barra do Santana, Grupo focal 2**).

Na sessão seguinte, será apresentada as singularidades e generalidades nas duas comunidades estudadas, a partir das entrevistas qualitativas.

5. As singularidades e generalidades nas duas comunidades

5.1 O processo de modernização da agricultura no entender dos agricultores

O primeiro entrevistado, Sr. Vidal⁶⁹, ressalta que, desde o final dos anos 1980, sua família passou a utilizar, de forma cada vez mais acentuada, insumos industrializados associados principalmente ao cultivo da soja; assim se iniciava neste estabelecimento aquilo que Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) afirmam a respeito dos processos de apropriação⁷⁰ e substitucionismo⁷¹ como regra no processo que a agricultura confronta o capitalismo como um processo de produção natural e, este reage a ela, adaptando as especificidades da natureza na produção agrícola, tal qual argumenta também Delgado (1985), há uma mudança na *base técnica* da agricultura brasileira, já a partir do final da década de 1960, ou seja, que esta

“torna-se crescentemente menos dependente do laboratório manual da terra e da força de trabalho rurais, e simultaneamente mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais” (DELGADO, 1985, p. 19).

⁶⁹ O entrevistado tem 37 anos, é solteiro e, “herdou” a propriedade da família por ser filho homem e ter ficado na propriedade, por ora, cuidando dos pais (Sr. Sebastião, 63 anos e D. Rosalina, 59 anos), que estão doentes. As irmãs (Ilva, 32 anos e Nilva, 27 anos), casadas, moram em outros estabelecimentos e/ou desenvolvem outras atividades, fora da agricultura. Está namorando uma jovem de origem urbana e que faz curso de mestrado na área de Matemática, em uma Universidade pública localizada em outro Estado. O Sr. Vidal nos recebeu na comunidade de Seção Progresso, em um sábado pela manhã, chuvoso. Pela chuva preferiu nos receber na sede da comunidade, distante do estabelecimento onde mora com seus pais. Depois da entrevista levou-nos ao próximo agricultor, Sr. Martins.

⁷⁰ Os “diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial. Este processo descontínuo porém persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos” é designando apropriação (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 2008, p. 1-2).

⁷¹ “Neste processo [o substitucionismo], a atividade industrial não apenas representa uma proporção crescente do valor agregado, mas o produto agrícola, depois de ser primeiramente reduzido a um insumo industrial, sofre cada vez mais a substituição por componentes não-agrícolas” (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 2008, p. 2, com acréscimo).

Mais adiante, quando pode ser entendido que esse se refere a sua comunidade, o entrevistado afirma que foi um processo “lento”, com pioneiros e, posteriormente, com outros aderindo.⁷² E assim, “as manchas da modernidade foram se espraiando”, conforme escreveu Garcia (2014, p. 566), também aqui nas comunidades estudadas; assim se dá a adesão ao que já é real, ou considerado moderno em outros locais, mas não sem deixar desigualdades, pois relatam que muitos agricultores não conseguiram: como escreveu Martins (2011, p. 25): “Nossas desigualdades sociais são também o nosso descompasso histórico em relação ao que já é real em outras partes, que nos chega fragmentariamente” e mesmo, “incompletamente”.

Para se ter uma ideia da intensidade do processo de “sojificação”⁷³ da agricultura, segundo Bolliger (2014), comparando-se os dados censitários, essa leguminosa sequer foi objeto de apuração pelo Censo nos anos sessenta e hoje representa “uma das principais lavouras, com 17 milhões de hectares colhidos em 2006” (BOLLIGER, 2014, p. 1071).⁷⁴

⁷² Da mesma forma que alguns aderem, outros poderão ficar para trás (mesmo que tenham adotado as tecnologias), como bem abordou Veiga (1991); sobre o *treadmill* tecnológico de William W. Cochrane, conferir o item a respeito nas páginas 101-105.

⁷³ A esse respeito, conferir Gutman (2000).

⁷⁴ Swain (1988, p. 31) informa que “A superfície do cultivo de soja no Paraná passa de 5.643 ha em 1960 para 3.007.841 ha em 1980”.

O segundo entrevistado, Sr. Martins⁷⁵, afirma que havia um olhar diferente do seu pai, pois comenta que o marco da entrada dele e dos irmãos na mecanização conjunta do estabelecimento se deu depois da morte do patriarca. Foram pioneiros na adoção da tecnologia de colheita, pois através de financiamento teriam adquirido uma plataforma de milho; quando afirma “da Barra Grande pra cima era nós”, significa que passaram a colher por toda a comunidade, e esse equipamento praticamente foi pago pelo que cobravam para realizar a colheita de outros.⁷⁶

O terceiro entrevistado, Sr. Darcy⁷⁷, se aproxima mais do segundo, talvez pela proximidade da faixa etária de ambos. Afirma que o processo de modernização teria se afirmado mais de “trinta anos para cá, trinta e cinco”.

Portanto não há uma percepção homogênea do processo de modernização na agricultura na comunidade Secção Progresso. Assim, os entrevistados ora referem-se ao estabelecimento da família, ou seja, de que época em diante ou período, passaram a adotar determinado procedimento ou técnica, ora se referem explicitamente à comunidade.

⁷⁵ Está com 47 anos, é casado com D. Roselene que tem 40 anos, ambos são pais de três filhas, Rosimara, 18 anos, que está morando na cidade próxima (fazendo cursinho para vestibular), Rosenilde 15 anos, e Luana, a caçula, com 4 anos. Nas atividades de colheita, em parte da lavoura, troca dias de serviço com o irmão, Gilson, 44 anos, que reside próximo a ele, antigamente esses, junto a outro irmão, o Gelson, 53 anos, moravam na mesma extensão de terras herdada dos pais, e conviviam e realizavam atividades em forma de condomínio rural. A entrevista foi assistida pela esposa e pelas filhas, Rosenilde e Luana. Almocei com a família, depois do meio dia, o Sr. Martins levou-nos ao próximo agricultor, o Sr. Darcy.

⁷⁶ Navarro (2010) vê na década de 1970 a segunda fase da etapa de modernização da agricultura brasileira, e como informa o agricultor, é nesse período que “constitui-se, assim, o parque agroindustrial brasileiro, animado financeiramente com a difusão de pacotes tecnológicos que foram então oferecidos aos produtores rurais” (NAVARRO, 2010, p. 111).

⁷⁷ Está com anos 56 anos. É casado com D. Dalva, 54 anos. Possui 24 hectares próprios e arrenda mais 7. Trabalha em parceria com o filho, Telmo, 31 anos, que reside próximo aos pais (que é casado com Rosane, 28 anos, desta união têm uma filha, Manuela, 7 anos); da família ainda faz parte Zulma, filha mais jovem do casal, com 22 anos, apenas estuda, em nível superior em cidade vizinha, mas mora com os pais. Na entrevista estavam presentes o agricultor, sua esposa e o filho que reside próximo aos pais e que trabalha em parceria com esses, depois da entrevista, o Sr. Darcy levou-nos a sede do município de Francisco Beltrão, de onde nos dirigimos a Pato Branco.

Na comunidade de Barra do Santana, o primeiro entrevistado, Sr. Gomercindo⁷⁸, afirma: “Atrás da soja começou vir a tecnologia”, desta forma associa o cultivo dessa leguminosa ao processo de modernização da lavoura no estabelecimento de sua família; datando, comenta que “faz uns 40 anos atrás”.

O segundo entrevistado, Sr. José Murilo⁷⁹, o mais jovem dos três desta comunidade, na linha do primeiro, associa o milho à modernização, ou seja, o plantio de um cereal que, junto à soja tornaram-se emblemáticos símbolos desse processo, assim comenta: “A primeira vez que eu vi um vizinho aqui em Barra do Santana colher duzentos e trinta e três sacos de milho de média por alqueire”,⁸⁰ em seu entendimento, isso foi um marco, há cerca de trinta anos. A respeito do crescimento da produtividade brasileira, entre a década de 1970 e a de 1980, Vieira Filho (2014b) afirma que isso representou um ponto de inflexão, em que o país passa a obter indicadores de crescimento maiores do que a média mundial. Também Martine (1991, p. 15) comenta dessa produtividade, porém a situa na década de 1980, que “após 10 anos em que a produção e produtividade agrícola estiveram praticamente estagnadas, houve a sucessão de ‘supersafras’ na segunda metade deste decênio”.

⁷⁸ Com 49 anos, é casado com D. Larissa, 39 anos. Ambos são pais de Florbela, 21 anos, que está de casamento marcado com filho de agricultor de outra comunidade, Pablo, 18 anos, e Ricianny, 15 anos. Os pais do Sr. Gomercindo, Sr. José, 85 anos e D. Luiza, 84 anos, residem em residência própria ao lado da casa do filho. O estabelecimento mede 20 alqueires, e a família arrenda mais 20. Na entrevista esteve presente o agricultor e a primeira filha, Florbela. Almocei com a família que estava nos preparativos para o casamento de Florbela, depois do meio dia, Sr. Gomercindo nos levou ao Sr. José Murilo, devido à chuva torrencial que caía.

⁷⁹ O entrevistado está com 37 anos, é casado com D. Letícia, 34 anos. Ambos tem duas filhas, Carmen, 16 anos, e Flora, 3 anos. Possuem 10 alqueires e trabalham em parceria (em mais 49 hectares) com os sogros do entrevistado, Sr. Vanderlei, 63 anos, e D. Nobrelina, 57 anos, que têm o filho caçula morando com eles, Cassiano, 17 anos. Na entrevista esteve presente o agricultor, a esposa e a caçula da família. Ao término dessa, o Sr. José Murilo levou-nos ao próximo agricultor, o Sr. Cândido.

⁸⁰ Esses ganhos de produtividade citados pelo agricultor podem ser entendidos daquilo que Navarro (2010) afirma que seriam “os primeiros frutos dos comportamentos sociais marcados por uma nova sociabilidade”, pois “naqueles anos, os resultados da produção agropecuária decorreriam também dos ganhos de produtividade, e não apenas da expansão da área plantada, como acontecia no passado” (NAVARRO, 2010, p. 112). Também se poderia associar a frase do agricultor ao que Schultz (1981) afirmou a respeito da modernização da agricultura: “Uma vez criadas oportunidades de investimento e estabelecidos incentivos eficientes, os agricultores serão responsáveis por converter a terra em ouro” (SCHULTZ, 1981, p. 95, tradução do autor).

Por fim o terceiro entrevistado de Barra do Santana, Sr. Cândido⁸¹, afirma que “depois dos anos 70, começou a mecanização, até que compramos o primeiro trator em 1972”.⁸²

Todos entendem a modernização como um processo associado à mecanização do plantio da soja e do milho, especialmente, e em seguida, a extensão desse processo ao gado leiteiro e também a aviários. E a partir do que defende Navarro (2010), ocorreram cinco fases nos últimos cinquenta anos pela ação governamental, pode-se entender que a compreensão e o relato dos agricultores se estendem nas fases que esse autor assim periodiza: do pós-guerra até 1968, de 1968 a 1981, a década de 1980, a década de 1990 e, por fim, “no período de 1998 e 1999 até nossos dias” (NAVARRO, 2010, p. 109).

Averiguando as fases do desenvolvimento rural no Brasil, a partir de Navarro (2001), na década de 1970, para onde se dirigem a maior parte dos olhares dos agricultores, especialmente os mais velhos, o autor comenta que esse período (que se estendeu dos anos seguintes à II Guerra Mundial até o final dos anos 1970), foi “identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido” ocasionaram “aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, ‘desenvolvimento rural’” (NAVARRO, 2001, p. 84).

⁸¹ O Sr. Cândido está com 53 anos, é casado com D. Terezinha, 51 anos, ambos são pais de dois filhos, Aislã, 23 anos e Manoel Adir, 19 anos (que apresenta grau de deficiência mental). Possuem 50 hectares de terra. Na entrevista, em um sábado chuvoso, estão presentes o agricultor e sua esposa.

⁸² Fato significativo foi que neste mesmo ano foi instituída a Embrapa, “cuja ação posterior, como incubadora de novas tecnologias, adaptadas aos biomas brasileiros, se mostraria como uma das mais consequentes e avissareiras decisões dos governos militares” (NAVARRO, 2010, p. 111).

Nesse período descrito e compreendido como a modernização pelos agricultores, poder-se-ia entender aquilo que Ploeg (1993) afirma ser a “cientificação da agricultura”, ou no dizer do autor, o processo de “reconstrução sistemática das atuais práticas agrícolas segundo as orientações marcadas por desenhos de caráter científico” (PLOEG, 1993, p. 153, tradução do autor). Alterna-se de modelos tradicionais de cultivo e colheita, que eram transmitidos de uma geração a outra, para práticas orientadas pelos pacotes tecnológicos que passam a vigorar; ocorre então a *transformação da agricultura tradicional*, no dizer de Schultz (1965).⁸³

A respeito da dinâmica do desenvolvimento agrário na era da globalização, afirma Bernstein (2011, p. 64) que os “programas de modernização seguem uma lógica comum: promovem uma agricultura mais produtiva, com base no aprofundamento das relações de mercadoria”, ou seja, por ganhos produtivos e pela produção destinada a mercados, conforme os pacotes desse período relatado pelos agricultores. Mais adiante, esse mesmo autor defende que

“os agricultores de médio porte são o resultado da diferenciação de classe, uma vez que os processos de mercantilização aumentam os custos de ‘acesso’ e de reprodução do capital agrícola, e, conseqüentemente, os riscos envolvidos; da mesma forma, aumentam a competição por terra e/ou por mão de obra para trabalhá-la” (BERNSTEIN, 2011, p. 73).

A tese da diferenciação econômica (ou de classe), como defende Bernstein (2011), poderá encontrar elementos na fala do entrevistado da comunidade Barra do Santana que, afirma que atualmente está tudo ao contrário do que ocorria à época de seus pais. A forma de trabalho, como se fazia a lavoura, mudou radicalmente, acredita. Assim vê a agricultura na atualidade:

⁸³ Há outras teses, como a que defende a “industrialização da agricultura”, em que essa seria um processo “relativamente recente (pós-65, se quisermos datá-la) e representa mudança qualitativa fundamental no longo processo de transformação da sua base técnica – chamado de ‘modernização’ – que vinha sendo impulsionado por incentivos governamentais desde o pós-guerra” (GRAZIANO DA SILVA, 1993, p. 2).

“é aquela história, ‘quem não arrisca, não petisca’, se nós quiséssemos voltar ao passado, assim produzir só pra comer, e ficar sossegado, acho que ainda dava. Mas daí nós vamos ser uns sujeitos isolados da máquina, da sociedade, nós vamos ser algo diferente. Hoje não é mais assim. Então hoje eles têm que trotar⁸⁴ conforme a marcha, e essa marcha tá troteada memo. Então, às vezes, porque hoje tem muita gente estressado, desesperado, vê muito até, agricultor se enforcando, creio que chega, vira uma bola de neve, às vezes, e nem todos os agricultores, a gente às vezes é bastante deficiente em instrução, alguma coisa, se pega mal com alguma dívida e não vai mais tendo o que vender, começa causar o desespero, isso acontece muito, no interior. E talvez é culpa do agricultor, mas também é culpa do sistema. O sistema às vez nos coloca contra a parede”.

As transformações na estrutura produtiva a partir do processo de modernização da agricultura foram acentuadas pelos agricultores; eles vivenciaram isso, e os que se mantiveram na atividade começaram a receber os benefícios, econômicos em especial. Mas será que ocorrem mudanças significativas no modo de vida e conseqüentemente de fazer agricultura nessas duas comunidades decorrentes desse processo?

5.2 O modo de vida e o de fazer agricultura alterados

Os entrevistados relatam as transformações no modo de vida, na forma como se faziam os cultivos e na criação de animais; enfim, relatam a vida que se tem alterado conforme as mudanças ocorridas na sociedade e que têm modificado o rural ao longo dos últimos anos. As famílias estão menores: possuem menos membros do que as famílias de seus pais, entre outros fatores, pela queda da fecundidade.

Maia (2014), a partir dos dados dos censos demográficos, afirma que a família rural está menor, mas segundo o autor, isso sinaliza “para a persistência do êxodo rural”, embora esse venha diminuindo. Assim a família, que em 1991 era formada basicamente pelo casal com dois filhos, na atualidade, atualmente “caracteriza-se por um casal com um filho em idade escolar” (MAIA, 2014, p. 1096).

⁸⁴ Trotar, no sul do Brasil, está associado ao cavalo, ou seja, cavalo que anda no ritmo do trote, é um andar mais sacolejado e rítmico, mas não acelerado (que seria o galope), como se o animal executasse uma marcha (que é outro estilo de andar, do cavalo). O sentido que o agricultor deseja passar seria de que esse deve seguir a evolução, a dinâmica da agricultura atual, e essa está acelerada. A respeito das fases dos diversos andamentos do cavalo, conferir Chieffi (1945).

O primeiro entrevistado da comunidade Secção Progresso, Sr. Vidal, relata que a vida foi mudando e que também foi “mudando o hábito das pessoas”, como na alimentação, que incorporou outros alimentos no consumo; diz ele: “Antigamente você tomava refrigerante, por exemplo, no final de semana, e só quando vinha uma visita”, e afirma que na atualidade isso foi adotado no dia a dia de sua família. “Era bem mais manual a atividade”, desta forma inicia a comentar as transformações que ocorreram na atividade agrícola e mesmo na produção de gado leiteiro.

Comenta que sua estratégia de produção pendeu mais aos grãos, em especial à soja, com aumento de área, e justifica essa escolha: “Pouca gente pra trabalhar, pouca mão de obra, então me vi obrigado a partir pra esse lado”, pois se encontra sozinho nas responsabilidades do estabelecimento, os pais encontram-se doentes e impossibilitados, e acredita que outros cultivos, mais diversificados, exigiriam maior mão de obra, desta forma, com a mecanização, conseguiu aumentar a área de plantio e até o rendimento.

Corroborando com a afirmação do entrevistado, Maia (2014) citando Maia e Menezes (2014), afirma: “Entre 1981 e 2009, quase dobrou o valor agregado da produção por hora trabalho, enquanto o percentual de ocupados em atividades agrícolas caiu de 27% para 12%” (MAIA, 2014, p. 1083).

O agricultor afirma que ocorreu certa inversão no serviço de assistência, antes mais centrado na Emater⁸⁵, e que na atualidade, “eu recebo assistência técnica privada⁸⁶, que a gente paga por isso e das revendas que fornecem os insumos, eles também dão assistência” (Vidal, agricultor), aliás, como Nunes, Grígo e Gnoatto (2013) constataram em pesquisa a respeito das transformações recentes da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na região Sul do Brasil. Dos municípios pesquisados, oito se encontram na região do Sudoeste do Paraná, inclusive em Francisco Beltrão e Verê; assim, os autores demonstram que, da totalidade dos 1.645 profissionais de ATER que atuavam em 230 locais distintos, “quase a metade (49,6%) atuava em empresas privadas” (NUNES, GRÍGOLO E GNOATTO, 2013, p. 36).

⁸⁵ A Emater foi fundada no estado do Paraná em 1977. Em 2005 passou a ter a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁸⁶ A respeito da crise e das reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990, conferir Da Ros (2012).

O segundo entrevistado, Sr. Martins, já demonstra um cenário que, a princípio, nos dias de agora, seria restrito à agricultura mais tecnificada, e outras situações, como as restrições ambientais e de mão de obra, exceção, talvez, da aposta de gado leiteiro, em piquetes (trata-se da escolha de seus pais, quando da chegada ao Paraná, pois procuraram “as ladeiras pra plantar. Na ladeira a terra é melhor”).

Outro episódio relatado por ele marca o início, em sua comunidade, de uma guinada radical do modo como faziam a agricultura até então, afirma que seu pai, indo à localidade vizinha para a entrega de uma carga de suínos, informa aos filhos a grande novidade: “Os cara plantando a soja no meio das palhas de trigo sem lavrar” (Martins, agricultor); era o plantio direto que chegara e mudaria a agricultura e importaria a necessidade de terras mais planas que possibilitassem a mecanização, ao contrário da aposta de seus pais, lá atrás.

Outra mudança, o entrevistado afirma que se deu em relação ao milho; na época de seus pais era “empaiolado”⁸⁷, guardado para os suínos, para ter o ano inteiro; na atualidade, com a estratégia do gado leiteiro, “antes de tu empaiolar o milho, tu faz a silagem”.

O terceiro entrevistado da comunidade Secção Progresso, Sr. Darcy, traz elementos relativos às mudanças nas sementes, afirma que, à época de seus pais, as sementes eram guardadas, feitas pelos próprios agricultores, pois “na época ninguém tinha semente fiscalizada”, e as sementes eram selecionadas nos dias de chuva, “tinha que ir pros galpões”, para a debulha.

Outra transformação, segundo esse entrevistado, deu-se relativo às “miudezas”, ou seja, do costume, à época de seus pais, de se ter uma horta, produzir a grande parte dos alimentos que a família consumia. Afirma que isso foi abandonado por quase todos, pois “tem pouca gente pra consumir⁸⁸ e pra trabalhar talvez”; que as famílias diminuíram (menor número de filhos por casal) e, assim, “não é viável”, e se apostou no cultivo de cereais para a comercialização, “a gente se dedicou mais a lavouras, tipo soja e milho que não perde tempo,

⁸⁷ Processo de armazenamento onde se colocava em um paiol ou galpão, conforme se chamam esses locais para guardar os cereais que os agricultores colhiam.

⁸⁸ Aqui talvez ocorra uma inversão da frase clássica de Kautsky (1998, p. 213) a respeito do camponês alemão, onde dizia o autor que “são as necessidades da casa e não a conservação da fertilidade da terra que determinam a escolha dos produtos que serão cultivados”, ora na atualidade a soja e o milho são plantados via plantio direto e, segundo agrônomos e os próprios agricultores, tal técnica é mais benéfica ao solo, à fertilidade desse. Também, como afirma o agricultor, o plantio de alimentos foi preterido pelo desses dois cereais para a comercialização, desta forma, os alimentos são adquiridos, em sua maioria nos supermercados, tal como a prática das famílias urbanas.

não faz canteiro, pois exige bastante cuidado” (Darcy, agricultor), tal como afirma Germer (2002), a respeito de como procede o agricultor na agricultura capitalista, ou seja, que “produz-se não o que se deseja consumir, mas o que pode ser vendido mais vantajosamente, segundo as determinações do mercado e os meios de produção disponíveis” (GERMER, 2002, p. 54).

Nesse sentido, Braga, Fiúza e Pinto (2014, p. 73) afirmam que “é inegável, que ao não depender mais unicamente da agricultura e ter acesso a rendimentos monetários fixos, como pensão, aposentadoria e salário, gera a segurança em relação a sua reprodução”, porém essa “segurança” que leva o agricultor a optar se produz ou não o alimento, como explicou o entrevistado acima, tem seus efeitos, e esses ocorrem ao mesmo tempo em que “dilata a sua dimensão de consumidor e encolhe a de produtor”.

O primeiro entrevistado da comunidade Barra do Santana, Sr. Gomercindo, afirma que, à época de seus pais, pouco se comercializava em se tratando de produtos da agricultura e que o comércio que existia era o da madeira, pois “ninguém plantava pra vender, era mais pra subsistência”, para o consumo da família. Mas confirma que já nesse período seus pais adotaram a estratégia do gado leiteiro, especialmente para a produção de queijo, que era vendido na cidade vizinha, o que possibilitou que, por exemplo, pudessem estudar, pois a renda da venda de queijo possibilitava pagar o combustível e, assim os filhos eram levados a cidade para estudar.

Esse agricultor afirma que o consumo era menor de certos alimentos, por exemplo, o acesso à carne era racionado. “Galinha a mãe matava uma no fim de semana, no domingo, ia ter uma sopa de galinha e tal. E hoje não. Hoje, a gente sempre tem o congelador cheio, carne não falta”. Outro aspecto que o entrevistado traz é relativo às variedades de sementes e o cuidado com o solo, cita, então que “as terras também não eram corrigida, era desparelha, a variedade acho que não era muito apropriada” (Gomercindo, agricultor), desta forma, a produção era colhida de forma manual (arrancada do solo) e a produtividade era baixa.

O segundo entrevistado desta comunidade, Sr. José Murilo, segue no relato de como se fazia a lavoura tempos atrás, à época de seus pais, afirma que “existia pouca terra mecanizada” e as lavouras eram feitas de forma manual, “então era mais derrubado o mato, plantado naquela terra bruta”. Assim acredita que se produzia, por essas condições, menor quantidade em relação à atualidade, “pela dificuldade”. E compara: “Hoje o que tu faz com uma máquina aí dentro de uma hora, às vezes você levava uma semana, quinze dias para

poder fazer”. Nesse sentido, Garcia (2014, p. 575) comenta a respeito do Censo demográfico de 2010 que “em torno de 15% das pessoas ocupadas em atividades agrícolas trabalham em média até 14 horas semanais no trabalho principal”, apontado assim, que o agricultor em questão se insere na faixa daqueles que, através das facilidades da mecanização de grãos, gasta pouco tempo nessa atividade, assim fica liberado para outras, tais como o leite.

Também comenta a respeito das mudanças na escolha dos cereais a se plantar, dado que a sazonalidade de antes agora se complementa com a safrinha. Assim, com a mecanização, a soja passa a prevalecer como principal cultivo e, “o feijão foi ficando em segundo plano na safra do cedo” (José Murilo, agricultor). Aliás, esse é um dos problemas que ocorre na região, pela infinidade de microclimas, e o zoneamento agrícola impõe limites aos agricultores, que ficam muitas vezes impedidos de plantar esse ou aquele cereal e veem a possibilidade de cobertura de seguro rural dificultada.

O último entrevistado de comunidade Barra do Santana, Sr. Cândido, comenta sobre a abertura de mercado para a soja à época do início da mecanização, pois anteriormente “não tinha pra quem vender” e, como, na fase de modernização, a preocupação ambiental era secundária, e que inclusive se estimulava o destocamento de áreas, para mecanizá-las, e, para se adquirir financiamentos para a aquisição de máquinas (trator), era necessário que se tivesse uma área para destocar⁸⁹, “uma vez o pai financiou pra destocar uma área, mas um capoeirão e, hoje é crime”.

E que, a despeito do tempo em que seus pais faziam a semente de milho, a partir da própria produção da safra anterior, na atualidade isso avançou, diz ele: “eu já plantei o pró-3⁹⁰, que nem aqui, já tá grandinho (aponta), tem três modificações”, que as sementes estão sendo modificadas geneticamente, com híbridos cada vez mais produtivos, e que isso tem sido fundamental para essa fase, pois “a metade da colheita é o plantio de uma semente de qualidade, um tratamento bem feito” (Cândido, agricultor).

⁸⁹ Esse processo era utilizado geralmente em áreas para plantio mecanizado, em que a mata era derrubada e posteriormente queimada; como restavam restos de árvores e os troncos dessas ficavam fincados no solo, utilizava-se de trator para remover os tocos.

⁹⁰ Conforme o entrevistado, essa semente traria proteção maior a raiz do milho, bem como resistência ao ataque de “pragas áreas” ao todo da planta, e tolerante aos herbicidas. Assim, podem-se fazer aplicações destes produtos, possibilitando um controle mais eficiente das ervas daninhas.

Corroborando o afirmado pelo entrevistado, Vieira Filho (2014a) afirma que a adoção de biotecnologias, como as sementes geneticamente modificadas, mencionadas pelo agricultor, trouxe benefícios indiretos aos produtores, como descrito: “A simplificação do manejo, a redução de custos e os ganhos de produtividade se mostram essenciais para que haja maior adoção da tecnologia GM⁹¹” (VIEIRA FILHO, 2014a, p. 32).

Sabe-se da controvérsia que se revigora a cada lançamento de uma tecnologia com elementos geneticamente modificados, mesmo entre os ditos entendidos, apontando, muitas vezes, imenso desconhecimento na área acadêmica, com posições mais ideológicas do que técnicas.⁹² Os próprios agricultores detêm suas posições a respeito. Portanto, além dos benefícios postos por Veira Filho (2014a) pode-se ocorrer problemas com estes organismos, tais como os que levaram agricultores da região de Capanema, Sudoeste do Paraná, a adotar a soja orgânica (com suas vantagens) ao invés da considerada transgênia, a esse respeito conferir Simonetti, Perondi e Challiol (2013).

Ao final desse item, pode-se associar o que Bolliger (2014) afirmou serem duas fotografias do Brasil agropecuário, o antes e o depois, de um tempo que passou, pois as comunidades mudaram, a forma de fazer agricultura se transformou, conseqüentemente, o modo de vida das pessoas que vivem nessas duas comunidades também. Será que a entrada do dinheiro, o processo de mercantilização em si, contribui para modificar isso?

5.3 A entrada do dinheiro em suas vidas

A monetarização ou o processo de entrada de dinheiro na vida dos agricultores é relatado, especialmente, depois da fase de modernização da agricultura em ambas as comunidades. Ressalta-se que se entende modernização e mercantilização (tal como apontado na nota de rodapé 24, p. 38), como dois processos distintos, mas que se influenciam e passam a se confundir no período mais recente da agricultura na região, dito de outra forma, aqui a

⁹¹ Geneticamente Modificada.

⁹² Nesse sentido, consulte-se, por exemplo, Colli (2014), a respeito da não liberação do feijão transgênico (resistente ao vírus do mosaico dourado propagado pela mosca branca), uma cultivar desenvolvida pela Embrapa.

modernização (em especial com a mecanização, a adoção de pacotes, sementes selecionadas e híbridas, crédito rural e extensão) ocorreu primeiro, e com essa, acentua-se posteriormente o processo de mercantilização (ou seja, o papel crescente do dinheiro nas relações sociais e a abertura de mercados internacionais para alguns produtos, como a China no caso da soja).

O primeiro entrevistado de comunidade Secção Progresso, Sr. Vidal, afirma que “dinheiro agora gira mais, antigamente girava mais produto”, demonstrando com isso que à época de seus pais, os agricultores trocavam mais. Comenta um exemplo: que se entregava parte da colheita nos armazéns (de secos e molhados) e, desta forma, eles, os agricultores, se abasteciam, na atualidade tem ocorrido a venda de produtos e se recebe em dinheiro.

O segundo, Sr. Martins, afirma que na atualidade o agricultor necessita “girar mais dinheiro, porque senão tu não consegues”, que a agricultura deste período, apesar do crédito abundante, na opinião de alguns agricultores, depende de maior capitalização, ou seja, a entrada de insumos no estabelecimento se dá de forma mais acentuada, e estes só podem ser adquiridos via dinheiro, e que estes estão encarecidos, conforme o exemplo sobre a aquisição de sementes de milho, que ilustra: “na época era assim, eles iam lá comprar uma bolsa de semente de milho, era quarenta quilo”, segundo ele, com semente miúda, assim se fazia uma extensão de lavoura considerável, e hoje “não, tu paga sessenta mil semente, e tu paga os olhos da cara”, e que, ao longo de tempo, o peso da saca de sementes selecionadas passou de quarenta para vinte quilos.

Quanto à entrada do crédito na vida dos agricultores, deu-se em especial nos anos 1960, com a instituição de um sistema de crédito rural, e também da adoção de um modelo semelhante ao que vivenciava os Estados Unidos, conforme demonstrado por Buainain et al. (2013). Já no Paraná e na região das duas comunidades, esse se deu no início pelo Finame⁹³

⁹³ Que foi o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME foi instituído em 22 de dezembro de 1964 pelo decreto nº 55.275. Posteriormente, em 1966, o fundo recebeu o nome de Agência Especial de Financiamento Industrial, como uma subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Conforme relatado nas leis que constam na página da instituição: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINAME_Maquinas_e_Equipamentos/>, acesso em 27/10/2014. O entrevistado define esse período como “era o tempo do panela cheia, o tempo do Finame”.

(conforme o entrevistado 2, da comunidade Secção Progresso) e depois pela Acarpa⁹⁴ (conforme o entrevistado 3, da comunidade Barra do Santana, Sr. Cândido).

Sobre a dimensão do montante de recursos desprendidos para o crédito rural, Vieira Filho (2014b, p. 404) ilustra: “Saltando de aproximados 32 bilhões de reais, em 1969, para 161 bilhões, em 1970”, conforme o autor, “o crédito rural transformou-se no principal instrumento de apoio à produção agrícola”, especialmente neste período, década de 1970.

A respeito da entrada de dinheiro que não era tão frequente quanto na atualidade, comenta que isso se dava pela comercialização de suínos, e relata a prática de seu pai, “vendia uns vinte porcos por mês, ele estava sempre com o dinheiro” (Martins, agricultor). O agricultor tem entrada de dinheiro de forma mensal, pela venda de leite e pela entrega de aves a uma firma integradora.

O terceiro entrevistado dessa comunidade, Sr. Darcy, segue na linha do segundo, isto é, da dependência de mais dinheiro na agricultura da atualidade, em relação àquela praticada por seus pais.⁹⁵ Assim, informa que “hoje tem mais dinheiro, mas tem mais despesa”, que até pode “pegar” mais dinheiro, mas teriam prestações para pagar, ou seja, mais dívidas. Da mesma forma que o anterior, a entrada em sua família se dá pela entrega do leite mensal e de aves, do aviário, com pagamentos a cada quarenta e cinco dias.

Tem a certeza que esse período de maior entrada de dinheiro na vida de sua família, apesar de manter o agricultor ligado a compromissos financeiros mensais, como a compra ou prestações de aquisições de insumos, possibilitou melhor qualidade de vida a sua família, pois “a gente não vivia bem, sabe?!”, e a melhoria se deu graças à aposta na criação de aves; “depois que fiz o aviário” há cerca de doze anos, “só deu certo” (Darcy, agricultor), pois além da entrada de dinheiro, o adubo (cama de aviário) utilizado nas lavouras melhorou as pastagens para o gado leiteiro, e a produção da soja, dada a fertilidade do solo, aumentou.

⁹⁴ Era a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, que existiu até 1977, quando foi substituída pela Emater. A ACARPA substituiu os “ETA – Escritório Técnico de Agricultura, cujos propósitos e métodos eram espelhados no sistema de extensão, implantado nos Estados Unidos da América”, em 1959. Por sua vez estes escritórios teriam sido implantados no estado do Paraná em 1956, conforme informações da história da extensão rural no site <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>>, acesso em 05/11/2014.

⁹⁵ Pela impossibilidade de entrevistar agricultores mais empobrecidos (em especial os de estratos de área até 10 ha), talvez se pudesse observar cenário diverso, notadamente dos anos 1970, quando da implementação das primeiras políticas de crédito rural estes tinham imensas dificuldades para acessar tais recursos, as linhas de crédito existentes eram direcionadas aos agricultores com maiores áreas de terra.

Contrariando o que o agricultor afirmou, Souza et al. (2013, p. 11) informam a partir de pesquisa realizada no município em que este reside (Itapejara d'Oeste), que “a avicultura não garantiu aos produtores que a incluíram em seu portfólio de atividades juntamente com a produção de grãos ou leite, o aumento em sua Renda Total, Renda Agrícola e PB⁹⁶ Total”.

Na comunidade Barra do Santana, segundo o primeiro entrevistado, Sr. Gomercindo, pela forma como seus pais conduziam o estabelecimento, na primeira fase que se instalam no Paraná, ou seja, tendo o comércio de madeira como principal atividade, a lavoura ficara em segundo plano; dessa forma, segundo ele, a entrada de dinheiro se dava mais escassa, mas a regularidade era mantida pela venda de queijo e não pelo comércio da madeira. Com a venda desse produto, conseguiam adquirir o combustível do carro, que possibilitava aos filhos estudarem e “fazia o rancho”, isto é, adquiriam os alimentos não produzidos no estabelecimento na cidade.

O agricultor ilustra a ausência de dinheiro na época com o relato de que até a aquisição de terras se dava mais a partir da troca do que em transações financeiras, como ocorre na atualidade; “o pai comprava a troco duma vaca de leite”, ou um rádio, por exemplo. Na atualidade esse agricultor comenta que sua geração sonhava em ter uma renda mensal (a ausência dessa teria levado muitos a abandonar a agricultura e ir à busca de trabalho nas cidades), e esse “sonho” se deu com a entrada do leite⁹⁷, “é um ganho mensal” (Gomercindo, agricultor), que possibilita no mínimo, o pagamento das despesas da residência e de alimentação da família.

O segundo entrevistado, Sr. José Murilo, também acredita que há maior circulação de dinheiro em relação ao passado, no entanto, “o giro é grande e sobra pouco”. Também crê que se a renda foi possibilitada a essa geração, essa se deu pelo acesso a tecnologias que supriram a falta de mão de obra, pois as famílias estão menores. “O que seria?”, questiona-se ele a respeito, pois “não se encontra mais ninguém, não tem mão de obra, é uma raridade encontrar” e, com a mecanização das atividades agrícolas, “tu vai lá, tu faz a tua lavoura em

⁹⁶ Produto Bruto.

⁹⁷ Em estudo na Comunidade Independência, município de Pato Branco, Sudoeste do Paraná, com agricultores produtores de leite, Rosa (2012) corrobora o que o agricultor afirmou acima, conforme a autora, esta “atividade contribui para a ocorrência da sucessão geracional familiar na agricultura e tem grande relevância econômica na comunidade estudada” (ROSA, 2012, p. 141), também Cezimbra (2013, p. 96) afirma que a pecuária leiteira e atividade de hortifrutigranjeiros, que vem crescendo entre as famílias, “são a garantia de sucessão no lote”, no Assentamento Oito de junho, em Laranjeiras do Sul, região Centro-Sul do Paraná.

pouquinho tempo” e, assim, fica liberado, “depois tu vai cuidar de outras partes, o setor de leite”, por exemplo, que possibilita a renda mensal. Porém, Garcia (2014, p. 562) faz um alerta de que

“a existência de soluções tecnológicas para poupar mão de obra não se traduz, de forma automática, em inovações, uma vez que nem sempre passam pelo crivo da viabilidade econômica, da competitividade e sustentabilidade em mercados cada vez mais exigentes”.

O último entrevistado da comunidade Barra do Santana, Sr. Cândido, diz que “o dinheiro girava menos”, pela produtividade inferior, acredita, pois se colhiam, em geral, duzentas sacas de milho por alqueire, quando “hoje tu colhe, quatrocentos, quinhentos”. Porém, a despeito da maior produtividade, “hoje tu produz mais, mas em consequência, gasta mais”, assim os gastos com insumos e a necessidade constante de capitais acabam por aumentar a dependência do agricultor em relação a essa cadeia externa; e exemplifica isso no crédito abundante que está disponível no mercado, “hoje tem tanto dinheiro que tu tem que cuidar o que vai pegar”, com risco de maior endividamento.

O processo de “entrada do dinheiro” em suas vidas a partir da venda do leite ou dos lotes de aviários teria contribuído para restabelecer diferenciações entre as famílias ou de uma comunidade para outra? Dito de outra forma, a mercantilização estancou a saída crescente de pessoas desses locais e permitiu que as comunidades permanecessem vivas, ou as desmantelou? Entre os agricultores há diferenciação econômica? Ou está ocorrendo uma separação entre agricultores ricos e empobrecidos, havendo, desta forma, em curso, uma diferenciação social? Pois, com acesso a mais capital e renda, estariam esses se distanciando uns dos outros em sua sociabilidade?

5.4 Diferenciações econômicas (e não sociais) de uma comunidade para outra

Acredita-se que nas duas comunidades está a ocorrer diferenciação econômica, como foi explicitado na introdução; ou seja, famílias da mesma comunidade podem estar em situação econômica diferenciada em relação a outras, vivendo, porém, na mesma localidade, convivendo com costumes e crenças semelhantes e com sociabilidades próprias desses espaços, não ocorrendo, portanto, diferenciação social, pois ambos são agricultores familiares.

Pela Tabela 17, percebe-se que as famílias da comunidade Secção Progresso, do estrato de área total menor que dez hectares (ou 16% delas), são inferiores às demais em todas as variáveis, por sua vez, as com estratos de área acima de cinquenta hectares são superiores às demais famílias.

Portanto, há certa uniformidade crescente, isto é, à medida que o tamanho dos estabelecimentos das famílias cresce, com ele aumenta o Produto Bruto (PB), com a Depreciação (D) maior e Consumo Intermediário (CI) aumentando da mesma forma, conseqüentemente o Capital (K) disponível dessas famílias é maior.

No entanto, a maioria das famílias se encontra na faixa intermediária, ou seja, aquelas de estratos de área de dez até cinquenta hectares, totalizando dezessete das vinte e cinco famílias, ou 68% delas (com outras quatro famílias nos dois estratos de área, ou 16% delas).

As famílias entrevistadas na fase mais qualitativa (terceira fase da pesquisa) se encontram na faixa segunda (de dez a 50 hectares), com uma família, a do Senhor Otávio, com 31 hectares, e duas famílias na última faixa (com estratos de área acima de cinquenta hectares), as dos senhores Hilário e Anderson, respectivamente com 112,63 (sendo 24,2 alugados) e 191,18 hectares.

Tabela 17. Produto Bruto (PB)⁹⁸, Depreciação (D)⁹⁹, Consumo Intermediário (CI)¹⁰⁰ e Capital Disponível (K)¹⁰¹ dos membros das famílias da comunidade Secção Progresso.

Estratos de Área total	Freq.	PB	D	CI	K
Menor que 10 há	4	15023,48	854,45	6541,44	14162,82
10 a 50 há	17	75813,92	4887,25	34486,13	147770,54
Acima de 50 ha	4	397007,96	29666,70	186010,21	1034497,83
Total	25	117478,49	8206,71	54258,83	268269,67

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

Na outra comunidade, Barra do Santana, pela Tabela 18, pode-se perceber situação exatamente idêntica à outra comunidade, ou seja, que há certa uniformidade crescente, assim, à medida que o tamanho dos estabelecimentos das famílias cresce, com ele aumenta o Produto Bruto (PB), a Depreciação (D) e o Consumo Intermediário (CI), conseqüentemente com aumento do Capital (K) disponível também.

No entanto, nessa comunidade, a divisão dos estratos de área é diferenciada, diminuindo os da faixa intermediária e maior, com a o aumento dos da primeira faixa, isto é, os de até dez hectares. Pode-se inferir que a terra esteja menos concentrada na comunidade de Barra do Santana em relação à de Secção Progresso; por outro lado, na primeira, há mais famílias na faixa intermediária (dos dez aos cinquenta hectares), assim, poderia se arrolar a hipótese de uma “classe média” maior, da mesma forma que as maiores extensões de área (acima de cinquenta hectares) são representadas apenas por duas dessas famílias.

⁹⁸ É o somatório de Produto Bruto Vegetal (produto bruto de venda + autoconsumo), Produto Bruto Animal (produto bruto de venda + autoconsumo) e Produto Bruto da Transformação Caseira (produto bruto de venda + autoconsumo).

⁹⁹ É o somatório da Depreciação de Instalações e Depreciação de Máquinas e Equipamentos.

¹⁰⁰ Considera os Insumos da Produção Vegetal, Insumos da Produção Animal, Insumos da Transformação Caseira, Pagamento de Serviços a Terceiros (temporários e empreitadas), Despesas com Manutenção de Máquinas e Equipamentos e Despesas com Manutenção de Instalações, Luz, Gás, Água.

¹⁰¹ Este capital é o somatório que inclui máquinas, equipamentos e benfeitorias.

Assim, as famílias da primeira faixa (com áreas até dez hectares, ou 32% delas) na comunidade Barra do Santana superam as de Secção Progresso em Produto Bruto, Depreciação e Capital, mas são superadas na variável Consumo Intermediário (CI).

Assim, depreende-se que, na comunidade Secção Progresso, pode haver maior produção de produtos de transformação animal e/ou caseira, tendo conseqüentemente mais despesas de luz, gás, água, também com maiores despesas com pagamentos de serviços a terceiros (temporários e empreitadas), com manutenção de máquinas e equipamentos, e com manutenção de instalações.

Quanto à segunda faixa, com as famílias com estratos de área de dez a cinquenta famílias, que são em menor número (quinze contra dezessete, ou 60% delas), em Barra do Santana, essas dominam as três primeiras variáveis (Produto Bruto, Depreciação e Consumo Intermediário), perdendo em capital (K); portanto as famílias de Secção Progresso são mais capitalizadas nessa faixa de estrato de área.

Já na terceira faixa, dos estratos de área acima de cinquenta hectares, há maiores disparidades (8% delas) e dificuldades de se estabelecer vantagem comparativa de uma comunidade a outra. Secção Progresso tem maiores dados em Depreciação (D) e Consumo Intermediário (CI); por sua vez, a comunidade Barra do Santana possui maiores em Produto Bruto e Capital (K).

As famílias entrevistadas na comunidade Barra do Santana estão localizadas nas seguintes faixas de estratos de área: dois na intermediária (de dez a cinquenta hectares), senhores Dirceu e João, com respectivamente 24,2 e 50 hectares cada, e um na terceira faixa (acima de cinquenta hectares), senhor Ademar, com 101, 64 hectares no total, sendo 48, 4 próprios e 53,24 alugados.¹⁰²

¹⁰² Lembra-se o leitor que tanto nessa comunidade como na outra não foi possível entrevistar famílias dos estratos de área de terra até 10 ha, o que acarretará, provavelmente, limitações à análise desta pesquisa.

Tabela 18. Produto Bruto (PB), Depreciação (D), Consumo Intermediário (CI) e Capital Disponível (K), dos membros das famílias da comunidade Barra do Santana.

Estratos de Área total	Freq.	PB	D	CI	K
Menor que 10 ha	8	16879,68	2051,74	6326,19	34123,21
10 a 50 há	15	153331,19	10385,10	67848,89	138183,51
Acima de 50 ha	2	440877,40	29403,68	124873,79	473685,08
Total	25	132670,40	9239,91	52723,62	131724,34

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

Na Tabela 19, relativa à comunidade Secção Progresso, percebe-se que, na primeira faixa, ou seja, aquela em que as famílias possuem até dez hectares de área, essa possui Renda agrícola (RA), Rendias outras (ROF) e Renda total (RT) inferiores às outras faixas de estratos de área. Têm Outras rendas de trabalho (ORT) superior ao das famílias da segunda faixa (de dez a cinquenta hectares de área), e é superior, não interessando o tamanho do estrato de área de terra, na variável Aposentadoria e pensões (TRS).

Por sua vez, as famílias da segunda faixa, com estratos de área de dez a cinquenta hectares, que constituem a ampla maioria das famílias na comunidade, tem maiores números em relação à faixa de estrato de área menor (até dez hectares) em Renda agrícola (RA), Rendias outras (ROF) e Renda total (RT), e não possui um valor na variável Outras rendas do trabalho (ORT).

A última faixa, relativa aos estratos de área superiores a cinquenta hectares e que se constituem do mesmo número de famílias que possuem menor área de terra (quatro), possuem maiores Renda agrícola (RA), Outras rendas do trabalho (ORT) e Renda total (RT), em relação às demais famílias nas faixas de estratos de área de terra em tamanho inferior.

Assim, o que se pode observar é que, quanto maior a área de terra, maior é a Renda agrícola (RA) e a Renda total¹⁰³ (RT). Por outro lado, quanto menor a área, maior foi a entrada de Aposentadoria e pensões (TRS), assim como essas famílias possuem maior Renda de atividades não agrícolas (RNA). Da faixa intermediária, que constituem a maioria das famílias da comunidade, não possuem valor em Outras rendas do trabalho (ORT), isto é, depreende-se que estes não realizam atividades, serviços agrícolas de vizinhos.

Tabela 19. Renda Agrícola (RA)¹⁰⁴, Aposentadoria e Pensões (TRS)¹⁰⁵, Rendas Outras (ROF)¹⁰⁶, Outras Renda do Trabalho (ORT)¹⁰⁷, Renda de Atividades não Agrícolas (RNA)¹⁰⁸ e Renda Total (RT), dos membros das famílias da comunidade Secção Progresso.

Área (ha)	Freq.	RA	TRS	ROF	ORT	RNA	RT
< 10	4	7530,33	11017,50	340,00	2250,00	23210,00	44347,83
10 a 50	17	34247,56	7682,47	9279,41	0,00	2689,41	53898,86
> 50	4	159183,99	4355,00	5000,00	9950,00	0,00	178488,99
Total	25	49962,63	7683,68	7164,40	1952,00	5542,40	72305,11

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

¹⁰³ O que não foi observado por Ternoski (2013), em estudo com agricultores cooperados na região do município de Prudentópolis, região Sudeste do Paraná, por lá o autor condiciona ao capital humano e menos ao capital físico como determinantes da Renda Total (RT), assim “A representatividade do capital humano na explicação da renda total, leva a concluir que este é um importante determinante da renda”, e em relação “ao capital físico surge uma segunda constatação, a que indica que a quantidade de máquinas e equipamentos não é determinante” (TERNOSKI, 2013, p. 158).

¹⁰⁴ Renda Agrícola (do estabelecimento) = vendas vegetais + vendas animais (produtos também) + de produtos transformados + autoconsumo (por exemplo, salame para consumo da família).

¹⁰⁵ Inclui todas as transferências sociais.

¹⁰⁶ Rendas de Outras Fontes podem ser: alugueis, transferências dos filhos, por exemplo, que não é do trabalho).

¹⁰⁷ Outras Rendas de Trabalho podem ser: serviços agrícolas realizados por encomenda dos vizinhos).

¹⁰⁸ Renda não Agrícola, rendas advindas de outros setores, por exemplo, trabalhou na prefeitura do município).

Na Tabela 20, onde se apresentam dados relativos à comunidade de Barra do Santana, as famílias representadas na primeira faixa, que possuem estrato de área até dez hectares, possuem maiores números em Aposentadoria e pensões (TRS) e Renda de atividades não agrícolas (RNA) em relação às demais faixas (mas não possui valor em Outras rendas do trabalho), nas demais variáveis, é superada pelas famílias da segunda faixa em Rendas outras.

A terceira faixa, de estratos de área superiores a cinquenta hectares e que representam apenas duas famílias, superam as demais nas variáveis: Renda agrícola (RA), Outras rendas do trabalho (ORT) e Renda total (RT), no entanto, não possui valor nas variáveis Rendas outras (ROF) e Renda de atividades não agrícolas (RNA).

Observando as duas últimas tabelas, pode-se estabelecer um comparativo entre as duas comunidades: em se tratando de Renda agrícola (RA), percebe-se que a comunidade Barra do Santana tem vantagem sobre a outra, em todas as faixas dos estratos de área, e, em Renda total (RT), só não é superior na primeira faixa, dos estratos de área até dez hectares, ou seja, os estabelecimentos menores em área da comunidade Secção Progresso possuem maior renda total do que os de Barra do Santana; o que talvez explique essa situação é que a entrada de dinheiro a partir de Aposentadoria e pensões (TRS) só é maior em Barra do Santana justamente nessa faixa.

Em se tratando de Renda de atividades não agrícolas (RNA), nas duas comunidades, as famílias pertencentes à terceira faixa, ou seja aquelas com estratos de áreas de terra superiores a cinquenta hectares, não a possuem. Na faixa de estratos de área até dez hectares, é maior na comunidade Secção Progresso, já na segunda faixa, a comunidade Barra do Santana apresenta maiores dados.

Quanto a Rendas outras (ROF), a comunidade Secção Progresso leva vantagem sobre Barra do Santana na segunda e terceira faixas. Na faixa de estratos até dez hectares de área de terra, há vantagem da comunidade Barra do Santana. Por outro lado, as famílias da terceira faixa dessa comunidade, ou seja, aquelas com maior quantidade de área de terra, não possuem Rendas outras (ROF).

Em relação a Outras rendas do trabalho (ORT), a comunidade Secção Progresso tem maiores dados entre as famílias pertencentes aos estratos de área de até dez hectares (essa comunidade não as possui na terceira faixa, ou seja, entre as famílias com maior estrato de área). E Barra do Santana é superior nas duas faixas finais, ou seja, aquelas famílias acima de dez hectares, por outro lado, não as possui nas com menor área (abaixo de dez hectares).

Tabela 20. Renda agrícola, Renda de aposentadoria, pensões e transferências, Renda de outras fontes, Outras renda do trabalho, Renda de atividades não agrícolas e Renda total, dos membros das famílias da comunidade Barra do Santana.

Área (ha)	Freq.	RA	TRS	ROF	ORT	RNA	RT
< 10	8	8257,99	13809,75	2380,00	0,00	5777,50	30225,24
10 a 50	15	73894,29	7559,73	6200,00	333,33	3200,00	91187,36
> 50	2	230452,10	2400,00	0,00	118000,00	0,00	350852,10
Total	25	65415,30	9146,96	4481,60	9640,00	3768,80	92452,66

Fonte: pesquisa de campo do Projeto DIVERSIDAD, 2013.

Kiyota e Perondi (2014a), estudando essas mesmas comunidades e dados, comparam essas (com e sem as categorias de renda), a partir da técnica Bootstrap, e que identificou um grupo com renda superior e outro inferior a 10 salários mínimos mensais por família, e investigam “se existem especificidades que correlacionem o fenômeno da [e]migração e sucessão [geracional] com a renda”, (KIYOTA, PERONDI, 2014a, p. 10, com acréscimos).

Em se tratando da comunidade Secção Progresso, das vinte e cinco famílias pesquisadas, em relação ao uso da terra, os autores encontraram dezoito famílias com renda até dez salários mínimos, e outras sete com renda superior a esse valor. Já na comunidade Barra do Santana, quinze estavam na faixa de até dez salários mínimos e as outras dez com renda superior a esse valor, portanto, com mais famílias (com maior renda) na segunda comunidade (KIYOTA, PERONDI, 2014a, p. 12), assim, resumidamente os autores apontam que:

“As questões econômicas que caracterizam as famílias de alta renda é o fato de que em ambas as comunidades detêm uma evidente superioridade de recursos em superfície agrícola útil, trabalho, consumo, renda agrícola e renda total. Entretanto, também existem especificidades, como no emprego da renda não agrícola, ou na estratégia produtiva diferenciada, quando numa comunidade se aposta na integração com aves de corte associada à produção de grãos e na outra, com a produção associada entre leite e grãos” (KIYOTA, PERONDI, 2014a, p. 16).

Pelo que se percebe a partir do estudo de Kiyota e Perondi (2014a) e pelos dados das tabelas apresentadas nesse item, pode-se apontar que há ligeira margem de maior número de famílias entre as de maior renda (acima de dez salários mínimos) na comunidade Barra do Santana.

Porém, como esses mesmos autores alertam, o fator renda pode não ser determinante e, sim, as especificidades de cada comunidade. Dessa forma, questiona-se: o processo de “entrada do dinheiro” (item anterior) na vida das famílias, nas duas comunidades, a partir da venda do leite ou dos lotes de aviários, e que propiciou diferenciações econômicas de uma comunidade a outras (e mesmo internamente, conforme o estrato de área que a família possui) teria contribuído para restabelecer ou rechaçar as relações de comunidade? Dito de outra forma, a mercantilização estancou a saída crescente de pessoas desses locais e permitiu que as comunidades permanecessem vivas ou as desmantelou?

5.5 A comunidade e as relações de entreaajuda entre os vizinhos

As regiões rurais têm vivenciado a diminuição de sua população por uma série de fatores, uma diminuição que no sul do Brasil, conforme o último censo demográfico, reduziu a população em 11,4 pontos percentuais do censo anterior, conforme Maia (2014).

Desta forma, as comunidades rurais têm encolhido em número de pessoas; por outro lado, “embora um êxodo de pessoas das áreas rurais tenha, certamente, ocorrido entre 1970 e 2006, isso não se refletiu em uma queda correspondente no número de estabelecimentos” (HELFAND, PEREIRA, SOARES, 2014, p. 538).

Com o número de agricultores diminuindo nas comunidades, mesmo em uma região que apresenta tradicionalmente uma agricultura familiar dinâmica e de bons indicadores de desenvolvimento humano, o autor afirma que a persistência da emigração para as cidades não se explica na fuga da pobreza em si, “mas pode estar associada, por exemplo, à atração que a dinâmica socioeconômica urbana exerce sobre a população rural” (MAIA, 2014, p. 1092).

O primeiro entrevistado da comunidade Secção Progresso, Sr. Vidal, acredita que a comunidade vive uma crise de confiança, pois, comparativamente ao período de seus pais, existe hoje uma maior individualidade, onde “cada um pensa em fazer pra si próprio, as

peças não tão mais pensando em ajudar o próximo”, também acredita que as práticas de ajuda mútua sejam mais difíceis na atualidade¹⁰⁹, “tá bem mais difícil trabalhar em cooperativa, mutirões”. No entanto, ressalta que há espaços de socialização, possibilidades de lazer coletivo dentro da comunidade, enquanto espaço comum dos agricultores. Esse agricultor, juntamente com seus pais, está pensando em construir moradia na sede da comunidade, para melhorar o acesso a serviços, já que seus pais estão doentes e, para se aproximar da vida social da comunidade, pois vive em uma região, definida por outro agricultor, como “fundão”, indo ao encontro do que escreveu Carneiro (2007, p. 61), que as famílias têm optado “por residirem mais próximas dos centros das localidades”, pelos motivos elencados pelo agricultor, mas ainda mais pelos “lugares de encontro”, no caso dos jovens.

O segundo agricultor entrevistado, Sr. Martins, acredita na diminuição das relações de comunidade: “diminuiu muito”, porém, em seu caso, afirma que pode contar com a ajuda de dois de seus irmãos residentes na mesma localidade, aliás, esses há um tempo trabalhavam na modalidade de condomínio.¹¹⁰

Na necessidade de mão de obra, comenta que já não se encontram pessoas disponíveis para trabalhar com a mesma facilidade de outrora, e que essas agora só aceitam trabalhar mediante remuneração, “eu vejo bastante gente que pega o carro e vai até na vila, vê se acha alguém pra ir ajudar trabalhar”, que as pessoas não estão dispostas a auxiliar sem que haja uma contrapartida, “e tu tem que pagar meio bem” (Martins, agricultor) para que se desloquem para o trabalho.¹¹¹ Nesse sentido, traz-se o que argumenta Pinto (1981), a respeito do que se queixa o agricultor:

¹⁰⁹ Um autor central na teorização a respeito das práticas de ajuda mútua, ou “ajuda mútua” (e “apoio mútuo”), de forma espontânea por parte de humanos e animais, é Kropotkin (2009). Este acredita ser um fator que permitiu, em alguns casos, a evolução de espécies. Assim informa: “A tendência do ser humano à ajuda mútua tem uma origem tão remota e está tão profundamente entrelaçada à toda a evolução de nossa espécie que foi conservada por esta até o presente, apesar de todas as vicissitudes da História” (KROPOTKIN, 2009, p. 179).

¹¹⁰ A esse respeito, conferir Perondi et al. (2009), que estudaram a trajetória da família do Sr. Martins, que, segundo os autores, “em 2005 possuíam um estabelecimento de 49 hectares, que somado à área de dois irmãos, formava um condomínio de 147 hectares, nos quais os três irmãos e suas respectivas famílias trabalhavam coletivamente. Entretanto, em 2006, após a morte da matriarca e a separação conjugal de um dos irmãos, resolveram individualizar as áreas e o processo produtivo” (PERONDI, et al., 2009, p. 4).

¹¹¹ Garcia (2014, p. 583) afirma que os programas de transferência de renda aos agricultores, como o Programa Bolsa Família, “tem sido uma importante fonte de complementação dos rendimentos dos trabalhadores rurais e de redução do trabalho infantil”, talvez aí se justifique, em parte, as dificuldades elencadas acima pelo entrevistado, pois desta forma as pessoas que se dispunham antes a trabalhar, agora acabam comparando, tendo opção se trabalham ou não, pois estas têm a contrapartida da bolsa mensal.

“é possível, finalmente, que a ‘ajuda benévola’ entre agricultores, fundada numa racionalidade econômica que normalmente se dissimula sob formas e operações simbólicas ‘desinteressadas’, ceda o lugar a práticas sociais cuja eficácia, efetiva e aparente, dependa já sobretudo do cálculo estritamente econômico que lhes subjaz: relações de tipo contratual, envolvendo a compra de força de trabalho ou o próprio arrendamento de explorações ou de parcelas, aprofundarão, neste caso, as oposições de interesses que, largamente, sempre penetram as sociedades camponesas” (PINTO, 1981, p. 211).

O Sr. Martins credita isso à adoção da lógica da cidade, ou seja, aquela contratual e com remuneração. Exemplifica: “O filho do cara que mora lá na vila foi estudar lá na cidade e tá trabalhando de empregado, tá ganhando tanto. O filho do outro vizinho: ‘não, o filho dele tá ganhando tanto, eu também quero tanto pra ir trabalhar’, ali para outro. É assim”.

O terceiro entrevistado dessa comunidade, Sr. Darcy, afirma que “tudo depende de cada um”, creditando às ações individuais o mecanismo que poderá ou não desencadear essas relações, pois “se a pessoa não ajudar, também ela não pode esperar ajudar”. Comenta que na comunidade há a associação de máquinas que busca auxiliar quem mais necessita desses serviços.

Em relação às possibilidades de exercício de lazer coletivo na comunidade, afirma que ainda é possível, mas “as famílias, dá pra dizer que se dissolvem bastante, que sobram poucos por família”, mas há grupos de mulheres, idosos, “ainda funciona, sabe. Não tem mais aquele povão, que nem tinha antigamente” (Darcy, agricultor), mas as festividades continuam a ocorrer, especialmente as religiosas.

Na segunda comunidade, Barra do Santana, o primeiro agricultor, Sr. Gomercindo, questionado a respeito das relações de comunidade e estimulado a refletir e comparar com o tempo anterior, da família de seus pais, comenta que muito se perdeu e que, “ainda hoje é o que tá salvando nós um pouco é voltar nessa prática. Retomar essa prática que se fazia antigamente, que antigamente se fazia esses puxirões, iam todos na casa de um”, especialmente na preparação da silagem.

Descreve que o processo de preparação para guardar as plantas no silo¹¹² necessita de mão de obra, pelo menos: “Precisa-se aí uns cinco tratores, mais ou menos, pra fazer silagem,

¹¹² Neste processo o agricultor cava um buraco no solo, geralmente de forma mais estreita e longa, como se fosse uma longa vala (o silo), posteriormente se forra com lona e depois se deposita o milho ainda verde (depois de ser triturado na ensiladeira), posteriormente se tapa com a lona e se cobre com a terra que havia sido removida no processo de confecção do buraco e pode ser elaborado na região, a partir da planta inteira de milho. A esse respeito conferir a publicação organizada por Kiyota et al. (2011).

aí precisa cada trator, um operador, precisa ensiladeira, precisa um pá socar e tal. E daí nós temo se trocando entre vizinho, quando vai fazer eu vô lá com meus tratores e o ajudo e tal” (Gomercindo, agricultor).

Desta forma, os vizinhos se ajudam, mediante a falta de mão de obra: “Estamos se trocando, porque se nós precisarmos contratar alguém pra vir fazer, nós não encontramos”, e alega a falta de qualificação profissional também: “Não encontramos pessoas disponíveis e nem qualificadas pra trabalhar com a máquina, a ensiladeira, ou o trator pra socar ou pra fazer” (Gomercindo, agricultor).

Sr. Gomercindo acredita que estejam sendo recuperadas certas práticas de ajuda na comunidade, costumeiras no passado, corporificadas no exemplo anterior, assim: “Então, automaticamente estamos voltando naquilo que era antigamente, de se ajudar”.

Em seu caso, tendo três filhos, duas filhas que estudam, desta forma, a lavoura e os afazeres diários acabam por ficar com os dois (ele e o filho), na troca de dias entre os vizinhos para o caso da ensilagem, diz que “é importante e tá sendo a solução”, de outra forma, teria maiores dificuldades, “só nós dois nós não conseguimos”, pois “mesmo sendo automatizados, precisa de mais gente” (Gomercindo, agricultor).

Quanto a espaços de lazer na comunidade, de interação entre as famílias, cita as festas de dias santos, casamentos, e cultos dominicais. Lembra que seu pai comentara de que faziam filó¹¹³, e comenta que na atualidade “isso é pouco, dizer assim, de ir visitar um o outro, de noite, sem ter um motivo”. Sr. Gomercindo cita ainda o “terço da capelinha”, onde todos acompanhavam, rezando, de morador a morador, conforme a imagem se deslocava, e que não existe mais tal prática na comunidade, assim, “iam se visitar bem mais que agora”, acredita.

Em relação a esse passado, Sr. Gomercindo comenta que ao final do dia se encontra cansado dos afazeres, e cita outra prática que também existia e se perdeu, “saía o brodo¹¹⁴ na casa de um, na casa de outro, aniversário, hoje é menos” e, que ocorrem visitas mais “entre a família da gente mesmo”, os parentes.

¹¹³ Consiste em realizar visita ao vizinho, para alguma comemoração ou mesmo para estreitar laços, geralmente no período noturno, depois dos afazeres na lavoura ou das tarefas mais caseiras, tal como a ordenha.

¹¹⁴ É um caldo, resultante da fervura de legumes com algum tipo de carne, de frango ou bovina, muito apreciado entre descendentes de imigrantes europeus, especialmente no sul do Brasil. A respeito de sua origem, conferir Feliciano (2013, p. 80).

Essa diminuição de “práticas socializadoras”, por assim dizer, como alegado pelo agricultor, segundo Stropasolas (2014, p. 154) pode “representar uma ruptura no processo de aprendizagem e formação de novos agricultores”. Este autor comenta do papel que os mais velhos tinham com os mais jovens, com os “causos”, os “serões” e, mesmo o “brodo” e o “filó”, como mencionaram agricultores destas duas comunidades aqui estudadas. Na atualidade, o entretenimento desses se dá mais através da TV, para os pais, e pela internet, no caso dos filhos, portanto a “interação virtual” ocorre com o espaço externo¹¹⁵, com o que vem de fora, e com menor frequência com os outros, da comunidade, como ocorria uma geração atrás.

Porém, na ideia de Carneiro (2007, p. 64), de que a cidade não exerce mais a mesma atratividade que outrora exerceu sobre os jovens rurais, entre outras razões, pela violência dos grandes centros, pela revalorização do espaço rural, que passa de “lugar parado” para de “tranquilidade”, mas em grande medida também pela condição de humanidade, isto é, “de ser uma pessoa com nome (filho de alguém) e endereço e ser respeitado dentro desse universo de ‘iguais’”, que pode ser a condição de morador das cidades. Também Barrio Aliste (2014) afirma que o a sociedade rural tem sido “una viaje de ida y vuelta”, ou seja, que as influências do urbano sobre o rural, vão e voltam e, na atualidade a tendência é de um rural ressignificado, por exemplo, com o turismo.

Stropasolas (2014, p. 154) comenta que “a infraestrutura social e cultural existente na maioria das comunidades favorece a prática de esportes ditos ‘masculinos’, o que restringe ainda mais as opções das moças”; que existe, assim, um viés de gênero, nos espaços de socialização nas comunidades rurais. Pelo que se pode observar nas duas comunidades, há campos de futebol, cancha de bochas e a “copa” (espaço onde se pode jogar baralho e comprar bebidas, por exemplo), portanto, espaços culturalmente entendidos como mais “masculinos”.

¹¹⁵ Porém no entender de Wanderley (2007, p. 32), referindo-se ao estado de comunidades rurais no estado de Pernambuco, isso seria positivo, pois “estender o espaço de vida cotidiana para além dos limites da comunidade local”, pode propiciar, segundo a autora, acesso “aos bens e serviços disponíveis nos centros urbanos próximos”.

O segundo agricultor entrevistado dessa comunidade, Sr. José Murilo, comenta que, a respeito de ajuda mútua, trocas de dias, mutirões, práticas que remetem mais ao passado¹¹⁶ da vida desse, assim compara com a atualidade, “não existe mais”, ao menos “tanto quanto no passado”, explica assim que

“Eu acho que não, porque o povo ficou egoísta, o povo ficou, mudou tanto de opinião, é porque cada um tem os seus afazeres. Naquela época mais era a parte da lavoura assim e pouquinho, então dava pra se ajudar, e hoje não. Hoje como que, por exemplo, vô lá tirar leite pro meu vizinho para ele ir passear, se eu tenho aqui? Acho que um pouco é isso. Não é nem que o povo. Mas é a ocupação na própria propriedade que não deixa mais que aconteça isso”.

Existem exemplos menores no sentido comparativo a outros tempos; comenta: “De um financiamento, a gente depende de alguém avalizar” algum empréstimo; “isso existe ainda”. Quanto a espaços de lazer e de socialização na comunidade, informa que “dentro da comunidade são poucos. O que existe mais é relacionado à parte da igreja”, especialmente com atividades de festejo em datas comemorativas, tais como dias dos pais, dia das mães, dia das crianças, nessas “é feito uma confraternização pra comunidade” (José Murilo, agricultor).

Por fim, o terceiro agricultor de comunidade Barra do Santana, Sr. Cândido, em relação às trocas de dias que existiam, de auxílio mútuo, atualmente cita que são poucos os momentos nesse sentido, cita o processo de preparo da silagem, quando “um vai com o trator socar, outro tem a ensiladeira, outro pra puxá, então”.

Quanto aos espaços e possibilidades de se socializar, viver em comunidade, Sr. Cândido comenta que ocorre em algumas datas, no “dia das crianças, dia dos pais, dia das mães, digamos, se reúne na comunidade cada um leva a sua comida, assa lá, passa o dia junto, nesse sentido é uma confraternização”.

Cita que sua família participa junto a outras cinco, de um grupo, de reunião, que teria começado com a novena¹¹⁷, e se manteve, assim, “uma vez por mês, na casa que é, sempre se faz uma janta, e coisa, é uma maneira de manter”, porém reconhece que, “os primeiros, assim, se visitavam muito mais” (Cândido, agricultor).

¹¹⁶ Nesse sentido, Martins (2014a, p. 28) faz um alerta no sentido de que “A persistência de costumes, da chamada tradição, não expressa a funcionalidade do atraso, mas indica que o retardamento de umas relações sociais quanto a outras se insere na própria dialética da transformação social”.

¹¹⁷ Uma particularidade das duas comunidades pesquisadas é que as estas se mantiveram na crença no catolicismo, ambas possuem igreja e realizam seus rituais com frequência, como os cultos dominicais, a missa uma vez por mês, e as novenas, conforme o período do ano, sobre determinada temática, como na véspera do Natal é o “período do Advento”, ou seja, da chegada do menino Jesus, segundo acreditam.

O Sr. Cândido afirma que, comparativamente, no tempo de seus pais, as relações de comunidade eram mais próximas; na tentativa de explicar o porquê da diminuição na atualidade, afirma: “todo mundo tem televisão e coisa”, mas que, “por outro lado, seria muito mais fácil hoje, porque todo mundo tem seu carro, seria muito mais fácil”, sua esposa intervém e, vai ao encontro de sua tese, acredita que “é uma acomodação, daí tem aquele dizer assim: ‘eu não tenho tempo pra isso, eu não tenho tempo praquilo’”, afirma.

No entanto, o entrevistado aponta outra possibilidade, como as famílias diminuíram e a mão de obra para a estratégia de venda de leite, por exemplo, aumentou, pois “é a família que tira o leite” e, comparativamente à época que se tinha mais tempo, “no começo lá poucos tinham vacas de leite, à tardinha, assim, tu não tinha muito, não tinha muito o que fazer, digamos assim” (Cândido, agricultor).

Por fim, outra possibilidade para a diminuição das relações de comunidade é a própria dinâmica da agricultura capitalista, isto é, o processo de diferenciação de classe como alegara Bernstein (2011) atrás, que, ao longo do tempo, levou alguns agricultores a se desenvolverem mais do que outros, e a compra de estabelecimentos vizinhos vira uma realidade, como contou o Sr. Cândido, da Comunidade Barra do Santana, que até os anos 1980, seu pai havia adquirido a grande parte das áreas dos irmãos, tios e vizinhos, tornando-se um dos maiores proprietários da região (área que atualmente está em mãos dos dois irmãos). Assim, com menos estabelecimentos¹¹⁸, menores serão as comunidades no número de pessoas que possibilitavam a maior socialização de outrora.

Nesse sentido, traz-se aqui Polanyi (2012, p. 363). O autor afirma que:

“O papel essencial desempenhado pelos interesses de classe na mudança social faz parte da natureza das coisas. Qualquer forma ampla de mudança está fadada a afetar as várias partes da comunidade de diferentes maneiras, que mais não seja, pelas diferenças de localização geográfica e do equipamento econômico e cultural”.

Portanto, para esse autor, os interesses setoriais – ocorrido nas duas comunidades –, “são o veículo natural da mudança social e política” (POLANYI, 2012, p. 363).

As comunidades estudadas diminuíram em número de pessoas, dentre os que ficaram, uns compraram as terras dos outros, de parentes dos que ficaram, portanto, uns tem mais terra do que outros, o que os une é a comunidade, o local comum, no entanto, são diferentes, especialmente em estrato econômico e no tamanho de área. Esse mercado de terras não

¹¹⁸ Contrariando em parte, portanto, o que afirmaram atrás, Helfand, Pereira e Soares (2014).

contabiliza em seu preço o valor da comunidade, o valor do “tecido social”, como afirmam Silvestro et al. (2001, p. 23), ou seja, a importância “da rede de relações existentes no meio rural que se extingue quando agricultores familiares são substituídas por proprietários que ali não residem¹¹⁹”.

E se essas relações estão mais propensas à desintegração, poderá vir ocorrer, conforme Pinto (1981, p. 228) “um alargamento das relações que o integram ao próprio tecido social urbano envolvente”; assim, segundo esse autor, essa desintegração dá lugar a subcomunidades de vizinhança, ou seja, “a formas de convivência irredutíveis ao pressuposto da homogeneidade cultural” de que era feita a comunidade.

As relações de comunidade, as descrições do que entendem ser positivo a respeito da permanência no campo, ou seja, os motivos, os aspectos mais relevantes que podem favorecer ao menos os pais (os entrevistados) poderão também auxiliar no processo de sucessão entre essas gerações? Será que esses aspectos destacados pelos pais são levados em conta na hora da sucessão geracional?

5.6 As perspectivas na agricultura, a vida de agricultor e a sucessão geracional em debate

Em relação a essa temática, o primeiro agricultor entrevistado da comunidade Secção Progresso, Sr. Vidal, a respeito das perspectivas na agricultura, afirma que “a nossa região, principalmente a questão de grãos, tá ficando cada vez mais difícil” em relação às perspectivas futuras na agricultura, porém aponta que “o futuro que eu vejo na agricultura é produzir alimento, pequenas culturas, eu acredito que vai ser o caminho, o leite, carne, hortifrúti, mas a dificuldade, volto na questão da mão de obra”; apontando esse como um dos fatores que emergem como dificuldade.

Também analisa a conjuntura mundial em relação aos cereais, afirma que “grãos, acho que vai sê complicado, o mundo inteiro tá partindo para esse lado, se você avalia, vai saturar, cada vez mais doenças, usa mais e mais químico”; prevendo um cenário mais difícil para os

¹¹⁹ Na comunidade os estabelecimentos dos agricultores empobrecidos vêm sendo adquiridos pelos que se diferenciam economicamente, assim há os “grandes” e os “pequenos”, conforme a fala dos próprios entrevistados.

agricultores e aposta: “Pode dar muito dinheiro ainda, mas pra quem produz em escala” (Vidal, agricultor).¹²⁰

No fator de ausência de mão de obra, o Sr. Vidal afirma que “hoje ninguém mais quer fazer força, e não é só na agricultura”, de forma que a penosidade de algumas funções podem estar afugentando a ainda existente oferta nesse sentido. Também referencia o custo dessa, fazendo uma comparação com o tempo em que seu pai se empregava oferecendo serviço em troca de farinha de trigo

“o meu pai, quando tinha seus quinze anos de vida, ele trabalhava pra ganhar um pacote de farinha por dia de trabalho. Hoje, se você imaginar a mão de obra de alguém pra trabalhar na agricultura, se transferir a valores de farinha, são vinte, vinte e cinco, trinta pacote de farinha. Então, comparando, e não tem gente, mesmo assim não tem gente”.

Em relação aos jovens e à permanência desses no meio rural, acredita o entrevistado que “parte da educação”; entende que, inclusive, a não permanência desses estaria relacionada ao problema da má qualidade da educação do país.

Quanto à sucessão geracional, o Sr. Vidal afirma: “A gente não pensou ainda nisso. Eu, a única coisa que eu penso, que eu não quero vender. Não quero vender para outras pessoas”, e se ocorrer de vender, venderá para as duas irmãs que já saíram e estão casadas em outros estabelecimentos, mas ele não pretende se desfazer da terra, propondo, no caso da sucessão geracional, resolver “ou por partilha” ou por compra da parte delas.

Argumenta sobre a razão de não se desfazer da propriedade: as dificuldades: “O que a gente sofreu a vida inteira pra adquirir” a terra, até o que ela representa para ele: “O valor sentimental é maior que tudo pra mim”. Por fim, em um desejo de recuperar a ideia de família que se tinha anteriormente, afirma: “agora, se as minhas irmãs voltarem, ficaria muito feliz” (Vidal, agricultor).

Para finalizar, Sr. Vidal analisa sua trajetória na agricultura

“eu acho que hoje a gente tem mais um pouco de autonomia na escolha, um pouco mais de alternativa do que antigamente e, ao mesmo tempo, dependência das multinacionais. Porque se transferir pra hoje a forma com que a gente produzia há trinta anos, a gente não sobreviveria. Hoje tá mais cômodo, mais fácil pra produzir, o trabalho é um pouco menor, o esforço físico é pouco menor, mas tem sim uma

¹²⁰ O problema da saturação a que o agricultor se refere certamente são os mercados que por ora estão abertos, como o caso da soja, para a China especialmente, mas que, de repente, podem se fechar. Para ilustrar o peso das exportações deste cereal, conforme Helfand, Pereira e Soares (2014, p. 540), “em 1960, a soja respondia por menos de 2% das exportações agrícolas brasileiras, ao passo que, na primeira década do século 21, representava 33%”.

dependência dessas empresas, as tecnologias estão na mão de poucas empresas. É quase um monopólio”.

O que disse o agricultor associa-se àquilo que escreveu Garcia (2014, p. 568), ou seja, de que “a inserção de novos métodos e equipamentos no sistema de produção integrou o setor agrícola ao restante do sistema econômico, a tal ponto que não é mais possível separá-lo dos setores fornecedores de insumos e/ou compradores de seus produtos”.

Indagado se vai se aposentar, quando chegar a hora, Sr. Vidal afirma: “Eu penso em ficar. Ficar até o final da minha vida na agricultura”; sem possibilidade, por ora, de emigrar, sair do estabelecimento: “Não penso em morar na cidade, não”. Lembrando o passado e vivenciando as transformações na agricultura, comenta que essa “mudou radicalmente, 1980, 1990, nossa, jamais imaginava. E a coisa tá evoluindo de forma que é difícil de acompanhar”; assim apresenta uma preocupação a respeito do futuro da atividade devido às suas transformações mais recentes

“a gente se preocupa um pouco até com essa evolução, por que até onde a gente vai acompanhar? Acaba ficando pra trás (...) com esse modelo a gente vai conseguir manter, sobreviver? Isso, só o tempo dirá. A gente tem expectativa, mas. Como disse, há trinta anos a gente jamais pensava o que tá acontecendo hoje”.

Sr. Vidal deixa uma questão ainda sem respostas: “Nesse sistema a gente vai conseguir sobreviver? Eu acho que sim. Eu, a minha geração, mas e as que virão?”.

O segundo entrevistado, Sr. Martins, não vê maiores problemas em passar o estabelecimento às filhas (pois tem três filhas e jovens) e aos possíveis genros, pois imagina que terá condições de trabalhar por mais dez anos, pois “a idade vem chegando, então, uma hora que o cara tem de pensar de ter alguém que ajude”.

No entanto, como a expectativa de vida dos brasileiros vem aumentando como demonstram os últimos censos demográficos, está ocorrendo um “prolongamento da vida humana”, conforme Brumer (2014, p. 124), como resultado principalmente dos avanços na medicina. Acesso a dietas alimentares mais satisfatórias, e melhoria nos hábitos de higiene, propiciaram “um certo descompasso” entre o ciclo de vida dos pais para o dos filhos; ou um “envelhecimento pela base”, como referiu Stropasolas (2014, p. 142), ou seja, estão ocorrendo “taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem” e, isso poderá impactar diretamente no processo de sucessão geracional e nos projetos e aspirações

individuais dos filhos, pois há casos desses casando, e seus pais ainda estão jovens, ativos para o trabalho na agricultura.

Aposentado, Sr. Martins ficaria na propriedade, fazendo o que pudesse fazer. Atualmente as moças, todas, têm função no estabelecimento, auxiliando a ele e à esposa, informa; mas com dificuldades, pois “eles se espelham muito com os amigos deles”, adotando a lógica da cidade (e das colegas de estudo), assim cita o que sua filha de dezesseis anos lhe diz como argumento para não realizar as tarefas designadas por ele: “Ah, menina da minha idade, na cidade faz nada. Eu também não vou fazer nada”. O que o Sr. Martins relata contraria o que afirma Stropasolas (2014, p. 151) de que “as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar pelas questões relacionadas à gestão da propriedade, ao trabalho na agricultura ou à produção agropecuária de uma forma geral”.

Por outro lado, como observou Neves (2013, p. 221), em estudo sobre a mobilidade social de jovens rurais no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul: “Menos surpreendente, talvez até esperado, seja o fato de que entre os irmãos entrevistados, as moças estejam completamente desinformadas acerca dos diferentes encaminhamentos ocorridos na unidade de produção familiar”, o que corrobora com o certo afastamento da moça nessa situação relatada pelo pai, se bem que, nesse caso, esse estimula-a (com cobrança de responsabilidades) e, ela, a partir da comparação com os jovens urbanos, barganha condição semelhante, de não trabalhar.

Também pode estar se iniciando um conflito entre a autonomia do jovem que já quer “voar” e um pai ainda jovem e que mantém certa centralização dos recursos e das decisões no estabelecimento; conforme demonstra Brumer (2014, p. 128), a respeito da autonomia requerida pelos filhos perante os pais, que, além da recusa das tarefas rotineiras, como reclamou o agricultor antes, esses jovens podem ainda requerer partilha na renda, para “a perspectiva de um padrão de consumo semelhante ao dos jovens do meio urbano”.

Quantos aos jovens, indagado a respeito do que se poderia fazer para manter aqueles que desejam sair, Sr. Martins diz: “Olha, eles vão ter que sofrer”; alegando que muitos não valorizam porque não passaram as dificuldades que os pais passaram para adquirir tal estado de conforto e mesmo de renda; e até aposta em um roteiro possível, a respeito da emigração dos jovens na agricultura: “Eles vão sair, vão à cidade, vão sofrer e daí eles vão ver, ‘não, mas lá eles produziam isso, lá eles tinham isso’, amanhã, depois estão voltando pra produzir as

coisas”, porém prevê dificuldades: “Depois que o cara foi, pra voltar?”, acha que não seria fácil.

As cidades em geral representam a esperança de mudança de vida, como o agricultor comenta a respeito do que entendem os jovens, mas podem representar dificuldades que irão surgir. Nesse sentido, Chauveau (2014, p. 99) argumenta que o meio rural ocupa um espaço insubstituível na sociedade e, mediante os questionamentos que o modelo de vida urbana vem sofrendo, tais como o superpovoamento, a integração dificultada, a condição de vida das pessoas, enfim, argumenta: “A sustentabilidade de um modelo que esvazia os campos para inchar as cidades indefinidamente está agora sendo posta em questão”.

O segundo entrevistado ainda acredita que falta maturidade nos jovens da atualidade: “Uma vez, o jovem com quinze, dezesseis anos, ele tinha as ideias mais ou menos de hoje do jovem com vinte e dois, vinte três”; diz que esses ainda não têm projetos de vida definidos, nessa idade; com os de dezoito anos, cita, “não tem nem graça de conversar, tem ideia de criança”, recorre assim à comparação de seu tempo, “com sete anos, eu ia à aula, meio dia na aula, meio dia em casa carpir” (Martins, agricultor).

Finalizando, na análise da condição de agricultor hoje, Sr. Martins é direto, afirma que estaria em melhores condições, mas “só faltaria gente, porque estaria bem melhor”, alegando que se houvessem mais três pessoas para trabalhar em seu estabelecimento estaria ainda em melhores condições do que se encontra, com a diminuição da população rural, também creditada ao número menor de filhos, “hoje quem tem três filhos já tem bastante”.

Postula que os jovens de hoje têm analisado a condição do agricultor comparando-a com o morador da cidade, assalariado: “As pessoas sempre pensam que, para o lado bem bom, então eu vou pegar um serviço lá, vou estar com catorze, quinze anos me aposento e, está por aí”; assim, o assalariado se aposentaria mais jovem que o agricultor¹²¹; na lógica do Sr. Martins, acaba sendo uma das justificativas da saída dos jovens.

A afirmação do entrevistado vai ao encontro do que Neves (2009, p. 123) afirma: “A avaliação que os jovens fazem acerca do modo de vida no meio rural tem sempre como contraponto o modo de vida que eles consideram existir na cidade, independente da avaliação

¹²¹ Apesar do que escreve Garcia (2014, p. 580), informando que “com a promulgação da Constituição Federal de 1988, Artigo 7º, é que foi estabelecida a equiparação de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais”. Talvez as tais disposições transitórias ainda não tenham sido efetivadas, vide o que o agricultor reclama.

ser positiva ou negativa”, assim, a cidade é sempre o referencial de comparação para os jovens.

O último entrevistado da comunidade Secção Progresso, Sr. Darcy, quanto às potencialidades do setor no futuro da agricultura, é otimista, pois acredita que “sem a agricultura não tem progresso nenhum, sabe?!”, entende que é nesse segmento econômico da sociedade que se inicia propriamente o desenvolvimento do país, “é uma sequência, uma corrente sem fim, então, em primeiro lugar é a agricultura, a produção inicial”.

Por outro lado, é negativo em se tratando de quem poderá ficar na atividade, pois segundo ele “o jovem em primeiro lugar, ele não gosta muito de trabalhar”; acrescenta também, como dificuldade, a infraestrutura, que poderia ser mais bem cuidada pelos governantes, e cita as estradas no estado que se encontram intrafegáveis, afirmando que, se essas estivessem conservadas, facilitariam a permanência dos jovens que desejam ter motocicletas ou carros. Sr. Darcy comenta que suas filhas até poderiam morar no estabelecimento e se deslocar até a cidade próxima para o trabalho (ambas residem nesta cidade), mas isso não ocorre, “não tem como, por causa de estradas péssimas”.

A argumentação do Sr. Darcy, de que o jovem da atualidade não gosta de trabalhar, endossa o que expõem Gaviria e Pezzi (2014), de que esses mantêm uma posição ambígua, ou seja, não desejam reproduzir os papéis desempenhados por seus pais, mas ao mesmo tempo continuam a manter certa identificação com os elementos culturais ligados à agricultura, assim, de forma geral, “identificam-se com o modo de vida no campo, mas nem sempre com a prática agrícola em si” (GAVIRIA, PEZZI, 2014, p. 49).

Outro fator que tem inibido a permanência do jovem no rural, segundo o Sr. Darcy, seria a própria legislação trabalhista que diferencia as pessoas em relação ao espaço urbano; acredita ele: “Eu se tivesse na cidade, já podia estar aposentado”, crê que as pessoas de lá têm se aposentado em idade inferior aos do campo, como já alegara o entrevistado anterior, Sr. Martins.

O Sr. Darcy gostaria que o estabelecimento fosse conduzido por algum dos filhos, pois elenca a série de dificuldades que, junto à esposa, tiveram que superar para adquirir a estrutura que a propriedade tem, assim afirma que “alguém tem que dá sequência”, acredita que até já poderia parar de trabalhar e poderia viver com o que se adquiriu ao longo do tempo.

Por outro lado, ambos, entrevistado e esposa, são enfáticos na negativa de transferência do estabelecimento a algum dos filhos: “Não! Eles podem trabalhar, usufruir, explorar, mas o que tá no meu nome eu quero preservar” (Darcy, agricultor).

O Sr. Darcy explica essa posição, a experiência negativa na partilha de herança pelo lado da família da esposa, que desistiu na lei de sua parte, e essa se perdeu, estando na mão de desconhecidos, outros proprietários; assim, aquela propriedade da família não existe mais.

Mas explica que os próprios filhos aceitam essa ideia, que uma das filhas que reside na cidade próxima teria dito a ele: “O dia em que eu me aposentar, eu quero um pedacinho pra eu fazer uma casa”; que o estabelecimento representa identidade para a família, “é a terra onde nasceram, se criaram”, que os filhos mencionam o que vivenciaram desde a infância, assim “eles têm lembrança, daí eles valorizam, sabe, daí isso é bom pra gente, sabe” (Darcy, agricultor).

A semelhança do que Gaviria e Pezzi (2014, p. 50) encontram em sua pesquisa, de que os jovens foram “unânicos em se posicionarem contra a venda da propriedade familiar”, pois, para além de patrimônio econômico, essa representa a cultura, a identidade desses, por isso valorizam e preferem que o estabelecimento fique sob o controle da família.

O entrevistado acredita que “a terra é a mãe, é onde dá alimento”; além do valor sentimental que adquire ao longo do tempo, é de onde “a gente se sustenta, é tudo, sabe”, e menciona algo que tem importância na legislação atual, a situação em que o agricultor que possuir menos que um módulo de terra está assegurado pela lei; ele afirma: “Daí, se tu ir lá no banco financiar, já tem um traço lá em amarelo que não pode hipotecar¹²², e é uma coisa boa, que muita gente perdeu terra por causa de facilitar financiamento” (Darcy, agricultor).

A respeito da hipótese da transferência do estabelecimento, o Sr. Darcy afirma que pensa da seguinte forma: “Talvez pra esse filho que tá com nós ficasse com cinquenta por cento” e, para as filhas que não residem mais com a família, se desejarem, a outra parte, pois “é ruim não poder dá pra um e, pra outro tudo”. As benfeitorias, afirma, ficariam para o filho que trabalha em conjunto com os pais, apenas a terra seria dividida na proporção descrita.

¹²² O agricultor provavelmente se remete ao artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988, que assim designa: “XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento”.

Pela experiência negativa na família da esposa, de transferência em lei de sua parte, afirmam o entrevistado e a esposa, que não deixariam para uma filha, se fosse o caso, pois “não é justo deixar pra um só”, justifica o Sr. Darcy.

Ao filho que trabalha em parceria com os pais, os poderes frente ao estabelecimento vêm sendo delegados; é esse, segundo o entrevistado, que vem tomando a dianteira dos negócios da família, “ele participa mais até em dias de campo¹²³, assim, vê o que é melhor” (Darcy, agricultor).

Em caso de se aposentar, “eu vou ficar” diz o Sr. Darcy, que até pensou em ir morar na vila (em Secção Progresso), mas acredita que o pouco que puder fazer, envelhecido, auxiliar o filho, poderá ser útil,

“e ele não gosta de ficar sozinho. Esse que é, que talvez é um grande, auxílio para um filho ficar na lavoura, é os pais acompanharem junto, sabe. Porque ele não gosta, ele vem até duas vezes por dia aqui tomar um chimarrão com nós, vem, é, contar novidades e tal, sabe. E sozinho ele já disse uma vez ‘se os pais sair daqui eu não fico aqui também’, sabe”.

Conforme expõem Spanevello et al. (2014, p. 181), esse é um dos aspectos mais importantes na ação dos pais, no sentido de manter um filho como sucessor, pois com as moradias separadas, tal como adotado pelo pai e pelo filho, se preserva “a autonomia dos pais e do novo casal e, assim” se evita “os possíveis conflitos familiares, especialmente entre noras e sogras”. Também Neves (2013, p. 280) comenta: “A opção pelo local de moradia, apesar de não ser definitiva, é indicativa dos projetos ocupacionais e de vida que o jovem pretende seguir” e, desta forma, como no caso do filho do agricultor relatado antes, por ter optado por moradia no espaço rural, e no estabelecimento da família, tenderá a ser agricultor; como já o é, na parceria estabelecida com os pais, muito provavelmente será o seu sucessor.

O Sr. Darcy sintetizando sua trajetória, afirma que “pra mim foi bom”, que foi sofrida a vida na agricultura, mas acredita que se fosse em uma cidade seria pior, “porque além de tu ter que trabalhar, sempre naquele horário determinado, se cuidar pra não perder o trabalho, não perder o emprego, porque senão tu fica dependente”, ao contrário das possibilidades do espaço rural, “só tem que levar as coisa em ordem, sabe”.

¹²³ Trata-se de exposições de máquinas e/ou implementos agrícolas, sementes, insumos industriais, palestras, cursos, visitas, etc. Geralmente organizadas por órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e também por empresas privadas, como forma de demonstrar aos agricultores as novidades de produtos e técnicas na área agrícola.

E dá a receita a se evitar para que se obtenha sucesso nas atividades agrícolas, no meio rural; “Muito passeio, muito bar, muita bebedeira, sabe, essas coisa não trazem resultado pra ninguém, sabe” (Darcy, agricultor).

Acredita, por fim, que o agricultor de hoje “é mais dependente” em relação ao passado, tinha-se mais tempo livre, e até lembra: “Uma vez a gente tinha tempo pra ir pescar, pra ir passear, um filó e, hoje ninguém mais faz isso, sabe. Nós temos o rio perto ali, mas eu passo, até seis meses sem pisar na barranca lá” (Darcy, agricultor).

O Sr. Darcy alega que isso talvez ocorra pelo fato de que anteriormente se utilizava mais da estratégia com a lavoura apenas, no sentido de comercializar, já na atualidade, com o gado leiteiro, “os animais, tu tem que ter aquele horário pra tu tá ali, tratar, atender e tudo, sabe”. Também vê o problema na diminuição das famílias, pois tinha “mais gente também pra trabalhar, hoje sobra só pra dois ou três”.

Mas, segundo ele, “já foi difícil, mas melhorou pra nós, sabe” (Darcy, agricultor), acredita que se fica mais na atividade por opção e, no início, quando começou a vida de agricultor, seria mais por necessidade.

Na comunidade Barra do Santana, o primeiro entrevistado, Sr. Gomercindo, a respeito do futuro na agricultura não o vê de forma positiva: “Olha, eu não vejo assim muito futuro”; em seu caso, afirma que, “eu tenho menino aí que parece que gosta da agricultura, tá fazendo Agronomia e gosta, vai ficar num pedaço de terra”, mas acredita que a agricultura tenderá a piorar, nesse sentido, o sucessório.

O Sr. Gomercindo afirma que sua geração de agricultores foi beneficiada pela estratégia do leite: “Foi pra nós uma grande conquista quando surgiu o leite, um ganho mensal”, ter uma renda por mês, porém é pessimista quanto às próximas gerações, seja pelo intenso trabalho que a atividade exige, seja pela rotina diária, comenta, assim que já há aqueles que pretendem deixar o leite:

“mas não tem aquele que não está louco para um dia poder parar de tirar o leite. Porque é uma atividade muito desgastante, estressante, é todo dia. Então, a nossa geração, nós não temos outra opção. Eu vou tirar leite até que dá. Mas os nossos filhos eles quando puderem cair fora, eles vão caí fora.¹²⁴ E os filhos deles não vão querer nem ver vaca. Então, eu vejo assim que no futuro essas coisas que nós temos produzindo hoje ainda meio empurrando com a barriga, fazendo silagem, trabalhando essas vacas no barro, e tal, nós ainda temos que aguentar, mas essa piizada que tão estudando aí pra querer ser algo melhor, não vão voltar fazer isso aí”.

Souza et al. (2013, p. 609), em pesquisa com produtores de leite em dois municípios do estado de Minas Gérias, constataram “que o potencial tecnológico, típico da economia de mercado, não se mostrou como um fator determinante dentro do processo sucessório nas unidades de leite nos municípios pesquisados”, e que por lá prevaleceram mais valores ligados à manutenção do patrimônio do que à geração do lucro, entre outros.

Incitado a respeito da modernização no sentido de trazer melhorias nas condições de trabalho, para que os jovens possam continuar na atividade leiteira, Sr. Gomercindo afirma: “Mas tem coisa que você pode modernizar, que não dispensa o trabalho pessoal, braçal, ali, a tensão, o compromisso de tá ali junto”, assim não acredita na possibilidade de total mecanização da atividade leiteira e, se for terceirizado, “o patrão tem que tá junto”, desta forma, em sua opinião, “ele tem que gostar um pouco também, senão eles não aguentam”.

Afirma que imagina que os jovens não conseguirão fazer o que essa geração atual faz, a não ser que esse jovem venha a “ser mais bem remunerado, que venha dá esse gosto pra eles”, pois, “dizem que o agricultor tá sempre se queixando, mas pelo que a gente faz, a gente ganha pouco”. Em relação aos jovens não conseguirem acompanhar a geração atual, seja pela quantidade de trabalho, pelo que vem sendo apontado, como a penosidade, seja pela remuneração inadequada, em sua opinião, acrescenta outro elemento, a impossibilidade de sair, a título de lazer, devido às atividades que exigem maior atenção e acompanhamento, como a leiteira, citada atrás: “Pela quantia que a gente fica preso aqui no interior, que não pode sair, às vezes tem que ficar o ano sem poder tirar umas férias” (Gomercindo, agricultor).

¹²⁴ Nesse sentido, Colleti (2013) em estudo com produtores de leite e queijo no município de Itapejara d'Oeste (um dos municípios pesquisados nessa dissertação), aponta a falta de mão de obra como um fator limitante inclusive para o futuro na atividade: “os produtores declaram que o problema para dar continuidade na atividade leiteira é não ter quem continue ‘que te ajude’, falta mão de obra e a indefinição da sucessão [geracional] na propriedade, na falta de espaço nas decisões por parte dos patriarcas, bem como, muitas vezes de interesse, para investir na atividade, para investir em pastagem e para pensar e planejar ampliar a produção” (COLETTI, 2013, p. 116, com acréscimo).

Nesse sentido, Chauveau (2014, p. 105) defende que “no século XXI, não se pode mais considerar essas áreas [rurais] apenas como lugares de produção agrícola, no qual o menor acesso a um conforto ‘urbano’ seria um perigo para a preservação das especificidades”, os jovens deveriam ter acesso a direitos básicos que seus homólogos urbanos já alcançaram, assim, pondera a autora: “Eles não deveriam ter que morar nas cidades para ter acesso a tudo isso” (CHAUVEAU, 2014, p. 101).¹²⁵

Para manter o jovem, estimular sua permanência nessas atividades, o Sr. Gomercindo acredita que se deveria desmistificar o que se faz, “se cada um mostrasse os dois lados da coisa”, os aspectos positivos e negativos, maior ação dos órgãos governamentais. O entrevistado cita a imposição de preços sobre o leite produzido pelos agricultores, “porque nós aqui, nós não fizemos preço do que é nosso, nós temos que aceitar tudo que vem de cima” e, em decorrência da instabilidade dos preços e de se ver como refém das empresas comercializadoras do leite, afirma: “Nós não temos segurança nenhuma no campo, é o que os comerciantes quiserem pagar, nós vamos dizer: ‘má que bom, muito obrigado’ e aceitar”; apesar de já haver ganhos, como o reconhecimento do agricultor perante a sociedade nos tempos recentes, “financeiramente ainda não melhorou”; como muitos dos agricultores alegam, que a maior parte das rendas geradas acaba sendo utilizada para capitalizar o estabelecimento ou no acesso a algum bem de consumo, para melhoria das condições de vida, contudo não têm o suficiente para guardar numa poupança, por exemplo.

Em seu entendimento os filhos estudam para chegar a essa outra condição, ou seja, no que define como “lá”, os definidores de preços, os que mantêm controle sobre os agricultores. “Então a piaçada vem estudando pra chegar lá também, não pra ficar aqui”, e “a gente até incentiva”, que se estude, para não passar pelo que passou e passa, “o que está sofrendo aí”, na agricultura, evitando trabalhar, por exemplo, em dias de chuva, “porque automaticamente a gente só quer o bem pros filhos” (Gomercindo, agricultor).

Em pesquisa, no município de Vespasiano Corrêa, estado do Rio Grande do Sul, Gaviria e Pezzi (2014) constataram a necessidade dos jovens rurais se profissionalizarem para a agricultura; o que talvez em parte se aproxime do que o Sr. Gomercindo comenta, pois dois de seus filhos cursam Agronomia, esses vêm “estudando pra chegar lá também”. Na pesquisa

¹²⁵ Tal como argumentou atrás, Wanderley (2009a). Também fortalecendo o que a autora constata, Carvalho (2009) afirma que a cidadania no Brasil necessita ainda percorrer um “longo caminho”.

realizada pelas autoras, os filhos de agricultores estudavam “para conseguir romper as desigualdades de conhecimento entre eles e os atores sociais com os quais interagem nos negócios ligados à agricultura” (GAVIRIA, PEZZI, 2014, p. 47).

Ainda a partir do que ponderou o agricultor, Neves (2013) aponta que esse seja um indicativo da ocorrência de nova dinâmica em relação ao que tradicionalmente ocorria no meio rural, ou seja, do desejo dos pais de que ao menos um filho permanecesse no estabelecimento e o que cuidasse deles na velhice. O autor aponta, entre outros fatores, a consolidação do sistema previdenciário rural¹²⁶, em especial a partir da Constituição de 1988; assim “atualmente parece que a preocupação primordial deles é com o bem estar futuro dos filhos, independentemente da manutenção da propriedade” (NEVES, 2013, p. 313).

Por outro lado, o entrevistado, a despeito das condições que denuncia e que desestimula a permanência dos filhos, afirma que é bom viver no campo, pois, “pra viver não falta comida, só quem não quer trabalhar”, porém afirma que “podia ser diferente” (Gomercindo, agricultor), que as ações do Estado fossem pensadas no sentido da manutenção do agricultor e de seus filhos.

Sabedor de que uma filha do Sr. Gomercindo, que cursa Agronomia e reside em outra cidade, está de casamento marcado, instigo-o a respeito da transferência do estabelecimento, da sucessão geracional, se a família já está pensando no processo; comenta que, “o filho mais que tem intenção de ficar na terra, ela também, mas daí ela já casará, constituirá outra família, daí”, a filha ao lado, murmura algo e ri, ele: “mas não é que a gente vai abandonar”.

Na certa relutância do pai em comentar o que a filha herdaria pode estar aquilo que Brumer (2014, p. 129) afirma, que daqueles filhos “que receberam um ‘dote’ na forma de educação espera-se que renunciem à sua parte na herança da propriedade familiar, em benefício do filho que permanece na terra e cuida dos pais durante a velhice”. O que pode demorar, no caso desse agricultor, pois é jovem e ainda está ativo em suas funções, como também seu filho, recém-saído da adolescência.

¹²⁶ Que prevê a aposentadoria, no valor de um salário mínimo, para agricultores e agricultoras da economia familiar.

O papel de sucessor, no entender do agricultor, está reservado a esse filho, que ainda não atingiu a maioridade, que também cursa Agronomia¹²⁷. “Eu penso, quando meu piá ficar maior, que ele ir podendo ter acesso a banco, liberdade de fazer os negócios, eu quero ir passando a ele, pra ir acompanhando e deixando-o aprender a tocar”¹²⁸, mas instigado se não tivesse filho homem, afirma que a partilha da terra aconteceria da mesma forma, “elas vão ganhar também, mesma coisa. Não sei na proporção, mas vão ganhar também” (Gomercindo, agricultor).

Avaliando sua trajetória na agricultura, o Sr. Gomercindo assim sintetiza o período de transformações que tem presenciado ao longo dos anos como agricultor:

“Olha eu, quando começamos ainda era bastante braçal o serviço, era mais sofrido que hoje, assim no trabalho, só que me parece que a gente tinha menos, o período durante o dia era mais era na roça, nós ia lá vinha de tardezinha pra casa e estava mais sossegado. Hoje a atividade é meio dia e noite. Nós temos o aviário também, é, não é só aquele horário durante o dia. O compromisso é maior hoje que antigamente. Antigamente a gente ia lá fazia a tarefa e chegava em casa, parece que estava livre de tudo”.

Se o agricultor de hoje é mais dependente ou autônomo em relação ao seu homônimo no passado, o Sr. Gomercindo afirma que “era mais tranquilo, hoje mais dependente, porque hoje a gente mexe com mais coisa”, dessa forma compara os dois períodos: “Antigamente a gente fazia a roça, vinha pra casa tirava o leite de uma vaca para o gasto e estava sossegado”, por isso acredita que era possível o filó, o passeio noturno.

O Sr. Gomercindo vê a atualidade com mais trabalho, pois “a tarefa é dia e noite, na verdade, no interior”, cita casos de cuidar do aviário, a energia elétrica que pode faltar e, desta forma, a necessidade de se fazer fogo para aquecer o ar para os pintinhos, as vacas que podem parir, entre outras. Nesse sentido, Garcia (2014, p. 578) afirma que “a mecanização não permite substituir trabalho por capital em todas as fases e atividades do processo produtivo”, assim o trabalho rotineiro, como o descrito pelo agricultor, ainda não pode ser substituído.

¹²⁷ Para frequentar o curso superior mencionado, o pai permite que esse filho vá com o automóvel da família até a sede da cidade de Verê, de lá vai de ônibus à cidade próxima, Dois Vizinhos. Desta forma, o filho mora com os pais e trabalha no estabelecimento, ao menos pela parte da manhã. Pode-se associar isso ao que Stropasolas (2014, p. 150) comenta, do estímulo dado pelos pais para os filhos, em detrimento das filhas, assim o padrão sucessório se reproduz amparado na cultura “de que os filhos homens estariam mais capacitados a ‘tocar’ a propriedade”.

¹²⁸ Este pai está se “arriscando”, algo inerente ao processo de preparação do sucessor, tal como entendem Spanevello et al. (2014, p. 179).

O Sr. Gomercindo afirma que uma diferença fundamental do agricultor que existia no tempo de seus pais em relação à atualidade, é que o primeiro produzia mais para a própria alimentação, o sustento, e

“hoje a gente produz e precisa vender a produção. Pra produzir a gente precisa comprar os insumos. Antigamente ia lá ao paiol e pegava as espigas e plantava, e produzia e guardava no paiol o que produzia. Hoje nós temos que buscar os insumos, temos que buscar a tecnologia, temos que aplicar, depois a nossa produção nós temos que escoar ela”.

Tudo ao contrário do que ocorria à época de seus pais. A forma de trabalho, como se fazia a lavoura mudou radicalmente, acredita.

Para o segundo agricultor entrevistado, o Sr. José Murilo, o futuro da família na agricultura está garantido, por ora, pois “por enquanto a gente tá firme e forte e sem intenção de abandonar”. E sobre desejar que as filhas permaneçam na agricultura, comenta que sempre conversa em especial com a de maior idade, que “estudar é preciso, é uma herança assim que, não tem, aquilo ali ninguém tira dela”; deixando entender que a maior herança, inclusive do que a propriedade que possa deixar, não seria tão importante quanto estudar, pois segundo ele, “se é uma propriedade, se é um apartamento e coisa, ela pode vender e quando menos se espera aquilo se terminar”.

Como as famílias rurais, à semelhança das urbanas, estão menores, como o caso da família do entrevistado, em decorrência disso, “as perspectivas de sucessão [geracional] da atividade produtiva familiar ficam mais restritas”; segundo Maia (2014), pode ocorrer do único filho “finalizar o ensino básico e [e]migrar para as atividades urbanas mais bem remuneradas” (MAIA, 2014, p.1094, com acréscimos), o que, em certo sentido, vem sendo incentivado por este pai. Por outro lado, Spanevello et al. (2014, p. 176) observariam na ação deste pai a oferta de oportunidades de escolha para a sua filha, desta forma, tentando que essa visualize que “a própria agricultura pode ser uma escolha, diante de outras possibilidades”.

O Sr. José Murilo comenta que, dada a proximidade da comunidade com cidades da região, acredita que é possível ficar, ou ao menos, “eu gostaria até que, ela morasse de repente na cidade, fizesse alguma coisa de, assim, uma faculdade, se formasse bem, mas que tivesse sempre meio por perto”, mantendo dessa forma, a família unida, “o sonho seria esse”.

Talvez o que o agricultor sonha se realize ali na frente, pois conforme Garcia (2014, p. 572), os dados do Censo demográfico de 2010 indicaram que “para uma população rural

estimada de 29,8 milhões de pessoas, apenas 8,7 milhões estavam ocupadas em atividades agrícolas”. Será uma tendência? Morar no rural e trabalhar na cidade? Ou mesmo desenvolver atividades não agrícolas?

Questionado do que necessitaria mudar ou estimular para que mais jovens possam permanecer no estabelecimento dos pais, o Sr. José Murilo afirma que “é a parte de incentivos, que em alguns casos já está tendo”; cita financiamentos, investimentos, que podem inclusive facilitar a volta de quem migrou; segundo ele “já tem casos de pessoas aqui que saíram, que têm até uma faculdade, mas que tão trabalhando aí na roça com os pais, voltaram”.

Cita exemplo de pessoas que com estratégias, como a do gado leiteiro, constituíram renda para a família, pois “hoje uma simples produção de leite, se ela for bem organizada, não precisa você ter muitos animais, pra você ter um bom salário, que cobre um salário de qualquer um bom profissional aí fora” (José Murilo, agricultor).

O Sr. José Murilo reitera a importância da continuidade de políticas públicas que vêm sendo levadas à agricultura na atualidade, como crédito e facilidade de investimentos no estabelecimento, pois segundo esse, dessa forma “então, acho que essa questão de investimento¹²⁹, assim na agricultura, assim, tem que continuar, daí pra melhor, para que esses jovens possam ficar, que eles tenha motivo pra ficar”.

Afirma que não pensou na transferência do estabelecimento para as filhas pela pouca idade de ambas, e prevê uma série de situações a se levar em conta na hora de iniciar esse processo: “Tem que ser bem mais pra frente, tem que ver tudo, uma questão de comportamento, tudo, como é que vai, com quem que tá acompanhada, tem que pensar em tudo isso na hora que chegar o momento certo”. E deixará a herança para as filhas. “Com certeza, teria que deixar”, afirmar que dialoga e procura estar próximo às filhas, “ter eles sempre dentro da família”, pois esses “tem uma mentalidade bem avançada hoje, apesar da pouca idade” (José Murilo, agricultor).

O Sr. José Murilo resume sua trajetória de vida como agricultor, que teria sido iniciada trabalhando em outros estabelecimentos: “Eu peguei a fase daquele serviço meio braçal, trabalhei meio que no pesado desde os dez anos”, e, em forma de arrendatário, aos vinte anos

¹²⁹ O entrevistado se refere particularmente à disponibilidade de crédito, de investimento e de custeio, para os agricultores, dinheiro, em outras palavras, tal como Kautsky (1998, p. 93) enfatizou, pois “sem capital é impossível haver qualquer atividade agrícola moderna”.

sai e vai para a cidade, e voltou a cerca de quatro anos à região, adquirindo uma propriedade ao lado da de seus sogros, passando a trabalhar em parceria, as duas famílias.

Em sua opinião, em seu retorno percebe outra agricultura, após os doze anos fora dela, vê mudanças “em relação à produção de grãos, à produção de leite, à mentalidade, à conscientização, como que se deve fazer, as coisas, o entendimento das coisas, como que funciona” (José Murilo, agricultor).

O que o agricultor comenta sobre as mudanças que percebeu quando do retorno à agricultura, para melhorar a vida neste setor, vai ao encontro do que Brumer (2014, p. 131) elenca como aspectos que podem favorecer a permanência ou que entende-se que podem vir a contribuir para o interesse de voltar, como foi o caso do entrevistado, especialmente nos seguintes aspectos: “Graças aos avanços tecnológicos, haver diminuição da penosidade do trabalho”, como na produção da soja e do milho, e “aumento da garantia e da regularidade da renda”, com o gado leiteiro, que são alternativas utilizadas pelo estabelecimento deste agricultor.

O Sr. José Murilo acredita que o agricultor está mais autônomo hoje: “O agricultor hoje, acho, ele tem uma voz muito ativa assim, na sociedade”; em sua opinião, a agricultura contribui para o desenvolvimento regional: “Essas cidades aí giram através da agricultura” e, que mesmo os comerciantes costumam reconhecer estes, afirmando: “Nós dependemos de vocês”, indicando que o comércio das pequenas cidades depende do capital gerado na agricultura da comunidade, por exemplo.

Por fim, o terceiro entrevistado, Sr. Cândido, acredita que as perspectivas na agricultura são boas e comenta que conversa com os filhos a respeito disso e, os alerta que “se é pra ir receber um salário” na cidade, que fiquem, pois “usando as tecnologias¹³⁰,¹³¹ eu acho que é um futuro que tu vai viver bem”. Se os filhos usarem a estrutura que o estabelecimento dispõe, o pai acredita que estarão bem e faz a comparação da vida na cidade, expondo as vantagens da vida no meio rural¹³²: “Tu tem internet, tu tem televisão, tu tem o que tu precisar tu tem aqui”, então, “se é pra ser mandado”, a vida que vivem seria melhor, “a não ser que seja bem remunerado”.

Nesse sentido, Carneiro (2007) acredita que a cidade já não exerce o mesmo fascínio que antes exercia sobre os jovens rurais, especialmente como no caso das pequenas sedes de municípios, como os que circundam as comunidades estudadas nesta dissertação. Segundo a autora, a cidade não seria mais o caminho único do acesso a bens, e isso “constitui uma das mudanças mais relevantes que identificamos no meio rural” (CARNEIRO, 2007, p. 63).

¹³⁰ Aqui, como em todas às vezes neste texto que se referiu à adoção de tecnologia, têm a conotação da esperança de emancipação dos agricultores através das máquinas, ou ao menos, como redutora das dificuldades enfrentadas no dia a dia nesta atividade. Como afirmou White (2013, p. 477), a máquina não foi a “serpente do paraíso”, e essa convicção que alguns estudiosos têm a respeito precisa ser verificada criticamente. Da mesma forma, “A demonização das máquinas modernas e a sentimentalização de formas arcaicas de trabalho fazem com que o trabalho seja dividido em, de uma parte, o trabalho relativamente benigno e instrutivo e, de outra, o trabalho moderno e destrutivo. Na agricultura essa dicotomia se revela em sua forma mais intensa. Muitos, embora não todos, ambientalistas romantizam camponeses, agricultores não ocidentais e mesmo certos agricultores norte-americanos pré-modernos, atribuindo-lhes um conhecimento da terra derivado de seu trabalho. Mas em uma era de grandes agrobusiness mecanizados, em uma terra em que produtores substituíram ‘fazendeiros’, e onde a categoria ‘fazendeiro’ foi eliminada como categoria profissional nos censos, esta atribuição desaparece, e os ambientalistas não mais reconhecem este conhecimento sobre a natureza entre agricultores contemporâneos” (WHITE, 2013, p. 482). A respeito dos benefícios da adoção de tecnologias, ver Alves, Mantovani e Oliveira (2006), das chances dos pequenos produtores rurais mais pobres de se manterem como agricultores, Buainain e Garcia (2013), enfim, se se deseja “ganhar tempo” como sugerem Alves e Rocha (2010, p. 284), é preciso “fazer cada hectare produzir mais, ou seja, usar tecnologias que poupam a terra”, esta poderá ser uma solução para a saída da pobreza.

¹³¹ Por outro lado, Martins (2014a, p. 23) afirma que “O fato de que um grupo social, uma comunidade, um bairro rural permaneça organizado com base em valores comunitários e tradicionais não o torna avesso necessariamente à tecnologia moderna nem o torna personagem do passado, avesso aos deslumbramentos do futuro. Torna-o, sim, crítico em relação às imensas irracionalidades que podem atravessar o uso dessa tecnologia. A tradição é a grande referência social de pensamento crítico das populações rústicas em relação aos riscos corrosivos da modernização antagônica aos costumes, e até socialmente destrutiva”.

¹³² A respeito de estratégias que possam contribuir para manter os jovens no campo, Silva (2013) estudando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) entre agricultores cooperados no município de Capanema, Sudoeste do Paraná, comenta que muitos deles “afirmam que o PAA possibilita a permanência dos filhos no meio rural sem a necessidade de buscar outras fontes de renda fora da propriedade, ou seja, a manutenção do tecido familiar, a sucessão [geracional] familiar no meio rural” (SILVA, 2013, p. 165, com acréscimo), e também traz relatos de filhos que voltaram graças aos resultados deste programa junto às famílias, o que pode vir também a se constituir em alternativa para as comunidades em estudo.

Sobre a transferência do estabelecimento aos filhos, em especial ao mais velho, Sr. Cândido acredita que “isso aqui é uma passagem, então tu tem que ir se preocupando como deixar” e, que já passa parte do patrimônio, cita a compra de um automóvel que foi entregue a esse mesmo filho.¹³³ Vê assim uma forma de manter os jovens no campo, pois “tu ocupa mais eles no dia a dia aqui, e na cidade é complicado”, assim se evitam os perigos da cidade. Nesse sentido, Neves (2013) afirma que é uma prática comum na agricultura familiar dos pais não remunerar diretamente os filhos, e que isso, na maioria dos casos, também é aceito pelos filhos, como observou em sua pesquisa, o que acaba gerando a necessidade dos filhos pedirem dinheiro aos pais, porém implicou certo desacordo por parte de alguns jovens também, como no depoimento de um deles: “Pedir é meio chato, se tivesse dividido um pouco, tu pega tanto e passa o mês, eu iria aprender a administrar meu dinheiro, não chegar e pedir, pra tirar esse costume” (NEVES, 2013, p. 234).

Pode-se entender que este pai trata de passar as dimensões materiais e simbólicas aos filhos, como defendem Spanevello et al. (2014), ou seja, a simbólica enquanto uma percepção positiva da atividade agrícola, como as vantagens da vida no meio rural citadas pelo agricultor atrás, e a material no sentido, por exemplo, da compra do automóvel para o filho.

Se aposentando, Sr. Cândido afirma que ficaria: “Eu penso em ficar”, pois “a cidade é pequena, tanto faz morar no interior como lá”, comenta de outros agricultores que têm ficado, pois a “cinco quilômetros nós temos na cidade” e, mesmo aposentado deseja ficar em alguma atividade, pois “em alguma coisa tu tem que se sentir útil”.

Entre o sair e o ficar da atualidade, na questão da sucessão geracional, a modernização e a mercantilização que transformaram a estrutura produtiva dessas comunidades, possibilitando-lhes acesso à renda mensal, mas que também mudou aspectos de sua sociabilidade, dada as influências recebidas e que não estão alheias a esse processo, levou a um esvaziamento demográfico destas, mas ao mesmo tempo ressalvam-lhes que, valores de comunidade, como entreatajuda na confecção da silagem (necessidade cara para quem lida com a estratégia do gado leiteiro), podem demonstrar que o rural mudou, mas não em essência. Será?

¹³³ Essa prática também foi encontrada no estudo de Gaviria e Pezzi (2014, p. 52), e este seria um dos “incentivos” para que o filho permaneça no estabelecimento com os pais.

6. Considerações finais

Considerando-se as transformações que o capitalismo impõe ao campo¹³⁴ e os aspectos econômicos da vida social decorrentes desse sistema, essa dissertação tinha a seguinte pergunta-se: em que sentido a modernização e a mercantilização da agricultura interferem na sucessão geracional da agricultura familiar? E, a partir dessa resposta, outras questões secundárias surgiram: a) como os pais veem o processo de sucessão geracional? b) estão transferindo responsabilidades ao sucessor? c) o modo de se fazer a agricultura influencia a sucessão geracional? d) as relações de comunidade continuam decisivas no processo sucessório geracional?

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os fatores que levam ou que interferem na sucessão geracional da agricultura familiar, sob a perspectiva dos pais, em duas comunidades que veem adentrando de forma acentuada os processos de modernização e mercantilização da agricultura. E tinha como objetivos específicos: a) apresentar um quadro teórico sobre a sucessão geracional, ou seja, como a literatura de área tem visto o processo, b) caracterizar as duas comunidades, e c) comparar a história de vida de algumas famílias em duas comunidades rurais e evidenciar as similaridades e generalidades destas.

Como forma de facilitar a elucidação desses objetivos, o trabalho tinha os seguintes pressupostos: (1) a sucessão geracional na agricultura familiar não é determinada apenas pelo viés econômico, dito de outra forma, não são só os aspectos econômicos que determinam a permanência dos jovens sucessores nessa atividade, mas também os aspectos culturais ou intangíveis que vêm, por exemplo, dificultando a pais oferecerem pouca abertura na transferência de responsabilidades aos filhos e que mesmo passam a desconsiderar ou mesmo desestimular os projetos de vida destes; (2) também o capitalismo em sua expansão sobre o rural das duas comunidades tem possibilitado essa permanência, isto é, através da disseminação e acesso aos novos valores, notadamente urbanos, que possibilitam menor utilização de força de trabalho pela mecanização e pela qualidade de vida que podem acessar;

¹³⁴ Ou seja, o capitalismo responde pela maior individualização (em detrimento da família e da comunidade).

assim os jovens agricultores ficam porque encontram no campo quase tudo que se possa encontrar na vida urbana.

Nas duas comunidades rurais, há mais famílias querendo que algum de seus filhos o sucedam do que aquelas que acham melhor um futuro urbano para os seus filhos. Entretanto, apenas metade das famílias já tem assegurada o seu sucessor e 36% delas não apresentam um membro que queira assumir a unidade de produção.

Constatou-se que os agricultores entrevistados na comunidade Secção Progresso manifestam maiores preocupações quanto à sucessão geracional e elencaram mais razões para explicar porque os seus filhos não irão permanecer no meio rural. Elas também apresentaram poucos exemplos de estímulos para a permanência dos jovens em comparação a Barra do Santana. Também a penosidade associada ao trabalho nas atividades agrícolas e de ordenha, em especial, foram aspectos recorrentes citados pelos entrevistados nessa comunidade.

Se em Barra do Santana a perspectiva é mais otimista, pode-se acreditar que seja por pelos menos quatro diferenças em relação à outra comunidade. Nesta há o predomínio de atividades centradas no sistema de produção de leite e grãos, com: (i) geração de renda mensal, ao contrário do que ocorre com a produção de aves na primeira comunidade, por exemplo. Além disso, a Barra do Santana apresenta: (ii) um sistema de produção que emprega mais trabalho, com: (iii) uma participação maior de toda a família no processo produtivo e econômico. Também a comunidade Barra do Santana contém maior número de famílias com renda total acima de dez salários mínimos (40%) do que a de Secção Progresso (28%); obtidos através do uso da terra, ou seja: (iv) renda maior.

Em se tratando das famílias com menor renda, ou seja, aquelas com até dez salários mínimos, estas constituem 72% das famílias em Secção Progresso, índice maior, e 60% em Barra do Santana. No geral, considerando as duas comunidades, constituídas de cinquenta famílias, 34% (ou 17 famílias) contam com renda superior a dez salários mínimos, já no índice pior, elas constituem a maioria, 66%, ou 33 das 50 famílias.

Assim, a partir desses indícios da influência das estratégias de produção, sob a perspectiva de sucessão geracional, percebe-se que os relatos de retorno de casais jovens ao rural passam por apostas em atividades que possibilitam renda mensal, como a do leite ou em rendas não agrícolas, que possibilitem novas ocupações no meio rural para as novas gerações de prováveis sucessores.

Porém, talvez o principal aspecto que explique a perspectiva mais otimista de uma comunidade para a outra, seja a permanência de fortes laços de comunidade. Em Barra do Santana as relações de comunidade estão menos desestruturadas e as dimensões simbólica (percepção positiva da agricultura) e material (equipar a propriedade, modernizar, novas atividades geradoras de renda) estão mais visíveis. Enfim, para a comunidade Barra do Santana, um maior “clima de esperança” e otimismo, desde as primeiras impressões empíricas observadas.

Aliás, dentre os fatores que se fazem presentes na temática da sucessão geracional, conforme os autores brasileiros: a) história, b) gênero, c) renda, d) escolaridade, e) projetos de vida dos jovens, f) sociabilidade urbana, g) comunidade e h) trabalho, todos podem ser notados e são importantes, mas talvez nessas duas comunidades prevaleçam os de *comunidade*, como ressaltado no parágrafo anterior e o de *renda*. Os valores de comunidade têm contribuído para que a dimensão simbólica defendida pelos pais chegue aos filhos.

A valorização da atividade agrícola e do meio rural, certa descentralização da figura paterna e a concessão de relativa autonomia aos filhos, a questão de gênero não ser mais tão preponderante, com a opinião das filhas sendo ouvida, o acesso à renda mensal, na maioria dos casos, que por sua vez permite a concretização da dimensão material, ou seja, a diminuição da penosidade via modernização do estabelecimento, o acesso à internet, a outros bens duráveis, aos padrões de consumo semelhantes ao dos jovens urbanos, à escolaridade, que poderá propiciar projetos de vida, enfim, todos os aspectos são perpassados pelos de comunidade e de renda.

Por outro lado, como a maioria dos pais são jovens e ativos, especialmente pelas melhorias das condições e de expectativa de vida, conforme apontam os últimos censos demográficos, a sucessão geracional tem se prorrogado, está em aberto e, em muitos casos, sequer é pensada; desta forma, aos filhos resta ou sair, apostando em projetos fora do estabelecimento, ou ficar e trocar seus projetos individuais por sonhos, conforme demonstraram Heilborn et al. (2002); contudo há aqueles que estão conciliando as duas situações, pois há filhos trabalhando em parceria com os pais. Assim a presentificação da

vida¹³⁵, como também demonstrou Hartog (2014), continua, e a questão permanece sendo contemporizada.

E se o período é avaliado positivamente pela maioria dos agricultores, esse é pelo acesso à renda mensal, pela venda do leite e/ou a estratégia dos aviários integrados, o que a geração imediatamente anterior não conseguiu. Porém essa situação, benéfica a esta geração (pois possibilita inclusive que seus filhos possam ter acesso a uma série de bens de consumo e de lazer, estudar, e que eram restritivos e legados apenas a alguns dos moradores das cidades), poderá se transformar em incentivadora de maior emigração, pois os filhos com acesso a conhecimento e socializados a partir do contato com homólogos urbanos, desejam, cada vez mais, poder desfrutar do “melhor dos dois mundos” (CARNEIRO, 2007) e, assim, a situação desses torna-se conflituosa com a de seus pais.

Gerações que são diferentes, filhos com maior escolaridade do que seus pais, pais jovens e ativos, jovens sedentos por projetos individuais, ou maior autonomia e padrão de renda que possibilite acesso a consumo semelhante ao urbano; comunidades que se esvaziaram demograficamente, sociabilidades externas que se achegaram depois da globalização, da abertura dos mercados, da modernização da agricultura e da mercantilização da vida social que se espraia; esses dados geram questionamentos sobre o futuro da agricultura familiar de pequeno porte econômico, na região Sudoeste do Paraná e no país.

Aos pesquisadores restam, então, os desafios de realizar novos estudos sobre o processo de sucessão geracional, em busca de subsídios para o enfrentamento dessa problemática na agricultura brasileira.

Assim como constatou Brumer (2007, p. 45, com acréscimos), que “a maioria dos estudos sobre sucessão [geracional] na agricultura centra-se nos projetos dos jovens ou nas expectativas dos pais”, foi o caso dessa dissertação, centrando-se nos pais; é pertinente o questionamento da autora: “Será que esta abordagem permite avaliar as condições reais de sucessão [geracional]?”. Assim, esta pesquisa, apesar de suas conclusões pobres (não trouxe nada de novo), pode constituir-se em subsídio para estimular novas pesquisas, nestas mesmas comunidades, considerando-se os jovens ou outros fatores que possam contribuir para dar “luz” à complexa problemática da sucessão geracional e do futuro da agricultura de porte familiar, por extensão.

¹³⁵ “Pela velocidade, o presente se transforma em eternidade”, escreveu Hartog (2014, p. 141).

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, Rio de Janeiro: ANPOCS, Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo: USP, 1981. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

AGUIAR, Vilênia V. P.; STROPASOLAS, Valmir L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 157-181.

ALCAIDE, José J. R.; ZAPATERO, Maribel R.; JIMÉNEZ, Magdalena R. Sucesión en tiempos de crises. **Cuadernos de Reflexión**, nº 11, oct./2010.

ALVES, Diorgenes de M. C. **A luta pela terra dos quilombolas de Palmas: do quilombo aos direitos territoriais**. Pato Branco: UTFPR, 2013. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

ALVES, Eliseu; MARRA, Renner. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, ano XVIII, nº 4, p. 5-17, out./nov./dez., 2009.

ALVES, Eliseu; MANTOVANI, Evandro C.; OLIVEIRA, Antônio J. de. Benefícios da mecanização da agricultura. In: ALVES, Eliseu (Ed. tec.). **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias: coletâneas de artigos revistos**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006, p. 143-150.

ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, José G.; VIEIRA FILHO, José E. R.; NAVARRO, Zander S. de. (Orgs.). **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010, p. 275-290.

ALVES, Eliseu. Migração rural-urbana. In: ALVES, Eliseu (Ed. tec.). **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias: coletâneas de artigos revistos**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006, p. 14-40.

ALVES, Vicente E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Agrária**, nº 2, São Paulo, 2005, p. 40-68.

ANDREAZZA, Maria L. Sobre regimes demográficos restritos: comportamento reprodutivo e cultura familiar entre os ucranianos no meio rural paranaense (1895-1980). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, São Paulo, jan./jun., 2008, p. 71-89.

ANJOS, Flávio S. dos; CALDAS, Nádia V. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 21, n. 2, p. 385-402, abr./jun., 2014.

ANTONELLO, Ideni T. Transformação socioespacial rural mediante a racionalidade capitalista no processo produtivo agrícola. **Campo-Território**, v. 6, n. 11, Francisco Beltrão, fev./2011, p. 53-74.

BAIARDI, Amílcar. Comentário ao artigo de Zander Navarro: “Agroecologia: as coisas em seu lugar (a agronomia brasileira visita a terra dos duendes)”. **Colóquio**, v. 10, n. 2, p. 201-208, jul./dez., 2013.

BARRIO ALISTE, José M. La sociedad rural: un viaje de ida y vuelta. In: CRISTÓVÃO, Artur; PEREIRO et al. (Orgs.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014, p. 217-237.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território**, v. 1, n. 2, Francisco Beltrão, ago./2006, p. 65-91.

BERNSTEIN, Henry. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. Tradução: Marcelo O. Severo. **Sociologias**, ano 13, nº 27, p. 52-81, mai./ago., 2011.

BOLLIGER, Flavio. Brasil agropecuário: duas fotografias de um tempo que passou. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 1049-1080.

BONETI, Lindomar W. Organização e luta camponesa no Sudoeste do Paraná. In: MOTTA, Márcia M. M.; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009, p. 143-159.

BORGES, Camila D.; SANTOS, Manoel A. dos. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista da SPAGESP**, vol. 6, n. 1, p. 74-80, jan./jun., 2005.

BORTOLOTTI, Mônica A. **O papel da assistência técnica e extensão rural na evolução dos agroecossistemas familiares, fundamentados por práticas agroecológicas na**

microrregião de Pato Branco – PR. Pato Branco: UTFPR, 2014. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Tradução: Orlando dos S. Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAGA, Gustavo B.; FIÚZA, Ana L. de C.; PINTO, Neide M. de A. Os padrões de consumo no campo e na cidade: a aproximação entre os modos de vida de citadinos e rurais. **Estudios Rurales**, vol. 1, n. 6, p. 64-80, 2014.

BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008.

BRANDÃO, Maria F.; FEIJÓ, Rui G. Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas. **Análise Social**, vol. XX (4º), n. 83, p. 489-503, 1984.

BRUMER, Anita. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014, p. 115-138.

_____. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr., 2004.

_____. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca R.; ALMEIDA, Joaquim A. (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural.** Santa Maria: Editora da UFSM, 1996, p. 39-58.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, ano 11, nº 12, p. 6-17, jan./jun., 2008.

BRUMER, Anita; PANDOLFO, Graziela C.; CORADINI, Lucas. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na região sul do Brasil. in: **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 2008.

BRUMER, Anita et al. A elaboração do projeto de pesquisa. In: PINTO, Céli R. J.; GUAZZELLI, Cesar A. B. (Orgs.). **Ciências humanas: pesquisa e método.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 125-146.

BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília: Embrapa, 2014.

_____. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, ano XXI, nº 2, p. 105-121, abr./mai./jun., 2013.

BUAINAIN, Antonio M.; GARCIA, Junior R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: CAMPOS, Silvia K.; NAVARRO, Zander S. de. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013, p. 29-70.

CABUGUEIRA, Artur C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, nº 9, p. 103-136, 2000.

CALDARELLI, Carlos E.; CÂMARA, Márcia R. G. da; SEREIA, Vanderlei J. O complexo agroindustrial da soja no Brasil e no Paraná: exportações e competitividade no período 1990 a 2007. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 11, n. 1, Lavras, 2009, p. 106-120.

CAMARANO, Ana A.; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para Discussão do IPEA**, nº 621, jan./1999.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CORRÊA, Walquíria K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território**, v. 3, n. 5, Francisco Beltrão, fev./2008, p. 214-242.

CARMO, Renato M. do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, ano 11, nº 21, p. 252-280, jan./jun., 2009.

CARNEIRO, Maria J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 53-66.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, vol. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASTELLS, Manuel. El fenomeno urbano: delimitaciones conceptuales y realidades históricas. In: **La cuestión urbana**. Traducción: Irene C. Oliván. 10ª ed. Mexico D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1985, p. 15-27.

CEZIMBRA, Elemar do N. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de junho**. Pato Branco: UTFPR, 2013. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales**, nº 3, p. 73-89, déc./1986.

CHAUVEAU, Hélène. O lugar do acesso (ou não acesso) ao lazer e à cultura na relação que os jovens rurais tem com os territórios do interior catarinense. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014, p. 99-112.

CHECHI, Leticia A. et al. Atividade leiteira no noroeste colonial gaúcho: considerações sobre a perspectiva de sucessão familiar feminina. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 51º, 2013, Belém, PA. Anais... Belém, UFPA, 2013.

CHIEFFI, Armando. Estudo comparativo de fases de apoio semelhantes, nos diversos andamentos do cavalo. **Revista da Faculdade de Medicina Veterinária de São Paulo**, vol. 3, fasc. 1-2, p. 109-130, dez./1945.

COLLETI, Vinícius D. **Os agricultores familiares e a construção dos mercados do leite e queijo**: a pequena produção e a qualidade frente à legislação brasileira e europeia. Pato Branco: UTFPR, 2013. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

COLLI, Walter. Embrapa: uma decisão que se impõe. **Jornal da Ciência**, 15/dez., 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/embrapa-uma-decisao-que-se-impoe/>>. Acesso em 15/02/2015.

_____. Agroecologia e ciência, um paralelo histórico. **Colóquio**, v. 10, n. 2, p. 179-188, jul./dez., 2013.

COMASSETTO, Leandro R.; SAVOLDI, Damara A. A comunicação como fator para a sucessão e transformação da agricultura familiar. **Esferas**, ano 1, nº 1, p. 111-119, jul./dez., 2012.

COMERFORD, John. Herança da terra e conflito. In: LIMA, Eli N. de; DELGADO, Nelson; MOREIRA, Roberto J. (Orgs.). **Mundo rural**: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007, p. 69-80.

CONTERATO, Marcelo A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural).

CORÁ, Marisa B. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas hortícolas na microrregião de Pato Branco – PR**: comparação entre ciclos de monitoramento. Pato Branco: UTFPR, 2014. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

CORDEIRO, Manuela S. S. Jovens na reforma agrária: perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento. Novo Horizonte/Campos dos Goytacazes – RJ. **Revista Ideas**, v. 3, n. especial, p. 544-563, 2009.

CORRÊA, Roberto L. O Sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXXII, nº 1, Rio de Janeiro, 1970, p. 86-98.

CORRÊA, Roberto L. et all. Cidade e região no Sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXXII, nº 2, Rio de Janeiro, 1970, p. 3-155.

COSTA, Cassiane da. Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do sul do Brasil. **Extensão Rural**, vol. 21, nº 3, p. 22-51, set./dez., 2013.

COSTA, Fernando L. M., RALISCH, Ricardo. A juventude rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). **RESR**, vol. 51, nº 3, p. 415-432, jul./set., 2013.

COULANGES, Numa D. F. de. **A cidade antiga**: estudo sobre o culto, o direito e as instituições de Grécia e Roma. Tradução: Frederico O. P. de Barros. São Paulo: Editora das Américas, 1961.

DA ROS, César A. Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990. **Mundo Agrario**, vol. 13, nº 25, p. 1-40, dic./2012.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. Tradução: Maria C. N. Dias e Helena C. Chamlian. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 2, p. 359-371, maio/ago., 2006.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

DURSTON, John. **A juventude rural no Brasil e no México**: reduzindo a invisibilidade. *Ideias & Debate* ITV, n. 27, 1999.

_____. **Juventud y desarrollo rural**: marco conceptual y contextual. Santiago: CEPAL, 1998.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Editado por Michael Schröter. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ENDERLE, Armando T. Agricultura familiar e trabalho assalariado: estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes. **Cadernos IHU**, ano 3, nº 12, 2005.

ESCHER, Fabiano. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural).

FARAGO, Cátia C.; FOFONCA, Eduardo. A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. **Linguasagem**, ed. 18, 1º sem./2012.

FELICIANO, Paula de O. A gastronomia brasileira como universo temático de projeto integrador 2: estratégia pedagógica que auxilia o processo de aprendizagem e fortalece a identidade alimentar. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE GASTRONOMIA – MESA TENDÊNCIAS**, 2013, São Paulo, SP. Anais... São Paulo, SENAC, 2013, p. 78-86.

FERRARI, Dilvan L. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 12, nº 2, p. 237-271, out./2004.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain; CONCITEC; IPARDES, 1988.

FRANZEN, Douglas O. A sucessão familiar na propriedade agrícola: estudo de caso numa colonização do extremo oeste catarinense (1926-1960). **Revista Semina**, v. 13, n. 1, p. 81-94, 2014.

GARCÍA, Consolación P.; SÁNCHEZ, Horacio M.; SOBRINO, Jesús N. R. La influencia del modelo de sucesión en el género del sucesor. In: BERMÚDEZ, Isabel V. (Coord.). **Investigación y género. Logros y retos**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2011, p. 1479-1500.

GARCIA, Junior R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 559-589.

GARCIA, Loreley et al. Família como armadilha: o outro lado da agricultura familiar. **Política & Trabalho**, n. 38, p. 251-269, abr./2013.

GARNICA, Antonio V. M. O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da História. **Revista Ciência & Educação**, vol. 5, n. 1, p. 27-35, 1998.

GAVIRIA, Margarita R.; PEZZI, Silvane M. O poder simbólico da renda na mobilização social de jovens de comunidades rurais. In: MENASCHE, Renata. (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014, p. 43-57.

GERMER, Claus M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**, vol. 31, nº 1, p. 47-62, jan./abr., 2002.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Tradução: Carlos B. de Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 7, n. 3, p. 2-10, jul./set., 1993.

GUANZIROLI, Carlos E. (Coord.). **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: FAO; INCRA, 1996.

GUIMARÃES, Gisele M.; CUNHA, Cláudio; FROEHLICH, José M. Caracterização socioeconômica e indicativos de sucessão familiar rural no Território da Cidadania da região Central /RS. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 50º, 2012, Vitória, ES. Anais... Goiânia, UFES, 2012.

GUTMAN, Graciela E. **Trayectoria y demandas tecnológicas de las cadenas agroindustriales en el MERCOSUR Ampliado. Oleaginosas: soja y girasol**. Montevideo: PROCISUR; BID, 2000 (Serie Documentos; 3).

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. 1. ed.; 1. reimp. Tradução: Andréa S. de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HEILBORN, Maria L. et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, ano 8, n. 17, p. 13-45, jun./2002.

HELFAND, Steven M.; PEREIRA, Vanessa da F.; SOARES, Wagner L. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira: situação atual e perspectivas. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 533-557.

HERVIEU, Bertrand. Agricultura y territorio: nuevas orientaciones para la política agraria. **Revista Española de Economía Agraria**, nº 176/177, p. 167-192, 1996.

HESS, Remi. **Produzir sua obra: o momento da tese**. Tradução: Sérgio da C. Borba e Davi Gonçalves. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

HOFFMANN, Leandro S. N. **Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra – RS, 1985-1991**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (Tese de doutorado em História).

JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. Tradução: Maria de N. B. Wanderley. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 11, p. 5-25, nov./1998.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução: Otto E. W. Maas. Brasília: Linha Gráfica Editora, Instituto Teotônio Vilela, 1998.

KISCHENER, Manoel A.; SIMONETTI, Danieli; BERTELLA, Elize. A agroecologia entre a realidade e a teoria: encontros e desencontros entre a institucionalização, a prática e a militância. **Colóquio**, v. 11, n. 2, p. 97-111, jul./dez., 2014.

KISCHENER, Manoel A.; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel A. Quem vai ficar na agricultura? A sucessão do ponto de vista dos pais: uma proposta de reflexão. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, X, 2014, Foz do Iguaçu, PR. Anais... Foz do Iguaçu, Parque Nacional da Itaipu, 2014.

KIYOTA, Norma. **A representação dos agricultores familiares em espaços institucionais de participação social no Sudoeste do Paraná.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. (Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural).

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel A. Sucessão geracional na agricultura familiar. Uma questão de renda? In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014b, p. 1011-1045.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel A. Migração e sucessão geracional na agricultura familiar sob a perspectiva de comunidade e renda. In: **CONGRESSO DA SOBER, 52º,** 2014, Goiânia, GO. Anais... Goiânia, UFG, 2014a.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel A.; VALANDRO, Keila. Migrações da agricultura familiar no território do Sudoeste do Paraná: um estudo de caso entre os anos de 2005 e 2010. In: **CONGRESSO DA SOBER, 51º,** 2013, Belém, PA. Anais... Belém, UFPA, 2013.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel A.; VIEIRA, José A. N. Estratégia de sucessão geracional na agricultura familiar: o caso condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec,** v. 16, nº 1, p. 192-211, 2012.

KIYOTA, Norma et al. A sucessão geracional da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: um estudo de caso no município de Itapejara d'Oeste entre 2005 e 2010. In: **CONGRESSO DA SOBER, 50º,** 2012, Vitória, ES. Anais... Goiânia, UFES, 2012.

_____. **Silagem de milho na atividade leiteira do Sudoeste do Paraná:** do manejo de solo e de seus nutrientes à ensilagem de planta inteira e grãos úmidos. Londrina: IAPAR, 2011.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua:** um fator de evolução. Tradução: Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense.** Curitiba: SECE/BBP, 1986.

LEANZA, Deborah D. **Entre a norma e o desejo:** os filhos ilegítimos na sucessão patrimonial (Vilas de São Paulo e Santana de Parnaíba – séc. XVII). Campinas: Unicamp, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Tradução: Maria H. R. Ramos e Marilene Jamur. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Da cidade à sociedade urbana. In: **A revolução urbana.** Tradução: Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 15-32.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução: Cynthia M. de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MAIA, Alexandre G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 1081-1099.

MAIA, Alexandre G.; MENEZES, Esther. Economic growth, labor and productivity in Brazil and the United States: a comparative analysis. **Revista de Economia Política**, v. 34, nº 2 (135), p. 212-229, apr./jun., 2014.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. Traducción: Ignacio Sánchez de la Yncera. **Reis**, n. 62, p. 193-242, 1993.

MARQUES, Ângela C. S.; ROCHA, Simone M. A produção de sentidos nos contextos de recepção: em foco o grupo focal. **Fronteiras – estudos midiáticos**, vol. 8, n. 1, p. 38-53, jan./abr., 2006.

MARSDEN, Terry. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, vol. 11, issue 3, p. 285-296, jul./1995.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n. 23, p. 7-37, mar./1991.

MARTINS, José de S. A crise do imaginário brasileiro: da roça à tapera. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 3, n. 1, p. 7-23, 2014b.

_____. A modernidade do “passado” no meio rural. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014a, p. 22-30.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 5-12, out., 2000.

MELLO, Márcio A. de et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, vol. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MELLO, Paulo F. Agroecologia: as classes em seu lugar? **Colóquio**, v. 10, n. 2, p. 171-177, jul./dez., 2013.

MELO, Cármem O. de; PARRÉ, José L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **RER**, vol. 45, nº 2, p. 329-365, abr./jun., 2007.

MÉNDEZ, Cecilia D. Estrategias familiares para el tránsito a la vida activa de la juventud rural: modelos de inserción sociolaboral. **Reis**, n. 85, p. 47-65, 1999.

MENDONÇA, Kenia F. C. et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, p. 445-463, jul./dez., 2013.

MENEZES, Marilda A. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, ano 16, vol. 23, n. 1, p. 113-136, 2012.

MERTZ, Marli; GRANDO, Marinês Z.; TARGA, Luiz R. P. A agricultura: a organização dos sistemas agrários. In: RECKZIEGEL, Ana L. S.; AXT, Gunter. (Dirs.). **História geral do Rio Grande do Sul, vol. 3, tomo 1: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 203-223.

MESQUITA, Filipe F. Agricultura orgânica: relato de uma experiência. **Colóquio**, v. 10, n. 2, p. 189-200, jul./dez., 2013.

MILANI, Renata; SPANEVELLO, Rosani M.; ZORZI, Antonio M. de. A sucessão geracional em propriedades produtoras de leite. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 50º, 2012, Vitória, ES. Anais... Goiânia, UFES, 2012.

MINAYO, Maria C. de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

MONDARDO, Marcos L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun., 2011.

_____. Faces e contra-faces da relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão. **Campo-Território**, v. 3, n. 5, p. 114-137, fev./2008.

NAVARRO, Zander S. de. Agroecologia: a produção da mentira. **Colóquio**, v. 10, n. 2, p. 209-216, jul./dez., 2013b.

_____. Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes). **Colóquio**, v. 10, n. 1, p. 11-54, jan./jul., 2013a.

_____. Sustentabilidade: a busca de um conceito. **XX – Ciência para a vida**, n. 1, p. 22, jun./2012b.

_____. “A riqueza está no caminho”: notas sobre um (longo) percurso em defesa da Sociologia. In: LOPES, Eliano S. A. (Org.). **A aventura do conhecimento e a pesquisa social em Sergipe**. Aracaju: FAPITEC-SE, 2012a, texto cedido pelo autor.

_____. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de Política Agrícola**, ano XIX, edição especial, p. 107-118, jul./2010.

_____. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez., 2001.

NAVARRO, Zander S. de; PEDROSO, Maria T. M. Agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **REN – Revista Econômica do Banco do Nordeste**, v. 45, suplemento especial, p. 6-17, Fortaleza, 2014.

_____. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

NAVARRO, Zander S. de., et al. O mundo rural brasileiro: interpretá-lo (corretamente) é preciso. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 35-75.

NERUDA, Pablo. **Vinte poemas de amor e uma canção desesperada**. Tradução: Domingos C. da Silva. 24ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

NEVES, Delma P. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. *Revista de História Regional*, vol. 6, n. 2, p. 149-173, inv./2001.

NEVES, Jonas A. S. **Mobilidade social e agricultura familiar no Brasil do século XXI**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. (Tese de doutorado em Sociologia).

_____. **Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade do trabalho na produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Dissertação de mestrado em Sociologia).

NIEDERLE, Paulo A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural).

NUNES, Sidemar P. “Educação popular ecológica” e a insuficiência nas mediações com as categorias teóricas. In: NUNES, Sidemar P. (Org.). **Agroecologia: uma abordagem crítica**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2014, p. 23-67.

NUNES, Sidemar P.; GRÍGOLO, Serinei C.; GNOATTO, Almir A. A reorganização dos serviços de ATER no Sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista da agricultura. In: NUNES, Sidemar P.; GRÍGOLO, Serinei C. (Orgs.). **Assistência técnica e extensão rural no Sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2013, p. 21-43.

OLIVEIRA, Daniela; SCHNEIDER, Sergio. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS). **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 149-174, dez./2009.

PALACIOS, Simón P. I. La crisis de sucesión generacional en la agricultura japonesa. **Estudios Agrosociales y Pesqueros**, nº 207, p. 51-77, 2005.

PASQUALOTTO, Nayara. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas hortícolas, com base de produção na Agroecologia e na agricultura familiar, na microrregião de Pato Branco – PR.** Pato Branco: UTFPR, 2013. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

PASQUALOTTO, Nayara et al. A sucessão familiar em agroecossistemas hortícolas em base de produção na Agroecologia e na agricultura familiar na microrregião de Pato Branco – PR. **Cadernos de Agroecologia**, vol. 6, nº 2, dez./2011.

PAULILO, Maria I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, nº 28, p. 64-70, jan./fev., 1987.

PAULO, Maria de A. L. de. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 343-366.

PEGORARO, Éverly. **Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense.** Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação.** Brasília: Senado Federal, 2008.

PERONDI, Miguel A. A teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida e desenvolvimento rural. In: CONTERATO, Marcelo A.; RADOMSKY, Guilherme F. W.; SCHNEIDER, Sergio. (Orgs.). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume 1.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014, p. 95-115.

_____. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. (Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural).

_____. **As estratégias de reprodução de sitiantes no oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná.** Lavras: UFL, 1999. (Dissertação de mestrado em Administração).

PERONDI, Miguel A. et al. A estratégia de diversificação dos meios de vida: o estudo da trajetória de uma família rural no Sudoeste do Paraná. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 47º, 2009, Porto Alegre, RS. Anais... Porto Alegre, UFRGS, 2009.

PERONDI, Miguel A.; RIBEIRO, Áureo E. M. As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 2, nº 2, p. 3-15, jul./dez., 2000.

PINTO, José M. Solidariedade de vizinhança e oposição de classe em coletividades rurais. **Análise Social**, vol. XVII (2º), n. 66, p. 199-229, 1981.

PLOEG, Jan D. van der. Dez qualidades da agricultura familiar. Tradução: Flávia Londres e Paulo Petersen. **Cadernos de Debate**, nº 1, p. 7-14, fev./2014.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. de. (Eds.). **Ecología, campesinado y historia.** Madrid: La Piqueta, 1993, p. 153-195.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POVEDA, Luis A. del R. El nuevo marco de relaciones intergeneracionales en las familias ejidales: migración y herencia en el sur de Veracruz. **Estudios Agrarios**, año 11, núm. 28, ene./abr., p. 151-193, 2005.

PRIORI, Angelo et al. A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. In: PRIORI, Angelo et al. (Orgs.). **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá: EdUEM, 2012, p. 145-158.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História política.** Tradução: Dora Rocha. 2ª ed. 6ª reimpr. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 13-36.

RENK, Arlene; BADALOTTI, Rosana M.; WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais, as relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no oeste catarinense. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 367-389.

ROCHA, Carla G. S.; ALMEIDA, Jalcione P. de. Lógicas de reprodução social, trajetórias produtivas e gestão do meio natural de agricultores familiares no Sudoeste do Pará, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, p. 149-172, jun./2013.

ROCHA Jr., Ben-hur D. da. et al. O perfil dos produtores de leite, o processo de sucessão e a renda bruta no Rio Grande do Sul: análise do Corede Produção. **Teria e Evidência Econômica**, ano 20, n. 42, p. 42-66, jan./jun., 2014.

RODRIGUES, Cyro M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

RODRIGUES, João F. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Análise Social**, 211, XLIX, 2º, p. 430-456, 2014.

ROIBAL, Susana B. et al. Visión europea del proceso de sucesión en la empresa familiar. **Boletín Económico de ICE**, nº 2821, p. 27-37, oct./2004.

ROSA, Arminda A. da. **Aspectos socioeconômicos, indicadores de qualidade e proposta de aproveitamento tecnológico do leite bovino produzido em unidades de produção de**

base familiar de Pato Branco. Pato Branco: UTFPR, 2012. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

SALES, Celecina de M. V. Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide.; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 421-446.

SANTOS, Maria de L. L. dos. Família e “socialização”: um aspecto da evolução social contemporânea. **Análise Social**, vol. VII, nº 25-26, p. 67-84, 1969.

SANTOS, Roseli A. dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** Presidente Prudente: UNESP, 2008. (Tese de doutorado em Geografia).

SAVIAN, Moisés. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 59, p. 97-106, ago./2014.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, vol. 18, nº 51, p. 109-121, fev./2003.

SCHULTZ, Theodore W. Modernización de la agricultura. Traducción: J. L. Barinaga. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, nº 7, p. 93-121, sep./1981.

_____. **A transformação da agricultura tradicional.** Tradução: J. C. T. Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SCOTT, Ana S. V. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**, n. 51, p. 13-29, jul./dez., 2009.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 15-33.

SILVA, Christian L. da; MICHON Jr., Wilian. Desenvolvimento socioeconômico local e reestruturação produtiva paranaense na década de 1990. **Interações**, v. 9, n. 1, p. 29-43, jan./jun., 2008.

SILVA, Christian L. da; ZERBATO, Caio C.; ROCHA Jr., Weimar F. da. Agricultura familiar e desenvolvimento paranaense entre 1996 e 2006. **Informe Gepec**, v. 14, n. 2, p. 39-59, 2010.

SILVA, Francisco C. T. da; LINHARES, Maria Y. L. Região e história agrária. **Estudos Históricos**, vol. 8, n. 15, p. 17-26, 1995.

SILVA, Marcelo S.; MENEZES, Marilda A. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares, PB. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 279-309.

SILVA, Maria A. M. Restruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: GIARRACCA, Norma. (Comp.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 289-305.

SILVA, Valdir P.; BARROS, Denise D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr., 2010.

SILVA, Vilmar da. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - para o fortalecimento da agricultura familiar:** o caso da cooperativa da agricultura familiar integrada – COOPAFI – de Capanema, PR. Pato Branco: UTFPR, 2013. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

SILVESTRO, Milton L. et al. **Os impasses sociais na sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri, Brasília: MDA, 2001.

SIMONETTI, Danieli; PERONDI, Miguel A.; CHALLIOL, Marcio A. Estudo comparativo da rentabilidade de sistemas de produção com soja orgânica e não orgânica em unidade de produção agrícola. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 51º, 2013, Belém, PA. Anais... Belém, UFPA, 2013.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, N. (Comp.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 67-79.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

SOUZA, Elizeu C. de; PINHO, Ana S. T. de; MEIRELES, Mariana M. de. Tensões entre o local e o global: ruralidades contemporâneas e docência em escolas rurais. **Educação**, v. 37, n. 2, p. 351-364, maio/ago., 2012.

SOUZA, Girlei et al. Análise e perspectivas da sucessão geracional em unidades de produção familiar com atividade leiteira. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 50º, 2012, Vitória, ES. Anais... Goiânia, UFES, 2012.

SOUZA, Jessica O. L. de, et al. Avicultura e agricultura familiar no município de Itapejara d'Oeste - Sudoeste do Paraná. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 51º, 2013, Belém, PA. Anais... Belém, UFPA, 2013.

SOUZA, Júlio C. et al. O processo sucessório em propriedades de produtores de leite nos municípios de Coronel Xavier Chaves e Silveirânia, em Minas Gerais. **Ceres**, v. 60, n. 5, p. 603-609, set./out., 2013.

SOUZA, Vanilde F. de. **Agricultura familiar:** permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara – SP. Campinas: Unicamp, 2002. (Dissertação de mestrado em Engenharia Agrícola).

SPANEVELLO, Rosani M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural).

SPANEVELLO, Rosani M.; LAGO, Adriano. A transmissão do patrimônio na agricultura familiar: uma análise a partir da compensação das filhas. **Interthesis**, vol. 07, nº 01, p. 222-241, jan./jun., 2010.

_____. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 46º, 2008, Rio Branco, AC. Anais... Rio Branco, UFAC, 2008.

SPANEVELLO, Rosani M. et al. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014, p. 163-188.

STREECK, Wolfgang. How to study contemporary capitalism? **European Journal of Sociology**, v. 53, p. 1-28, may./2012.

STROPASOLAS, Valmir L. Os dilemas da juventude no processo sucessório da agricultura familiar. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014, p. 139-162.

_____. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar./2011.

_____. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, vol. 12, n. 1, p. 253-267, jan./abr., 2004.

SWAIN, Tânia N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTON, 1988.

TERNOSKI, Simão. **Estratégias de melhoria de renda da agricultura familiar: análise a partir da base social da CRESOL/Prudentópolis**. Pato Branco: UTFPR, 2013. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

TOLEDO, Eliziário N. B. A juventude rural e os desafios sucessórios nas unidades familiares de produção. **Revista da Juventude Rural**, ano III, nº 3, p. 6-8, set./2008.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. Tradução: Carlos Rizzi. In: FERNANDES, Florestan. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora da USP, 1973, p. 96-116.

TRÉZ, Thales de A. e. Caracterizando o método misto de pesquisa na educação: um continuum entre a abordagem qualitativa e quantitativa. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 7, n. 4, Blumenau, dez./2012, p. 1132-1157.

TROIAN, Alessandra et al. Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 349-374, jul./dez., 2011.

VEIGA, José E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1991.

VIEIRA FILHO, José E. R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014b, p. 395-421.

_____. **Difusão biotecnológica: a adoção de transgênicos na agricultura**. Brasília: Ipea, 2014a. (Texto para Discussão, 1937).

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2ª ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WALL, Karin. Residência e sucessão na família camponesa do Baixo Minho. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 5, p. 39-60, out./1988.

WANDERLEY, Maria de N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

_____. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 17, n. 1, p. 60-85, 2009a.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Comp.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31-44.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 21-33.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução: Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. 4ª ed., 3ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, v. 1.

WEISHEIMER, Nilson. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar gaúcha. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n. 1, p. 177-193, jan./mar., 2011.

WEZEL, Alexander S. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, n. 29, p. 503-515, 2009.

WHITAKER, Dulce C. A. Análise de entrevistas em pesquisas com história de vida. **Cadernos CERU**, série 2, n. 11, p. 147-158, 2000.

WHITE, Richard. “Você é um ambientalista ou trabalha para se sustentar?”: trabalho e natureza. Tradução: Daniel Dutra. **Topoi. Revista de História**, vol. 14, nº 27, p. 472-491, jul./dez., 2013.

Anexos

Anexo 1 – Questionário

AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLURIATIVIDADE: A emergência de uma nova ruralidade no Brasil						
Agricultor (nome completo):.....			Telefone:.....			
Entrevistador:.....			Data:.....			
Município		Localidade		Nº Questionário		
COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA						
1) Composição da família (Informar a família RESIDENTE na UP)						
Nome	Sexo (M/F)	Idade	Relação com o chefe (A)	Estado civil (B)	Tempo de trabalho (C)	Escolaridade (D)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
(A)	(B)	(C) Tempo de trabalho		(D) Escolaridade		
1 Resp/Chefe	1 Casado	1 Tempo integral na UP (*)		0 Não alfabetizado		
2 Cônjuge	2 Solteiro	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP		1 Primeira série – 1º Grau		
3 Filho	3 Viúvo	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico		2 Segunda série – 1º Grau		
4 Filha	4 Divorciado	4 Tempo-parcial na UP + Estuda		3 Terceira série – 1º Grau		
5 Genro	5 União Estável	5 Tempo integral fora UP (*)		4 Quarta série – 1º Grau		
6 Nora	6 Outros	6 Somente trabalho doméstico		5 Quinta série – 1º Grau		
7 Neto (a)		7 Somente estuda		6 Sexta série – 1º Grau		
8 Pai		8 Criança menor de 7 anos		7 Sétima série – 1º Grau		
9 Mãe		9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP		8 Oitava série – 1º Grau		
10 Avô		10 Desempregado		9 Primeira série – 2º Grau		
11 Avó		11 Não trabalha (deficiente ou inválido)		10 Segunda série – 2º Grau		
12 Irmão		12 Outro (qual? Especificar)		11 Terceira série – 2º Grau		
13 Irmã				12 Graduação incompleta		
14 Trab. contratado				16 Graduação completa		
15 Outros, qual?				18 Mestrado		
				22 Doutorado		
* Arrendatário ou proprietário						
** Pessoa entrevistada						
ATENÇÃO: Entrevistador, quando nesta <u>legenda</u> não tiver as alternativas informadas pelo agricultor VOCÊ deve fazer anotações paralelas						

Frutas [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]						
Uva						
Pêssego						

Na sua avaliação quanto valem os produtos retirados do POMAR, para CONSUMO FAMILIAR em R\$/ano?

Pastagem Anual						
Pastagem Permanente						

Reflorestamento e extração de madeira

Acácia-negra						
Eucalipto						
S A U Total						

Matas e Florestas
Naturais

Benfeitorias (casa,
estábulo, etc)

ÁREA TOTAL

OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.

4) Aquisição de insumos para produção vegetal [Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]				
Diferenciar os insumos da PRODUÇÃO VEGETAL destinados para CONSUMO ANIMAL				
Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade	TOTAIS para PRODUÇÃO VEGETAL	TOTAL para CONSUMO ANIMAL
Sementes			SEMENTE (R\$)	SEMENTE (R\$)
			RS	RS
Mudas			MUDAS (R\$)	MUDAS (R\$)
			RS	RS
Adubos orgânicos			ADUBO ORGÂNICO (R\$)	ADUBO ORGÂNICO (R\$)
			RS	RS
Adubo químico (NPK, uréia, nitratos, etc.)			ADUBO QUIMÍCO	ADUBO QUIMÍCO
			RS	RS
Calcário			CALCÁRIO	CALCÁRIO
			RS	RS
Óleo diesel			OLEO DIESEL	OLEO DIESEL
			RS	RS
Gasolina			GASOLINA	GASOLINA
			RS	RS
Produtos fitossanitários (químicos e biológicos)			PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS
			RS	RS
Contratação de maquinário para prod. vegetal (plantio, tratos culturais, colheita...)			MAQUINÁRIO	MAQUINÁRIO
			RS	RS
Contratação de força de trabalho na prod. Vegetal			FORÇA DE TRABALHO	FORÇA DE TRABALHO
			RS	RS
			Total de DIAS trabalhado	Total de DIAS trabalhado
Outras despesas			TOTAL OUTRAS DESPESAS (R\$)	TOTAL OUTRAS DESPESAS (R\$)
			RS	RS

5) Efetivos animais disponíveis [Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos-Leite Touros				
Vacas				
Novilhas				
Bezerras				
Bezerros				
Bovinos-Corte - Touros				
Vacas				
Novilhos				
Novilhas				
Bezerros				
Bois para trabalho				
Aves Frango de corte				
Galinha caipira				
Peru				
Suínos Leitão				
Suínos p/ abate				
Matrizes				
Reprodutor				
Ovinos				
Caprinos				
Equinos				

Produção de origem animal [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Especificação	Quant. Prod	Unid.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

6) Insumos das atividades de produção animal [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade	TOTAL
Sal comum				Sal Comum R\$
Sal mineral				Sal Mineral R\$
Rações bovinos				Ração Bovinos R\$
Ração suínos				Ração Suínos R\$
Ração aves				Ração Aves R\$
Ração - outros				Ração Outras R\$
Produtos veterinários (antibióticos, desinfetantes, inseminações, etc.)				Produtos Veterinários R\$
Despesas com aviários				Despesas Aviário R\$
Despesa com maquinários/equipamentos				Maquinários/Equipamentos R\$
Contratação de força de trabalho				Força De Trabalho Contratada R\$
				Nº de Dias/ano:
Outros insumos animais				Outros Insumos R\$

7) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Banha					
Conservas/compotas					
Melado					
Manteiga					
Pão					
Queijo					
Sabão					
Salame					
Geleias e doces					
Vinho					
Açúcar mascavo					
Massa caseira					

8) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	TOTAL
Açúcar				Açúcar R\$
Coalho				Coalho R\$
Tripas				Tripas R\$
Soda				Soda R\$
Lenha				Lenha R\$
Embalagem				Embalagem R\$
Farinha de trigo				Farinha de trigo R\$
Despesa com maquinários/equipamentos				Maquinários/Equipamentos R\$
Contratação de força de trabalho				Força De Trabalho Contratada R\$
				Nº de Dias/ano:
				R\$
				R\$
				R\$
Outras despesas				Outras despesas R\$

9) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria [< 50 anos - 1963] (2) madeira [< 30 anos - 1983] (3) mista* [< 40 anos - 1973]	ano de construção	Área construída em m ²
Açude				
Aviários*				
Casas de empregados				
Estábulo				
Galpões/armazéns/paiol				
Garagem de máquinas				
Pocilgas/chiqueiro				
Estufa fumo				
Outros (especificar)				

***O material dos aviários deve ser considerado como Alvenaria, tal que, deste modo, também serão considerados os equipamentos da benfeitoria.**

10) Máquinas e equipamentos Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002 (levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)

Especificação	Quantidade	Ano de fabr.	Valor atual
Caminhão/ (com menos de 20 anos-1993)			
Veículo usado para produção			
Colhedora			
Batedor de grãos			
Trator (até 20 anos-1993) [indicar a marca e a potência em HP]			
Trator > 80 Hp			
Trator < 80 Hp			
Microtrator			
Equipamentos (com menos de 15 anos-1998)			
Arado de tração animal			
Arado de tração mecânica			
Capinadeira de tração animal			
Grade de tração animal			
Grade de tração mecânica			
Semeadora de tração mecânica (semeadora fluxo contínuo)			
Plantadeira para o plantio direto (semeadora de precisão)			
Semeadora de tração animal			
Ensiladeira			
Roçadeira costal			
Roçadeira de tração mecânica			
Carreta agrícola			
Pulverizador costal manual			
Pulverizador costal motorizado			
Pulverizador tracionado			
Pulverizador montado			
Pulverizador autopropelido			
Ordenhadeira canalizada			
Ordenhadeira não canalizada			
Resfriador de leite – imersão de tarros			
Resfriador de leite – a granel			
Motor elétrico			
Bomba de água			
Engenho de cana			
Triturador de cereais (forrageiras)			
Carroça			
Máquina de costurar fumo			
Outros (especificar)**			
Minorias (ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá)			

DESPESAS

11) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Formas de contratação	Número de pessoas ou máquinas	Número de dias trabalhados no ano	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário para Serviços Gerais do estabelecimento (**)			
03 Contratação de Máquinas para Serviços Gerais do estabelecimento			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

12) Outros gastos (valores anuais) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	
Telefone para fins produtivos	
Oleo diesel p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Gasolina p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Consertos de equipamentos em serviço externo	

13) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade (assinalar todas que forem praticadas)? [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

- rotação de culturas
 consórcio de culturas
 adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos
 reflorestamento de áreas degradadas
 controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças
 adubação verde
 1() anualmente 2() esporadicamente
 Terraceamento (curvas de nível)
 Tipo do relevo: 1() forte ondulado 2() ondulado 3() levemente ondulado 4() plano
 plantio direto

13.1) Utiliza grade, arado ou escarificador?

1() nunca 2() mensalmente 3() semestralmente 4() anualmente 5() menos de uma vez por ano

13.2) Teve problemas com erosão neste ano agrícola?

1() SIM 2() NÃO

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

14) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)				Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)			
	Discriminação da atividade	Nº dias	Local (B)	Valor total recebido (R\$)		Discriminação da atividade	Nº dias	Local (A)	Valor total recebido (R\$)

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)				
	Discriminação da atividade	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	Valor total recebido (R\$)

(*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(**) **Atividades Para-Agrícolas:** envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor.

(***) **Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades

(A) Local de exercício das atividades para-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento
4. Unidade de processamento coletiva
5. Unidade de processamento de terceiro
6. Outro local

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros
10. Não se aplica

15) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

16) Há membros que recebam aposentadoria/pensão e/ou outro benefício na sua família?

1-Sim () 2-Não () 3-() Não sabe/ não respondeu

16.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola

(Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício 01 (A)	Tipo de benefício 02 (A)	Número de meses em que recebeu os benefícios	Valor mensal recebido (R\$)

(A) → 1-Aposentadoria 2-Pensão 3-Auxílio doença 4-Bolsa de estudo 5-Bolsa família 6-outro benefício

17) Quais outras fontes de renda a família contou no último ano agrícola **(Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)**?

Tipos de rendas (Não = 0 e Sim = 1)	Valor (R\$) total recebido
() Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
() Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
() Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
() Pensões judiciais	
() Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
() Juros de aplicações financeiras ou poupança	
() Outras rendas (especificar)	

18) Assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? **(Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)**

Tipos de investimentos (Não = 0, Sim = 1 e Não sabe = 3)	Valor total gasto em R\$
() Aquisição de terras	
() Aquisição de veículos (utilitários)	
() Aquisição de equipamentos ou máquinas	
() Aquisição de terreno na cidade	
() Construção e reforma da casa	
() Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
() Investimentos na área ambiental (SISLEG, conservação, etc)	
() Outros investimentos (especificar)	

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

19) Assinale de quem recebeu assistência técnica (todos) **(Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)**

- | | |
|---|---|
| () Não recebeu assistência técnica | 5-() ONGs |
| () Não se aplica | 6-() Empresas integradoras |
| 1-() Cooperativa de produção | 7-() Assistência técnica particular (liberais) |
| 2-() Sindicato | 8-() EMATER |
| 3-() Secretaria Estadual de Agricultura | 9-() Outro |
| 4-() Secretaria Municipal de Agricultura | |

20) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

- 1-() Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas
 2-() Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo
 3-() Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias
 4-() Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários
 5-() Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais

21) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (inverno de 2012 a outono de 2013)?

- 1-Sim () 2-Não () 3-() Não sabe/não respondeu

Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$)	Valor pago em juros (R\$)

(A)
1 Custeio
2 Comercialização
3 Investimento

(B)		
1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7. Pronaf
2 Cooperativas	5 Vizinhos	8. Programa do estado
3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

INFRAESTRUTURA BÁSICA**22.1) Composição da moradia**

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

22.2) Instalações sanitárias (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
1-Banheiro completo (*)	1-()
2-Banheiro incompleto (**)	2-()
3-Casinha ou latrina	3-()
4-Nenhuma	4-()

(*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(**) Incompleto: Vaso ou chuveiro

22.3) Tipo de piso predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
1-Concreto	1-()
2-Chão batido	2-()
3-Madeira	3-()
4-Outro	4-()

22.4) Tipo de cobertura predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
1-Telha de barro	1-()
2-Telha de amianto (Brasilite)	2-()
3-Capim ou palha	3-()
4-Zinco ou outro metal	4-()
5-Outra	5-()

22.5) Tipo de parede externa predominante (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
1-Tijolo com revestimento	1-()
2-Tijolo sem revestimento	2-()
3-Tábuas	3-()
4-Tapumes ou chapas de madeira	4-()
5-Folha de zinco	5-()
6-Barro ou adobe	6-()
7-Outra	7-()

23) Abastecimento de água**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
1-Poço artesiano	()
2-Nascente ou vertente com poço	()
3-Córrego/Açude	()
4-Cacimba	()
5-Água do vizinho	()
7-Rede geral	()
6-Outro tipo	()
8-nascente/poço desprotegido	()

24) Destino dos dejetos humanos**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
1-Fossa simples (seca)	()
2-Fossa séptica/poço absorvente	()
3-Direto no solo	()
4-Direto nos cursos d'água	()
5-Não tem	()
6-Outro destino	()

25) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

- 1- () rede geral
 2- () gerador próprio
 3- () não possui
 4- () outro _____

26) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som		15 Rádio	
02 Automóvel		16 Televisor	
03 Moto		17 Vídeo cassete/DVD	
04 Bicicleta		18 Linha de Telefone fixo	
05 Ferro elétrico		19 Celular	
06 Fogão a gás		20 Computador	
07 Fogão à lenha		21 Acesso á internet (1-sim/2-não)	
08 Forno elétrico /microondas		22-Cisternas	
09 Freezer		23	
10 Geladeira		24	
11 Liquidificador		25	
12 Máquina de lavar roupa		26	
13 Batedeira		27	
14 Parabólica		28	

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO**27) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

Especificação	Participa	
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	1-() Sim	2-() Não
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	1-() Sim	2-() Não
03 Sindicato de trabalhadores	1-() Sim	2-() Não
04 Associação de mulheres/clube de mães	1-() Sim	2-() Não
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	1-() Sim	2-() Não
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	1-() Sim	2-() Não
99 Outros tipos de entidade (especificar)	1-() Sim	2-() Não

MIGRAÇÃO FAMILIAR E SEU FUTURO

28) Pesquisa sobre as pessoas que SAÍRAM da propriedade, considerar também as pessoas que SAÍRAM E RETORNARAM a propriedade. (do último ao primeiro que saiu)

FILHOS (AS)	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
Nome								
Idade atual – anos								
Sexo (M/F)								
Estado civil (B)								
Ano que saiu								
Idade que saiu								
Destino de saída (Tab.1)								
Residência atual (Tab. 1)								
Porque saiu da residência (Tab.4)								
Grau de Instrução ao sair (D)								
Grau de Instrução atual (D)								
Continua estudando (S/N)								
Atividade que trabalha (Tab.3)								
Ano de retorno a região								
Ano de retorno ao município								
Ano de retorno ao meio rural								
Ano retorno a propriedade								
Por quê retornou (Tab. 2)								

(B)	
Cód.	Estado Civil
1	Casado
2	Solteiro
3	Viúvo
4	Divorciado
5	União Estável
6	Outros

TAB. 1	
Cód.	DESTINO E RESIDÊNCIA
1	Comunidade do município
2	Sede do município
3	Cidade da região
4	Outra cidade do Estado
5	Cidade de outro estado
6	Meio rural outro município
7	Faleceu
8	Permanece no local de destino
9	Retornou ao estabelecimento

TAB. 2	
Cód.	POR QUE RETORNOU
1	Perdeu o emprego
2	Estava ganhando pouco
3	Para exercer outra atividade na região
4	Não quis ficar longe da família/amigos
5	Para ser agricultor
6	Aposentou
7	Faliu
8	Outro

TAB. 3	
Cód.	SETOR DE ATIVII/
1	Indústria
2	Comércio
3	Serviços Auxiliares (*)
4	Construção Civil
5	Transf. Artesanal
6	Transporte/Comunic
7	Serviço Público
8	Serviços Pessoais (**)
9	Agricultura
10	Outro
11	Não se aplica

TAB. 4	
Cód.	PORQUE SAIU
1	Trabalhar
2	Estudar
3	Casar
4	Acompanhamento
5	Outro

(*) Exemplos de Serviço auxiliar: Veterinário, Advogado, Agrônomo, Técnico, etc.

(**) Exemplos de Serviços pessoais: Trabalho doméstico, Jardineiro, Barbeiro, etc.

29) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?1-() Sim 2-() Não 3-() Não sabe/ não respondeu

29.1) Porque?

.....

.....

30) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:1-() Sim 2-() Não 3-() Não sabe/ não respondeu 4-() Não se aplica**31) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?**1-() Sim 2-() Não 3-() Não sabe/ não respondeu**32) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?**1-() Sim 2-() Não 3-() Não sabe/ não respondeu**32.1) Se sim,** apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:

.....

.....

.....

Anexo 2 – Roteiro da entrevista

História da família: desde os pais até a atual

- 1) Qual é o seu nome?
- 2) Há quanto tempo a sua família se instalou nesta região? Vieram de onde? Por que se instalaram nessa região?
- 3) Qual é o nome de seus pais? Eles nasceram onde? Eram agricultores? Quantos irmãos o senhor tem?
- 4) Na trajetória da sua família, como foi o acesso à terra, quais eram as condições iniciais de instalação na propriedade, de trabalho, de comunicação, comercialização dos produtos agrícolas?
- 5) O que era produzido naquela época?
- 6) Que tipo de ferramentas (tecnologia) o senhor utilizava para trabalhar na lavoura?
- 7) Qual era o destino da produção? O que vendiam e o que vendem? O que compravam e o que compram hoje?
- 8) Como se dava a entrada de dinheiro na vida da família? Havia?
- 9) Como era “antigamente” em relação aos insumos, sementes, defensivos?
- 10) Quando esse tipo de soja plantado atualmente entrou na região? Existiu algum fator determinante (incentivo ou facilidade) para a produção em escala comercial?
- 11) O que o senhor acha que mudou com a introdução desta soja e da mecanização?
- 12) E as empresas integradoras (aves)? Quando chegaram?
- 13) Em uma comparação entre antigamente e hoje, quais as principais mudanças em sua opinião? Se houve, como o senhor percebe as mudanças na forma de produzir, ou seja, a necessidade de comprar insumos e sementes a cada safra? Essa “modernização” trouxe algum benefício ao senhor? Se puder, destacar os aspectos positivos e negativos?
- 14) Se o senhor tivesse que definir um momento (ano, época) que foi responsável por mudar a agricultura que se tinha antigamente em relação à de hoje, qual seria? Qual o fato mais importante deste momento (ano ou época)?
- 15) Qual força de trabalho utiliza na propriedade? Quais as razões que a justificam?
- 16) O senhor teve/tem acesso à tecnologia e crédito? De que forma? Quando foi a primeira vez? De que entidade?

- 17) E serviço de assistência técnica (de extensão rural)? Época? Entidade?
- 18) Quando adotou variedades de maior rendimento? Para produzir mais, de que forma procederam?
- 19) Como o senhor adota tecnologias? Como se informa?
- 20) Cuidados com a terra, a fertilidade, o senhor tem? Quando adotou?

As relações de comunidade

- 21) Em relação a antigamente, como são as relações hoje em dia de ajuda mútua entre as famílias da comunidade?
- 22) Ainda em relação à antigamente, como são as relações entre vizinhos atualmente? Como o senhor avalia esta ajuda entre vizinhos? Por que ela é praticada?
- 23) Como é a participação das famílias nas atividades da comunidade? Há oportunidade de lazer coletivo?
- 24) O que há de bom no campo? E na cidade?
- 25) Quais as principais diferenças em sua opinião?
- 26) O senhor e sua família usufruem de serviços públicos? Como os avalia?

Sobre as decisões na hora de plantar

- 27) Qual o principal cultivo (ou estratégia produtiva) plantado na sua propriedade atualmente?
- 28) Por quê? Na avaliação do senhor, são suficientes para garantir a reprodução da família?
- 29) O senhor acha mais importante que o agricultor plante para comer ou que compre tudo de fora? O que é mais comum na comunidade de hoje em dia?
- 30) O senhor tem horta doméstica? Cria animais para abate? Planta legumes tais como batata e mandioca? Tem árvores frutíferas?
- 31) O senhor tem buscado diversificar a produção? Por quê? Se sim, que tipo de atividade e quais as razões que o estimularam a escolher estas?
- 32) O que o senhor leva mais em consideração na hora de escolher o que plantar?

Organização econômica na família

- 33) Como ocorrem as decisões sobre o que produzir e quanto produzir? E sobre os gastos?
Quem participa das decisões?
- 34) Quem trabalha na propriedade atualmente?
- 35) Alguém trabalha fora? Qual o principal motivo?
- 36) Como é dividida cada uma das rendas obtidas? Em que é aplicada?
- 37) O senhor vê alguma diferença em termos de participação nas decisões entre quem trabalha fora e quem trabalha na propriedade?
- 38) Como são divididas as tarefas?
- 39) Como é dividido o trabalho dentro e fora da casa?
- 40) Existe remuneração em dinheiro para os membros da família? Como isto é decidido?
- 41) O senhor contrata algum empregado? Qual o motivo?
- 42) O senhor faz algum tipo de contabilidade dos gastos e receitas?
- 43) Como o senhor acompanha os preços dos produtos e dos insumos?
- 44) O senhor tem algum contrato de produção com alguma empresa (frangos, leite, suínos, etc.)? Sobre estes contratos, o senhor acha que ter um ajuda ou dificulta para o produtor? Por quê?
- 45) Sua família movimenta dinheiro com que frequência? Desde compras, pagamentos, empréstimos? Têm cartões, cheques? Fazem compras a vista ou por crediário? Pela internet?
- 46) Qual a maior renda que o senhor já gastou em algum benefício para a família, por exemplo, lazer, compras?
- 47) Costumam viajar, tirar férias?
- 48) Como o senhor avalia essa questão hoje em dia em relação ao passado?
- 49) O senhor tem poupança? Lembra quando sua família fez poupança?
- 50) Como era a relação com os bancos? E hoje?
- 51) O senhor faz um planejamento sobre a sua produção?
- 52) Faz declaração anual de renda?

Sucessão geracional na família

- 53) Quais foram os períodos de maior crise enfrentada pelo senhor na agricultura? O que o senhor fez para superar a crise?
- 54) Como o senhor avalia seu futuro e de sua família na agricultura?
- 55) Gostaria que seus filhos fossem agricultores? Por quê?
- 56) O senhor vê perspectivas para o agricultor continuar no campo? O que o senhor pensa que deveria melhorar?
- 57) O que deveria ser feito para manter os jovens no meio rural?
- 58) Em que momento o senhor transferirá sua propriedade para o controle dos seus filhos?
- 59) Como se escolhe quem vai herdar a propriedade? Que critérios são mais importantes? A propriedade poderá ficar com alguma filha?
- 60) O senhor já delega poderes a algum filho? Que ele faz? Ele tem espaço para sugerir, desenvolver algum projeto mesmo que individual?
- 61) Qual a avaliação que o senhor faz em relação a sua trajetória de agricultor, ou seja, as mudanças que o senhor vivenciou desde o sistema produtivo de antigamente até a atualidade? Em relação à sociabilidade, se vê mais autônomo ou mais dependente?
- 62) Se o senhor for parar, se aposentar, continua na propriedade? Morando com os filhos?
- 63) Há algo que deseja acrescentar?

Anexo 3 – Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, confirmo que recebi as informações necessárias para entender porque e como este estudo está sendo feito. O(a) pesquisador(a) se comprometeu a manter o meu anonimato. Compreendi que:

→ não sou obrigado/a participar desta pesquisa e minha escolha será respeitada. Se eu quiser desistir, em qualquer momento da pesquisa, minha vontade será respeitada;

→ se eu permitir, a conversa poderá ser gravada para que o(a) pesquisador(a) possa me oferecer maior atenção, não tendo que anotar tudo que for dito. As falas serão transcritas e as gravações digitais serão guardadas por cinco anos, por determinação das normas de pesquisa. Somente os membros do grupo de pesquisa terão acesso às gravações;

→ se poderá registrar minha imagem em fotografia e esta poderá ser utilizada em publicações e/ou apresentações referentes a este estudo;

→ ao fim desta pesquisa, os resultados do estudo poderão ser divulgados e publicados;

→ na divulgação desses resultados, o meu nome não aparecerá. Minha identidade ficará protegida;

→ se eu tiver dúvidas sobre este estudo, poderei telefonar para (46) 3220-2541;

Aceito participar deste estudo e autorizo a publicação das informações por mim fornecidas para a pesquisa **“Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Brasil”**.

Itapejara d'Oeste _____ de agosto de 2013.

Assinatura do(a) depoente _____